

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE ARQUITETURA E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO URBANA**

LORANA SCHWANTES

HORTAS COMUNITÁRIAS: UMA PRÁTICA URBANA

**Curitiba - PR
2018**

LORANA SCHWANTES

HORTAS COMUNITÁRIAS: UMA PRÁTICA URBANA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana – PPGTU, da Escola de Arquitetura e Design, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, como requisito à obtenção do título de Mestre em Gestão Urbana.

Linha de pesquisa: Políticas Públicas
Orientador: Prof. Dr. Mario Procopiuck

**Curitiba - PR
2018**

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Giovanna Carolina Massaneiro dos Santos – CRB 9/1911

S398h
2018 Schwantes, Lorana
Hortas comunitárias: uma prática urbana / Lorana Schwantes ; orientador:
Mario Procopiuck. – 2018.
149 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2018
Bibliografia: f. 127-134

1. Planejamento urbano. 2. Agricultura urbana. 3. Desenvolvimento urbano
sustentável. 4. Política pública. I. Procopiuck, Mario. II. Pontifícia Universidade
Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana.
III. Título.

CDD 20. ed. – 711.4

TERMO DE APROVAÇÃO

"HORTAS COMUNITÁRIAS: UMA PRÁTICA URBANA"

Por

LORANA SCHWANTES

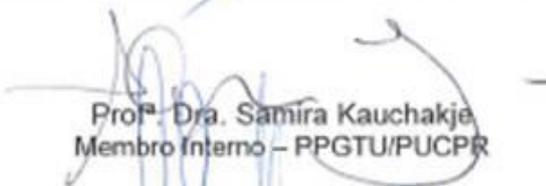
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, área de concentração em Gestão Urbana, da Escola de Arquitetura e Design, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.



Prof. Dr. Rodrigo Firmino
Coordenador do Programa – PPGTU/PUCPR



Prof. Dr. Mario Procopiuck
Membro Interno – Orientador – PPGTU/PUCPR



Prof. Dra. Samira Kauchakje
Membro Interno – PPGTU/PUCPR

Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio
Membro Externo – FURB



Prof. Dra. Roberta Giraldi Romano
Membro Externo

Curitiba, 07 de agosto de 2018.

DAS UTOPIAS

*Se as coisas são inatingíveis... ora!
não é motivo para não querê-las.
Que tristes os caminhos, se não fora
a mágica presença das estrelas!*

[Mario Quintana]

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Mario Procopiuck, por toda a dedicação e confiança e, principalmente, pela liberdade concedida para que eu pudesse expressar minha visão de mundo, contribuindo, assim, para a minha formação como pesquisadora;

A todos aqueles que participaram da pesquisa, direta ou indiretamente, compartilhando suas vidas e experiências em hortas urbanas, como prática ou ideologia, minha gratidão por todo enriquecimento adquirido;

A todos os professores do PPGTU/PUCPR, ao coordenador Prof. Dr. Rodrigo Firmino e à Pollyana Mara Schlenker, pelo acolhimento como membro discente do colegiado da Gestão Urbana;

À Decana Prof.^a Dr.^a Ângela Leitão por me receber como membro discente da comissão de pesquisa – COPESQ/PUCPR;

Ao Prof. Dr. Fabio Duarte, pelas conversas decisivas;

Ao Prof. Msc. André Turbay, por toda generosidade, atenção e amizade na tutoria do estágio de docência;

Ao Prof. Msc. Jeferson Demeterco, pela confiança e inúmeros convites à participação de bancas de TFG;

Agradeço imensamente a cada um de vocês por possibilitarem que eu experimentasse um pouco de cada dimensão da vida acadêmica.

Agradeço à Prof. Dr.^a Samira Kauchakje e ao Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio pelas importantes e fundamentais contribuições na banca de qualificação;

A toda equipe integrante do NEcos, grupo de estudo coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio, por todas as reuniões e experiências;

À Josilda Castellar, pela generosidade e direcionamento fundamental que contribuiu para expressão de minhas ideias;

Ao Diego Baptista e à Andressa Mendes, pela amizade e por me receberem na Sociedade Global apresentando uma possibilidade de atuação há muito desejada;

Especial agradecimento à Samia Hohlenwerger, amiga e sócia por todo o carinho, suporte e parceria em todos os momentos desta trajetória;

Ao Marco Ferreira, pelo apoio incondicional ao longo desses anos me fortalecendo, me guiando e me incentivando a descobrir a minha própria essência.

Ao meu pai Ronaldo (*in memoriam*), exemplo de garra e determinação que sempre me acompanha;

À minha vó Ivone, pelo exemplo de pessoa, de ser humano que me aconselha e inspira nesta vida.

À minha mãe Sônia, por ser meu alicerce, minha direção, inspiração, fonte de amor incondicional e força para superar todos os momentos em que se pensa em desistir. Palavras não seriam suficientes para expressar a minha gratidão por tê-la em minha vida. Esta dissertação eu lhe dedico!

Agradeço à toda a minha família e amigos, fonte de amor, suporte e força, que contribuíram para que eu seja quem sou. A vocês todo o meu amor;

É com vocês que divido a alegria desta experiência chamada mestrado.

RESUMO

As profundas transformações no processo de industrialização e urbanização, no atual estágio do processo de produção capitalista, transformaram as relações entre campo e cidade, desencadearam o processo migratório que intensificou a presença da práxis rural no meio urbano, fazendo surgir ações de hortas urbanas comunitárias (HUC). Esta investigação teve como problema de pesquisa compreender aspectos da vivência nas HUCs que configuram uma resposta às necessidades econômicas, ambientais e sociais, segundo a percepção dos diferentes grupos envolvidos em tal prática. O objetivo da dissertação foi avaliar a percepção dos envolvidos nesta atividade sobre o impacto destes aspectos na sua prática e participação. A metodologia adotada buscou uma aproximação das complexas relações que se estabelecem entre cidade e campo, valendo-se, para tanto, das categorias universal, particular, singular como possibilidade de observar o fenômeno a partir de múltiplas determinações. Optou-se pela abordagem qualitativa para estabelecer os nexos entre as condições em que se realizam as hortas e a percepção manifestada pelos grupos que as praticam. Constatou-se a existência de programas de ação e não de políticas públicas de agricultura urbana permanentes que garantam essas experiências no espaço urbano. Os gestores demonstraram que sua motivação para criar ou estabelecer parcerias com programas de hortas urbanas em Curitiba, é, inicialmente, a busca de soluções para problemas particulares, porém, a vivência no programa permitiu perceber que as mesmas contribuem de forma transversal para todos os envolvidos. A pesquisa encontrou dois grupos distintos que praticam as hortas urbanas comunitárias: a) Programa Municipal Lavoura (SMAB); b) iniciativas espontâneas. Os resultados obtidos demonstraram que o principal benefício foi no âmbito social, destacando o fortalecimento de vínculos afetivos, a sensação de pertencimento e uma alternativa de lazer. Na esfera ambiental, apontaram a possibilidade de ampliação de áreas verdes, melhoria da qualidade da paisagem e segurança. Os benefícios econômicos apareceram de forma secundária. O grupo das hortas de iniciativa espontânea adere à prática motivado pelo conhecimento prévio a respeito do significado dessa atividade. Acredita que a prática agrícola na cidade possa ser um meio de questionamento e resistência às relações sociais estabelecidas. Os que realizam as hortas sob a supervisão da SMAB, aderem a essa atividade pressionados por necessidades primárias de subsistência e trabalho e motivados pela herança do conhecimento relativo a esta prática. É a partir da prática agrícola que desenvolvem a percepção a respeito do impacto dessa ação em suas vidas, na comunidade, na cidade. A mediação das Políticas Públicas colocada como potencialmente capaz de solucionar problemas dos centros urbanos, mas sendo amparadas pelo constructo neoliberal, não apresenta soluções definitivas, conseguindo apenas mitigá-los. A solução efetiva desses desafios, dependeria de uma transformação da forma de organização social vigente.

Palavras-chave: Agricultura urbana, horta urbana comunitária, políticas públicas, percepção dos agricultores urbanos, transformação social

ABSTRACT

The profound transformations in the process of industrialization and urbanization, at the present stage of the capitalist production process, transformed the relations between the countryside and the city, triggered the migratory process that intensified the presence of rural praxis in the urban environment, giving rise to urban community garden. This study had as a research problem to understand aspects of living in urban community garden that configure a response to economic, environmental and social needs, according to the perception of the different groups involved in such practice. The objective of the dissertation was to evaluate the perception of those involved in this activity on the impact of these aspects on their practice and participation. The adopted methodology sought an approximation of the complex relations that are established between city and rural, using, for that, of the categories: universal, particular, singular like possibility of observing the phenomenon from multiple determinations. The qualitative approach was chosen to establish the nexus between the conditions in which the urban community garden are carried out and the perception manifested by the groups that practice them. It was verified the existence of programs of action and not of public policies of permanent urban agriculture that guarantee these experiences in the urban space. The managers demonstrated that their motivation to create or establish partnerships with urban community garden programs in Curitiba is, initially, the search for solutions to particular problems, however, the experience in the program made it possible to perceive that they contribute in a transversal way to all those involved . The research found two distinct groups that practice urban community garden: a) Municipal Program Lavoura (SMAB); b) spontaneous initiatives. The results showed that the main benefit was social, emphasizing the strengthening of affective bonds, the sense of belonging and a leisure alternative. In the environmental sphere, they pointed out the possibility of expanding green areas, improving landscape quality and safety. The economic benefits appeared secondary. The urban community garden group of spontaneous initiatives adheres to the practice motivated by previous knowledge about the meaning of this activity. He believes that the agricultural practice in the city can be a means of questioning and resistance to established social relations. Those who carry out the urban community garden under the supervision of the SMAB, adhere to this activity pressured by primary needs of subsistence and work and motivated by the inheritance of knowledge related to this practice. It is from the agricultural practice that they develop the perception about the impact of this action on their lives, in the community, in the city. The mediation of Public Policies posed as potentially capable of solving problems of the urban centers, but being supported by the neoliberal construct, does not present definitive solutions, managing only to mitigate them. The effective solution of these challenges would depend on a transformation of the current form of social organization.

Keywords: Urban agriculture, urban community garden, public policies, urban farmers' perception, social transformation

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Estruturação da fundamentação teórica com os temas e subtemas.....	20
Figura 2 – Tripé da sustentabilidade	30
Figura 3 – Dimensões políticas e principais benefícios de cada tipo de agricultura urbana	39
Figura 4 – Classificação dos Serviços Ecossistêmicos	42
Figura 5 – Engenharia genética e biotecnologia na produção de alimentos	49
Figura 6 – Fazenda Greensense.....	50
Figura 7 – Em Nova York edifícios transformam suas lajes em fazendas urbanas	51
Figura 8 – Princípios éticos e de planejamento da permacultura	52
Figura 9 – Mapa das Hortas Urbanas Comunitárias – Bairro Campo de Santana.....	85
Figura 10 – Mapa das Hortas Urbanas Comunitárias – Bairro Tatuquara	86
Figura 11 – Mapa das Hortas Urbanas Comunitárias – Bairro Cidade Industrial de Curitiba	87
Figura 12 – Mapa das Hortas Urbanas Comunitárias – Bairro Cajuru	88
Figura 13 – Mapa Síntese das Hortas Urbanas Comunitárias – Parcerias Público-Privadas.....	89
Figura 14 – Modelo horta da SMAB – Vista da horta Rio Bonito, Bairro Campo de Santana.....	90
Figura 15 – Vista da horta comunitária do Cajuru – Bairro Cajuru	91
Figura 16 – Mapa de localização da horta urbana comunitária do Parque Gomm	93
Figura 17 – Atividades para ocupação do Parque Gomm	94
Figura 18 – Mapa de localização da horta urbana comunitária do bairro São Lourenço	95
Figura 19 – Vista da horta comunitária do São Lourenço – Bairro São Lourenço	96
Figura 20 – Mapa de localização da Horta Comunitária de Calçada do Cristo Rei.....	97
Figura 21 – Vista da calçada antes da implantação da horta	98
Figura 22 – Vista da calçada depois da implantação da horta	98
Figura 23 - Protocolo de recurso e audiência com o Prefeito	99
Figura 24 – Mapa de localização da Horta Comunitária do aHorta Bike Café	100
Figura 25 – Vista da horta comunitária do aHorta Bike Café.....	100
Figura 26 – Mapa das Hortas Urbanas Comunitárias do Coletivo Mão na Terra.....	101
Figura 27 – Vista do mutirão para plantio na calçada do Coletivo Mão na Terra	102
Figura 28 – Mapa das Hortas Urbanas Comunitárias da Escadaria Comestível das Mercês.....	103
Figura 29 – Vista da Floreira das Mercês	103
Figura 30 – Vista da Floreira das Mercês	104
Figura 31 – Mapa da Horta Urbana Comunitária do Jacu	105
Figura 32 – Vista da Horta do Jacu, Bom Retiro.....	105
Figura 33 – Vista da Horta do Jacu, Bom Retiro.....	106
Figura 34 – Mapa Síntese das Hortas Urbanas Comunitárias – Iniciativas Espontâneas	107

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Critérios de sustentabilidade segundo Sachs (2002)	32
Quadro 2 – Ações de fomento à agricultura urbana	38
Quadro 3 – Benefícios e Impactos dos Serviços Ecossistêmicos nas Hortas Urbanas Comunitárias	43
Quadro 4 – Tipologias de agricultura urbana	55
Quadro 5 – Tipos de agricultura urbana	56
Quadro 6 – Categorias de análise.....	66
Quadro 7 – Roteiro de entrevistas aos responsáveis pela implantação da horta	69
Quadro 8 – Roteiro de entrevistas aos praticantes de HUC - perfil.....	70
Quadro 9 – Roteiro de entrevistas aos praticantes de AU – motivação e percepção	71
Quadro 10 – Roteiro de entrevistas aos praticantes de AU – motivação e percepção	71
Quadro 11 – Tabulação da entrevista Gestor público e privado – questão 01	76
Quadro 12 – Tabulação da entrevista Gestor público e privado – questão 02.....	77
Quadro 13 – Tabulação da entrevista Gestor público e privado – questão 03.....	78
Quadro 14 – Tabulação da entrevista Gestor público e privado – questão 04.....	79
Quadro 15 – Tabulação da entrevista Gestor público e privado – questão 05.....	80
Quadro 16 – Tabulação da entrevista Gestor público e privado – questão 06.....	81
Quadro 17 – Tabulação da entrevista Gestor público e privado – questão 07.....	82
Quadro 18 – Classificação das Hortas Urbanas Comunitárias quanto à tipologia	110

LISTA DE SIGLAS

CIC	Cidade Industrial de Curitiba
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
GEAE	Grupo de Estudos em Agricultura Ecológica
HUC	Horta Urbana Comunitária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PMC	Prefeitura Municipal de Curitiba
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SMAB	Secretaria Municipal de Abastecimento
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidades de Conservação
UNPRI	Princípios de Investimento Responsável das Nações Unidas
WHOQOL	World Health Organization Quality of Life

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL	19
1.1. Desenvolvimento Urbano	20
1.1.1. Ruralização da Cidade	23
1.1.2. Desenvolvimento Urbano Sustentável	26
1.2. Políticas Públicas de desenvolvimento humano sustentável	34
1.2.1. Políticas públicas de incentivo à agricultura urbana	35
1.2.2. Serviços ecossistêmicos e políticas públicas	40
1.3. Agricultura Urbana	44
1.3.1. Iniciativas globais e nacionais de fomento à agricultura urbana	49
1.3.2. Hortas Urbanas Comunitárias: o seu lugar	53
CAPÍTULO II – METODOLOGIA	60
1. O objeto empírico frente ao marco teórico	60
2. Método de abordagem	61
3. Caracterização da pesquisa	62
3.1. Categorias de análise	63
3.2. Coleta de dados	67
3.2.1. Levantamento e análise documental	67
3.2.2. Mapeamento das Hortas urbanas comunitárias de Curitiba	67
3.2.3. Concepção e aplicação de instrumento de coleta de dados qualitativos	68
CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS	72
1. Políticas públicas: o reflexo de atuais posições sobre Agricultura Urbana	72
1.1. Posição dos gestores a respeito da política pública	75
1.2. Mapeamento das hortas urbanas comunitárias em Curitiba	83
1.2.1. Iniciativas de parcerias público-privadas	83
1.2.2. Iniciativas espontâneas	92
1.3. Agricultor urbano e suas percepções	110
1.3.1. Perfil do agricultor urbano	110
1.3.2. Motivações e percepções do agricultor urbano	114
CONCLUSÕES	120
Limitações da Pesquisa	126
Trabalhos futuros	126
REFERÊNCIAS	127
APÊNDICES	135

INTRODUÇÃO

A história nos conta que os seres humanos têm apresentado diferentes formas de relação com a natureza. Ultrapassando um estado de total submissão a ela, nossos ancestrais produziram novas possibilidades de existência chegando ao ponto, não apenas de romper com aquele estado, mas de recriá-la.

Nos séculos XVIII e XIX o avanço tecnológico permitiu a substituição do meio natural por outro denominado meio técnico. Entende-se que essa denominação já não é mais adequada hoje, impondo-se a necessidade de outras, capazes de expressar melhor o atual estágio da sociedade capitalista. Temos, então, não mais um meio técnico, mas um meio técnico-científico. Explicitando mais ainda, em correspondência com o atual estágio da sociedade em que a informação, em todas as suas formas, torna-se o fator que desencadeia as mudanças mais significativas no modo de vida em sociedade, o que vai se caracterizando é, portanto, um meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2013 [1993]).

Especialmente a partir de meados do século passado, a sociedade vem sendo marcada por profundas transformações, sob o domínio do capitalismo financeiro. Momentos assim são denominados crises do capitalismo. Uma das formas encontradas para sua superação, fundamenta-se no neoliberalismo e na reestruturação produtiva da era da acumulação flexível. A crise geral do capitalismo que ocorre entre os anos 1960 e 1970 exacerba os problemas e as contradições da vida social. As respostas encontradas para sua rearticulação trazem alterações consideráveis em todos os âmbitos da sociedade (THOMAZ JUNIOR, 2003).

Outra marca profunda da contemporaneidade é o aumento da competitividade e da concorrência intercapitalista, cujas consequências mais graves a serem destacadas são a precarização da força de trabalho humana e a degradação do meio ambiente, na relação dos seres humanos com a natureza, guiadas pela lógica desta sociedade que prioriza a produção de mercadorias e a valorização do capital (THOMAZ JUNIOR, 2003).

Nesse quadro, diferentes perspectivas sobre questões urbanas têm sido levantadas. Jane Jacobs (2011 [1961]), no clássico *Morte e Vida de Grandes Cidades*, defendia que a economia urbana decorria de articulações urbano-regionais, afirmando que a metrópole contemporânea só poderia se desenvolver

aprofundando as relações de complementaridade e a divisão do trabalho com seu entorno. Lefebvre (1999), em sua 'revolução urbana', afirmava que a cidade, invadida pela indústria, implodiria sobre a sua centralidade e explodiria na forma de tecido urbano sobre seu entorno. Convergindo para a formulação da ideia de que a área social seria onde se explicitariam os maiores desafios de respostas que possibilitariam uma articulação dos diferentes interesses em jogo. A organização democrática do poder local assumiria, cada vez mais, um espaço central numa agenda que contemplaria a necessária articulação não só entre atores, mas entre políticas (JACOBI, 1992).

Nesse cenário, a problemática da sustentabilidade tem assumido um papel central na reflexão em torno das dimensões do desenvolvimento e das alternativas que se configuram para garantir equidade e articular as relações entre o global e o local (JACOBI, 1992). O Relatório de Brundtland, nessa mesma direção, já propunha novos conceitos para gerenciar, de forma racional, as complexas relações de uma cidade. Trazia, por exemplo, a noção de capital, adotada para todas as fontes mundiais de recursos. Há três tipos principais de capital, cada um dos quais baseados nos aspectos de sustentabilidade social, sustentabilidade econômica e sustentabilidade ambiental (BRUNDTLAND, 1987). Nessa direção, tem se tornado fundamental criar as condições para inserir crescentemente a problemática do desenvolvimento urbano sustentável no universo da gestão local, e principalmente na dinâmica das políticas sociais. O quadro socioambiental que caracteriza as sociedades contemporâneas revela que as ações dos seres humanos sobre o meio ambiente estão causando impactos cada vez mais complexos, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos (JACOBI, 1992).

O ecossocioeconomista Ignacy Sachs, por exemplo, defende a ideia de que o desenvolvimento sustentável será viável, desde que, seja construído a partir do equilíbrio e sucesso de três bases: econômica, social e ambiental. O sucesso econômico está pautado no eficiente planejamento e gestão dos recursos, além de constantes investimentos público e privado. Na mesma lógica, o consequente sucesso social se evidencia com melhores distribuição de renda e bens, a diminuição das desigualdades sociais contribuindo, assim, com o aumento do bem-estar social. E, não menos importante, está o sucesso na base ambiental, que se caracteriza pela capacidade de utilização dos recursos, limitação do consumo de combustíveis fósseis e redução de geração de resíduos e poluição (SACHS, 2007).

Ainda nesse contexto de alteração da ordem estabelecida, outra consequência a ser aqui destacada diz respeito à migração do campo para as cidades. Mais da metade da população mundial passou a viver em áreas urbanas a partir de 2008 e o século XXI vem se constituindo como essencialmente urbano. Estima-se que em 2030 essa proporção chegará em sessenta por cento. Nesse contexto, repensar modelos de cidade se tornou imprescindível. Nesse cenário, por um lado, segundo a Organização das Nações Unidas – ONU (2013), os maiores desafios para a política e planejamento urbano do presente século será tornar as cidades mais sustentáveis, habitáveis e resilientes. Por outro, as cidades têm sido, muitas vezes, consideradas o palco das desigualdades e das injustiças, da competição desenfreada e do colapso de uma sociedade que está produzindo o seu próprio fim.

Ainda tentando trazer nuances importantes do contexto urbano em construção, recorrendo a Milton Santos (1988), pode-se destacar que o grande desenvolvimento ocorrido na área dos transportes, com veículos e estradas melhores, o barateamento do combustível, a redução no custo das viagens possibilitou maior mobilidade entre campo cidade. Cabe, no entanto, ressaltar que nem todos têm acesso à essa mobilidade. Ela está disponível apenas aos que possuem mais renda. Nas palavras do autor:

Quem não pode mover-se periodicamente para obter os novos itens de consumo que a publicidade lhe insinua, acaba saindo de vez. Temos aí um novo motivo para o aumento do número de migrantes para os maiores centros. [...] A migração, em última instância, é, sem paradoxo, consequência também da imobilidade. Quem pode, como já mencionamos, vai consumir e volta ao lugar de origem. Quem não pode locomover-se periodicamente, vai e fica. A migração, que também se dava em cascata, seguindo os degraus da mencionada hierarquia urbana, dá-se cada vez mais diretamente para os grandes centros. Desse modo há, também, modificações dos volumes relativos dentro do sistema urbano. Acrescentemos a tudo isso a realidade das agroindústrias, atividades modernas, sequiosas de tecnologia, capitais, informação e altos lucros e que passam a se relacionar diretamente com os grandes centros. Só a produção direta se dá localmente. Mas a garantia de participar de uma lógica que é extra local insere essas atividades em nexos cada vez mais extra locais (SANTOS, 1988, p.20).

Seguindo ainda essas ideias, vemos tratar-se aqui da “ruralização da cidade”, isto é, a invasão de praxis¹ rurais no meio urbano, em virtude das numerosas e brutais correntes migratórias provenientes do campo” (SANTOS, 2013 [1993], p.60). Tais praxis trazem consigo uma base de conhecimento, de hábitos, de cultura que acabam por se desenvolver no meio urbano impelidas pela necessidade de sobrevivência dessa população migrante.

É nesse contexto que envolve as pressões trazidas pela urbanização, pelas políticas sociais, pelas preocupações ecossociossistêmicas, por melhores condições de vida urbana e busca de alternativas para as cidades, que surgem as experiências com agricultura urbana. Essas experiências têm chamado a atenção por se desenvolverem em um contexto de proximidade com os mercados, de disponibilidade de recursos, de valorização e recuperação de espaços limitados ou degradados das cidades, de aumento da disponibilidade de alimentos e diversificação da dieta das famílias socialmente marginalizadas. Outro aspecto diz respeito ao fortalecimento dos laços afetivos que contribuem para melhoria da vida comunitária e autoestima.

Dentro de toda a complexidade que envolve pensar “o urbano”, centralizo meu interesse no debate presente na sociedade contemporânea a respeito das profundas modificações ocorridas nas relações entre campo e cidade, desencadeadas pelas transformações recentes no processo de industrialização e urbanização. Nesse contexto, o tema da agricultura urbana é pensado a partir da compreensão de que a construção e reconstrução do espaço é uma produção social dos seres humanos, que, portanto, é marcada pelo movimento, pelas contradições e pelas transformações que ocorrem nas sociedades ao longo da história. Este fenômeno, que não é novo, é analisado aqui levando-se em conta a complexidade da relação cidade-campo, situando-o nas inter-relações com a sociedade atual.

Para a presente pesquisa, considerando o quadro de desigualdades e carências identificadas nos grandes centros urbanos no que diz respeito ao acesso ao trabalho, à alimentação saudável, à qualidade ambiental, à ocupação dos vazios urbanos, ao fortalecimento dos laços sociais como suporte de enfrentamento de

¹ Neste estudo foi adotado o seguinte conceito de praxis: [...] inclinamo-nos pelo termo “praxis” para designar a atividade humana que produz objetos, sem que por outro lado essa atividade seja concebida com o caráter estritamente utilitário que se infere do significado do “prático” na linguagem comum (VÁZQUEZ, 1977, p.05).

problemas coletivos, elegeu-se a atividade de horta urbana comunitária como objeto de estudo para identificar as possíveis contribuições dessa atividade no enfrentamento de alguns problemas econômicos, ambientais e sociais vivenciados por diferentes grupos sociais nos centros urbanos.

a) Questão-problema

Esse objeto de estudo conduziu à questão-problema: *que aspectos ou dimensões da vivência nas hortas urbanas comunitárias configuram uma resposta às necessidades econômicas, ambientais e sociais, segundo as percepções dos diferentes grupos envolvidos em tal prática?*

b) Objetivos

Os esforços para tentar buscar respostas para essa questão foram direcionados neste trabalho com base no seguinte objetivo geral: ***avaliar a percepção dos envolvidos em hortas urbanas comunitárias sobre o impacto econômico, ambiental e social da prática e da participação em tal atividade.***

Para atender o objetivo geral da pesquisa foram estabelecidos objetivos específicos, a saber:

- Descrever analiticamente a distribuição geográfica, no tempo e no espaço, das hortas urbanas comunitárias no município de Curitiba;
- Relacionar as políticas públicas de Agricultura Urbana e hortas urbanas comunitárias de Curitiba com as estratégias aplicadas a diferentes demandas e grupos envolvidos com as hortas urbanas;
- Analisar a relação entre a percepção dos sujeitos da experiência de horta urbana comunitária sobre as possíveis contribuições dessa atividade no enfrentamento de problemas econômicos, ambientais e sociais específicos de cada grupo e os resultados obtidos.

c) Justificativa

O enfrentamento de problemas ambientais ocasionados pela exploração da natureza no processo de produção capitalista faz surgir ações de agricultura urbana. Nesta esteira surgem as hortas urbanas comunitárias com função social, econômica e ambiental.

Na agricultura incipiente realizada nas periferias urbanas, ocupando terrenos ociosos e visando o sustento e/ou algum excesso comercializável, justifica-se o estudo do fenômeno das hortas urbanas comunitárias, a partir de organização popular, em parceria, ou não, com os poderes público e privado. No contexto destas relações complexas, a atividade de horta urbana comunitária se torna relevante quando são identificadas suas contribuições no enfrentamento de problemas econômicos, ambientais e sociais vivenciados por diferentes grupos sociais nos centros urbanos.

É relevante para este estudo a verificação de que a compreensão, a inteligibilidade que esses grupos manifestam é atravessada pela herança cultural, por saberes e práticas, formas de organização que constituem a *praxis* que os sujeitos desenvolvem, nas cidades, quando aderem às propostas de hortas urbanas comunitárias. A motivação, o interesse e a predisposição em resolver problemas práticos, podem estar associados à identidade que a proposta mantém com esta herança.

Dentro do universo da agricultura urbana muitas pesquisas fazem considerações sobre as demandas, carências e recursos disponíveis, propondo procedimentos para obter eficiência e eficácia na experiência. Aplicam seus pontos de vistas sobre as necessidades econômicas e sociais dos sujeitos a serem envolvidos (MADALENO, 2002; MONTEIRO e MENDONÇA, 2004; SANTADREU e LOVO, 2007; COUTINHO e COSTA, 2012; ROBINEAU et al, 2016). Porém a percepção, a interpretação destes sujeitos a respeito das suas necessidades, expectativas e capacidades têm sido pouco consideradas. Essa ausência pode ser observada, também, no processo de planejamento e implementação de políticas, mesmo que o sucesso delas dependa da adesão e participação destes sujeitos.

O interesse em mergulhar na subjetividade dos envolvidos na experiência, após situar o problema no contexto das relações sociais mais amplas, encontra-se na intenção de contribuir para a reflexão sobre um outro lado desta iniciativa: o das pessoas, sua visão e dos motivos para adesão.

Como trabalho exploratório que busca indicadores e significados de uma dimensão pouco estudada, além do perfil socioeconômico que justifica o convite à participação nas hortas urbanas comunitárias, a abordagem dos motivos, visões, opiniões e expectativas declaradas pode indicar o caminho para estudos mais profundos, visando a adequação destes projetos à realidade.

Por meio de uma estratégia de propaganda política e marketing, combinada com algumas ações para solução de infraestrutura, como por exemplo, a criação de parques para contenção de cheias, o programa Lavoura para cultivo de hortaliças e o programa Ecocidadão para a reciclagem de resíduos, a cidade de Curitiba tem sido reconhecida como “cidade ecológica”, “cidade verde”. Essa imagem remete ao pensamento de que a cidade possui preocupação com as questões ao meio ambiente e à inclusão social. Por esta razão é o *locus* deste trabalho, sendo a totalidade das experiências de horta urbana comunitária cadastradas na Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SMAB o corpus da pesquisa. Somando-se todos esses aspectos, cabe mencionar, também, a conveniência da proximidade da pesquisadora com o objeto de estudo, pelo fato de residir nesta cidade.

Como procedimento, buscou-se o contato direto com coordenadores dos grupos, gestores, técnicos envolvidos, o que permitiu a comparação de visões e posturas, facilitando a interpretação das declarações dos sujeitos. O acesso aos coordenadores de cada grupo específico, por bairro e região, permitiu colher visões e opiniões sem ameaçar os participantes de invasão em suas subjetividades.

Com os cuidados que este estudo exige, visando descrever as percepções dos envolvidos sobre os aspectos econômico, ambiental e social, implicados na experiência, procurou-se apresentar o que pensam os diretamente envolvidos nas hortas urbanas comunitárias de Curitiba.

A bibliografia equaciona a situação, o histórico e o contexto, bem como os princípios para elaboração de políticas públicas no município. A percepção, a visão dos sujeitos que aderem a essa atividade e que não participaram da elaboração dessas políticas deve ser registrada para melhor adequação e desenvolvimento de procedimentos que potencializem alguns aspectos importantes da *praxis* rural no ambiente urbano.

CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

A História tem mostrado diferentes formas de organização social, diferentes sociedades e todo o modo de vida que corresponde a cada uma delas. Assim, define o ser humano como ser histórico e social. Histórico porque se produz a si mesmo nas relações que estabelece com a natureza, por meio do trabalho e sob determinadas condições de existência. Social porque, nesse processo, não age de forma isolada, individualmente, mas em conjunto com os outros seres humanos. Decorrente desse pressuposto, há o entendimento de que a natureza do ser humano é o seu ser social. Podemos falar da natureza dos pássaros, das formigas, mas não dos seres humanos, pois estes podem ter qualquer natureza que lhes possibilitem suas condições de existência. Mudam as condições de existência e tudo muda com ela, transforma-se o modo de viver e de ser dos humanos. Nesta perspectiva, para conhecer qualquer ato humano é preciso situá-lo no tempo, no espaço, no interior das relações sociais que lhe deram origem.

A opção por esta fundamentação teórica representa, neste momento, a intenção de realizar um exercício de compreensão da História, de como as relações sociais definem o rosto de uma época. Deste ponto de vista, é que buscamos compreender algumas questões relativas ao espaço, à cidade, ao campo, à agricultura urbana, às hortas urbanas comunitárias, em suas interações, ligações e rupturas dentro do movimento geral da sociedade que as constitui.

Para organizar o estudo elegeram-se três temas que servirão de fio condutor da pesquisa: Desenvolvimento Urbano (subseção 1), Políticas Públicas (subseção 2) e Agricultura Urbana (subseção 3). Podendo-se entender que a subseção Desenvolvimento Urbano se refere à dimensão universal em análise. Da mesma forma, as Políticas Públicas, representação das características e contradições do Desenvolvimento Urbano, podem ser a expressão das demandas e processos de áreas da vida nas cidades, tratando de forma particular os aspectos econômicos, sociais e ambientais. A Agricultura Urbana é abordada como aspecto singular das Políticas Públicas aplicadas nas cidades, permitindo que se situem as experiências das hortas urbanas temática e processualmente e, especificamente no caso desse estudo, as hortas urbanas comunitárias (HUC), que podem ser vistas como fontes importantes de serviços ecossociossistêmicos. As HUCs, nestas perspectivas, são vistas, portanto, como experiências de agricultura urbana viabilizadas sob as

condições específicas de hortas urbanas comunitárias constituídas em contextos urbanos influenciados por ações do Poder Público. A representação gráfica da articulação temática realizada na fundamentação teórico-conceitual pode ser verificada sinteticamente por meio da Figura 1.

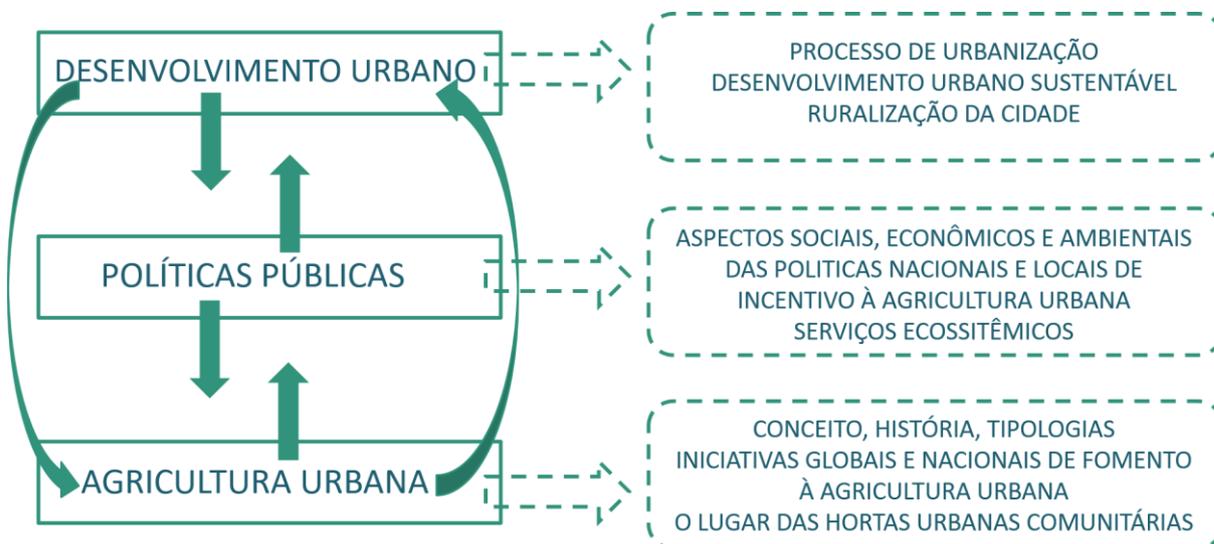


Figura 1 – Estruturação da fundamentação teórica com os temas e subtemas
Fonte: A autora, 2017.

1.1. Desenvolvimento Urbano

A história humana atual é considerada a da era urbana. É o período no qual a maior parte da população, da atividade produtiva e das riquezas estão concentradas nos grandes centros urbanos. Apesar de todas as desigualdades e problemas gerados por esta forma de organização territorial, a maioria das cidades ainda oferece um melhor padrão de vida se comparada a outros modos de vida de momentos anteriores da história. Além disso, as cidades são os centros primários de desenvolvimento científico, cultural, social e de inovação (STORPER e SCOTT, 2016).

As diversas teorias de desenvolvimento difundidas principalmente a partir da metade do século XX, no período pós Segunda Guerra Mundial, possuíam como lógica subjacente o seu crescimento econômico. Ou seja, uma vez garantido o aumento das forças de produção, obteriam conseqüentemente um processo completo de desenvolvimento que seria naturalmente estendido a todos os domínios da atividade humana. No ideário capitalista e ocidental, a questão do

desenvolvimento, também, está muito relacionada à modernização da sociedade (SOUZA, 2010).

Na visão de Storper e Scott (2016), para entender a essência das cidades e seu desenvolvimento toma-se como ponto de partida os fenômenos sociais. Isto permitiria caracterizá-las como aglomerações de pessoas com complexa e interdependência entre as relações das atividades econômicas (produção de bens e serviços) e sociais (atividades culturais, religiosas e governamentais).

Nessa abordagem é possível identificar uma tendência fundamental que é a divisão orgânica do trabalho em que a vida social e econômica se organiza e reorganiza dentro dessa rede complementar e dependente entre si. Essa forma de organização pressupõe que a aglomeração ou a proximidade das pessoas com a produção de bens e serviços são cruciais, pois, caso contrário, o tempo, a distância e conseqüentemente os custos dessa interação comprometeria a eficácia operacional do sistema (LEFEBVRE, 1999).

Para entender o fenômeno urbano é preciso transcender os métodos descritivos, limitados pela análise do que é aparente, pois segundo Lefebvre (1999) é a análise dos fenômenos sociais que permitirá um entendimento sobre tal fenômeno abrangendo a multiplicidade de relações que o caracterizam (LEFEBVRE, 1999).

No capitalismo ou na economia de mercado, especificamente, a pobreza não é fundamentalmente causada pelo processo de urbanização, mas pela desigualdade na distribuição de renda em uma economia com base na propriedade, mercados competitivos e trabalho assalariado (STORPER e SCOTT, 2016).

Frequentemente, as pesquisas sociais utilizam como unidade de observação os centros urbanos, porém Storper e Scott (2016) ressaltam a importância de não atribuir aos resultados um significado intrinsecamente urbano: “A afirmação de que qualquer fenômeno que ocorra em uma cidade é urbano por natureza, é – sem especificação adicional - passível de erro, uma falácia ecológica” (STORPER e SCOTT, 2016, p1.117).

Ainda na visão desses autores, a urbanização está sempre inserida no palco das constantes transformações das condições sociais, econômicas, políticas e culturais. Estas, por sua vez, são as forças que moldam as principais variações da realidade. Essas variações podem ser definidas como: (a) o modo geral do nível de desenvolvimento econômico; (b) o prevailecimento das regras de alocação de

recursos; (c) as formas de estratificação; (d) as normas e tradições culturais; (e) as relações de autoridade política (STORPER e SCOTT, 2016).

As profundas mudanças da urbanização são decorrentes de outras mais amplas que ocorrem na sociedade abalando princípios, verdades, crenças, alterando as condições de vida da maioria da população que se tornam cada vez mais precárias e, nesse sentido, instauram as crises na organização social. Enquanto não são produzidas as condições de uma transformação radical da sociedade, pode-se concordar com Sachs (1986) quando afirma que a crise se torna uma oportunidade para discutir e repensar modelos ou estratégias de desenvolvimento que sejam socialmente mais desejáveis, economicamente viáveis e ecologicamente prudentes.

No Brasil, durante as décadas de 1940 a 1970, registrou-se um longo período de expansão do território urbano e de crescimento econômico, que acabou por camuflar as grandes desigualdades sociais que se formavam. A partir dos anos 1980 e 1990, com a estagnação do crescimento brasileiro (o país registrou taxas de 1,3% e 2,1% respectivamente), evidenciam-se os grandes problemas urbanos como a formação da cidade informal, o desemprego e a violência, que até o início da década de 1970 era pouco percebida (MARICATO, 2006).

Seguindo a lógica do crescimento, o fenômeno da urbanização descontrolada marcou o Brasil nos últimos 70 anos, transformando as relações socioeconômicas nas grandes cidades. Esse momento coincide com “o fim de um período de acelerada expansão econômica brasileira, no qual introduziram no território das cidades um novo, porém, dramático significado, onde mais do que evocar progresso, elas passaram a reproduzir, de forma paradigmática, as desigualdades e as injustiças da sociedade”. (KAUCHAKJE *et al*, 2005).

Com o fim da ditadura militar e a adoção de uma política neoliberal, a partir dos anos 1990, teve início uma série de privatizações, competição entre cidades, trazendo a ideia de cidade empreendedora e acabam por transformar as cidades em um grande negócio. Em 2007 inicia-se, por meio de um projeto desenvolvimentista, a retomada dos investimentos através de programas de crescimento, habitação e saneamento. Em 2011, na tentativa de frear a crise internacional, os altos investimentos na construção civil, ao mesmo tempo que garantiram as mais baixas taxas de desemprego, fizeram com que os imóveis tivessem uma valorização de mais de 200% em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. As

consequências sentidas, ainda hoje, são as periferias avançando para além dos limites da cidade reafirmando a segregação sócio espacial (MARICATO, 2015).

1.1.1. Ruralização da Cidade

No final do século XX, com o declínio do Estado do Bem-Estar Social e a ascensão do ideário neoliberal que aparece como uma reestruturação dos modos de produção, percebem-se grandes e negativos impactos sobre o meio urbano, como por exemplo: privatizações, competições entre cidades, enfraquecimento do Estado Nação e das políticas públicas sociais de subsídios às classes menos favorecidas (MARICATO, 2006). Essas grandes transformações na dinâmica urbana são decorrentes dessa ideologia do livre mercado que adota um sistema produtivo flexível, que promove a reestruturação das empresas e também dos espaços, mudando as formas de trabalho, produção, distribuição e consumo (CASTELLS, 1983; HARVEY, 2014).

Uma das grandes transformações que se observa na dinâmica brasileira, especialmente, a partir da década de 1980, é causada pela invasão de práticas rurais nas cidades decorrentes da intensa migração campo-cidade. Esse fenômeno é aqui tratado como ruralização da cidade (SANTOS, 2013 [1993]).

Pensar a ruralização da cidade no contexto atual implica buscar, ainda que de forma ligeira, dados os limites deste estudo, a origem desse fenômeno. Desde os anos 1960 vários autores buscam esclarecê-lo, compreendendo-o no interior de relações econômicas, sociais e políticas (ARMSTRONG e MCGEE, 1968, *apud* SANTOS, 2013 [1993]; KIELING e SILVEIRA, 2015).

Pode-se dizer que já é de domínio público o fato de que não se pode mais pensar cidade e campo como elementos opostos, dotados de características próprias: a cidade como o centro do poder, das instituições, dos serviços, da cultura, além de outros aspectos; e o campo como lugar por excelência da vida agrária. Milton Santos traduz essa ideia:

Aquilo que anteriormente era chamado de campo (rural) e cidade, hoje é possível dizer que o espaço brasileiro é preenchido por regiões agrícolas e regiões urbanas. Não mais se trataria de regiões rurais e cidades. Pois as regiões agrícolas contêm cidades e as regiões urbanas contêm atividades rurais (SANTOS, 2013 [1993], p. 73)

Diferentes pesquisas apontam a necessidade de ir além do pensamento dicotômico para alcançar a compreensão do espaço, como espaço social, seja ele

urbano ou rural (SINGER, 1973; SANTOS, 1988; ELIAS, 2002; LIMONAD e MONTE-MÓR, 2012). O entendimento das novas configurações espaciais requer, pois, um distanciamento dos significados e conceitos anteriores e um olhar voltado para as particularidades que as caracterizam sem perder de vista a universalidade.

Uma das condições para superação do pensamento dualista, é buscar, primeiramente, o entendimento sobre as raízes da oposição entre cidade e campo na divisão social do trabalho, constatando que essa oposição é mutável no tempo e determinada por alguns aspectos tais como: a relação sociedade-natureza, as relações sociais de produção, o estado de desenvolvimento das forças produtivas, o grau de aprofundamento da divisão social do trabalho, as relações entre grupos sociais e meios de produção, as relações entre a reprodução da sociedade em geral e a reprodução da família e da força de trabalho (SINGER, 1973; SANTOS, 1988; LIMONAD e MONTE-MÓR, 2012).

As grandes mudanças sociais que ocorrem, tendo em vista a rearticulação do capitalismo, para manutenção do status quo, são marcadas pelas constantes crises da sociedade atual. Alguns movimentos da Revolução Industrial mostram transformações que ocorreram no espaço social, impondo novos modos de existência destes espaços e, por consequência, novas formas de conceituá-los, de compreendê-los.

A 1ª Revolução Industrial (final do século XVIII início do século XIX) produz um fato novo que é o nascimento da indústria no campo, que se beneficia da proximidade das fontes de matéria prima e energia. No movimento seguinte, o da 2ª Revolução Industrial (meados do século XIX), a indústria desloca-se para as cidades originando novas condições de produção com base no desenvolvimento das forças produtivas e do meio técnico-científico. Nesse novo contexto, as mudanças mais significativas ocorrem nas cidades.

As condições gerais engendradas pela 3ª Revolução Industrial e o desenvolvimento do meio técnico-científico, agora informacional, propiciam a combinação de diferenças no espaço social, se diluem assim os antagonismos ou complementaridades anteriores entre o campo e a cidade. Formas, conteúdos, funções articuladas segundo uma lógica histórica de separação ou ainda de oposição e complementaridade (...) entre cidade/urbano e campo/rural se rompem; processos que tinham lugar no campo e na cidade passam a ocorrer em ambos, (...) ainda que apresentem diferenças em termos de sua extensão, intensidade e densidade. (LIMONAD e MONTE-MÓR, 2012 p. 8. Tradução livre).

Vale citar ainda mais uma afirmação dessa mesma autora que sintetiza de forma clara e objetiva o resultado desse movimento:

Trata-se, então, de uma sociedade urbanizada a partir da industrialização e do equipamento do espaço, de uma virtualidade planetária, de um espaço social penetrado por uma praxis que nasce na cidade, porém que se expande pelo espaço social como um todo. Nesse processo, cidade e campo são redefinidos pela lógica industrial e subordinados à produção e acumulação capitalistas, perdendo suas características substantivas de origem. (LIMONAD e MONTE-MÓR, 2012, p. 9. Tradução livre)

No Brasil, esse cenário se expressa nas características da nova urbanização.

Entre elas destacam-se:

O aumento do trabalho intelectual não só na cidade, mas também no campo; o crescimento do consumo produtivo e consuntivo; a existência do agrícola não rural, das indústrias agrícolas não urbanas; a cidade como locus de regulação do que se faz no campo moderno; a migração descendente; as regiões do fazer e do mandar, etc (ELIAS, 2002, p. 144).

Kieling e Silveira (2015) trazem o conceito de *continuum* urbano-rural, que pode ser interpretado como a integração do rural e do urbano, valorizando suas particularidades. Se, por um lado verifica-se a urbanização do campo, por outro, há também a ruralização da cidade. As práticas, atividades e costumes que anteriormente eram característicos de cada território, passam a ser parte um do outro criando novos significados e dinâmicas para a população. Quanto maior a cidade e maiores os níveis de renda, maior a modernização em sua região agrícola², maior será a sua busca por autonomia e maior será a presença de práticas agrícolas no meio urbano (SANTOS, 2013 [1993]).

Segundo Maricato (2000), as teorias que tentaram explicar a transformação, o crescimento, o sentido e a função da cidade para informar seus melhoramentos e/ou planejamento, tiveram grande importância nas intervenções feitas, tanto pelo Estado quanto pela sociedade em várias manifestações. No entanto, Kauchakje et al (2005) retificam que os problemas urbanos, muitas vezes foram negligenciados pela priorização de políticas de desenvolvimento.

Nesse contexto, surge o conceito de desenvolvimento sustentável como uma ideia força integradora para qualificar a necessidade de pensar uma outra forma de desenvolvimento (JACOBI, 1992) que no final do século XX se torna indispensável nas discussões sobre políticas de desenvolvimento. A compreensão globalizada do funcionamento de nossas cidades, com relação a sua complexidade, “é pressuposto

² Milton Santos utiliza a expressão “região agrícola” para diferenciar o conceito tradicional de rural que pressupõe atividades e valores característicos do campo. “Hoje, as regiões agrícolas contêm cidades e as regiões urbanas contêm atividades rurais” (SANTOS, 2013 [1993], p.73).

para que uma política urbana possa dar respostas de real incidência sobre nossas conhecidas injustiças” (ROLNIK, 2002, p.54). É a partir da década de 1970 que várias discussões emergem para buscar um conceito alternativo para desenvolvimento.

1.1.2. Desenvolvimento Urbano Sustentável

As discussões sobre as relações do homem com o meio ambiente nunca estiveram tão em voga quanto nos últimos 60 anos (CARSON, 1964; MEADOWS, 1972). Esses debates decorrem do intenso processo de desenvolvimento econômico e tecnológico que o mundo experimentou a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Paralelamente a esse cenário de “prosperidade”, houve uma forte mudança nos padrões de consumo que levou muitos teóricos a questionar a viabilidade, ou como assim será chamada, a sustentabilidade desse sistema (CARSON, 1964; MEADOWS, 1972). São identificados diversos problemas decorrentes desse novo comportamento, sejam eles na esfera ambiental, como a degradação dos recursos naturais, alterações climáticas, riscos de desastres ecológicos, quanto na esfera social, como desigualdades, pobreza, violência, fome. Toda esta percepção dos impactos negativos é rapidamente levada às discussões no campo das cidades.

A rápida urbanização torna as cidades o palco principal da sociedade atual e conseqüentemente é nela onde se concentra a maior parte do consumo e da geração dos resíduos e, conseqüentemente, dos problemas gerados no meio ambiente. Dessa forma, o discurso de “desenvolvimento urbano sustentável” ganha grande relevância no campo das ciências sociais, da ciência ambiental, da ciência econômica e no planejamento urbano.

Diversos debates sobre a degradação ambiental vinham sendo realizados de forma esparsa no mundo, desde a década de 1960. A obra de Rachel Carson, *A Primavera Silenciosa*, considerada uma das precursoras do movimento ambientalista teve grande relevância nas discussões que viriam na década seguinte. Em 1972 aconteceram dois grandes eventos que registram o início dos debates sobre desenvolvimento sustentável: a tese “Limites do Crescimento”, publicado pelo Clube de Roma e na sequência a Conferência de Estocolmo, ou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, marcando a primeira discussão internacional sobre o tema.

Nesse mesmo período é que as discussões sobre a problemática ambiental ganham notoriedade, sendo um assunto recorrente, tanto em meios acadêmicos, quanto em organizações e sociedade civil. Percebe-se enorme relação com o modo de vida das sociedades ocidentais, seja no que diz respeito à produção ou ao consumo e conseqüentemente, os problemas econômicos e sociais.

O Relatório Meadows, como também ficou conhecido o documento publicado pelo Clube de Roma, propunha o congelamento do crescimento da população global e do capital industrial como pressuposto para alcançar a estabilidade econômica e ecológica. Esse relatório foi alvo de diversas críticas sobre os seus catastróficos prognósticos como, por exemplo, as de Mahbub ul Haq, economista paquistanês, criador do Relatório de Desenvolvimento Humano (IDH), argumentando que essa “retórica ecologista” fazia parte de um discurso para frear o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

A ONU, no início da década de 1980, retomou o debate sobre as questões ambientais. Uma das iniciativas foi a criação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987, chefiada pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, para estudar o assunto. O documento final desse estudo chamou-se Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório Brundtland. Este relatório definiu que “desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades”. O relatório trata dos problemas socioeconômicos e ecológicos a partir de uma visão complexa e interligada entre economia, tecnologia, política e sociedade. Além de chamar a atenção para o conceito de responsabilidade e nova postura ética quanto à utilização dos recursos (BRÜSEKE, 1994) e, neste caso, leia-se recursos ambientais, econômicos e sociais. O relatório Brundtland foi bem aceito pela comunidade internacional visto que não fez grandes críticas à sociedade industrial, ele “nem propaga a dissociação ou a estratégia da self-reliance (auto-confiança) nem a despedida do crescimento econômico” (BRÜSEKE, 1994, p.17), mantendo um tom diplomático que lhe garantiu o sucesso em sua publicação.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 também prevê o direito e a responsabilidade sobre o meio ambiente exposto pelo artigo 225, § 1º, inciso I:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder

público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público: I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas (Constituição Federal, 1988).

Em 1992 é realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e desenvolvimento. O evento deixou claro o aumento do interesse por parte dos líderes mundiais no que diz respeito ao futuro do planeta. Estes passaram a adotar, em seus discursos, a preocupação com as relações entre desenvolvimento socioeconômico e as alterações no meio ambiente. Porém a conferência foi marcada, também, pela frustração quanto ao posicionamento da delegação americana que se recusou a assinar a convenção sobre a biodiversidade, além de forçar a retirada dos acordos sobre o clima que constava diretrizes para eliminação da emissão de CO₂ (BRÜSEKE, 1994). O produto dessa conferência é a elaboração da Agenda 21, que significa o compromisso das nações em agir em cooperação e harmonia na busca do desenvolvimento sustentável.

A ONU realiza periodicamente eventos e debates com o intuito de criar esforços para firmar acordos internacionais. Esses acordos são frutos de debates e revisões de todos os projetos e discussões que se realizaram desde as primeiras conferências. Em 2000, foi divulgada pelas Nações Unidas a Declaração do Milênio, que trazia Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e reunia uma série de metas e compromissos a serem cumpridos pelos países sobre os temas meio ambiente e desenvolvimento, desenvolvimento social, direito e igualdade de gêneros, educação, saúde, entre outros (ONU, 2000).

A Comissão da Carta da Terra foi uma entidade internacional independente responsável pela elaboração do documento intitulado “Carta da Terra” que é uma declaração dos princípios fundamentais para a construção de uma sociedade que seja justa, sustentável e pacífica. Esse documento foi resultado de 8 anos de debates e contribuições de diversos países que, em 2008, foi concluído e divulgado como a carta dos povos. O documento enfatiza a necessidade de conscientização de que cada indivíduo “compartilha a responsabilidade pelo presente e pelo futuro bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos [...] Juntos, formamos uma única comunidade de vida, onde dependemos uns dos outros para garantir nossa sobrevivência no planeta” (BOFF, 2004).

Em 2015, a ONU realizou, na cidade de Nova York, um encontro denominado a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável. Esta nova agenda revisou e reformulou os ODM's firmados em 2000. O encontro definiu, em conjunto com todos os países membros, os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que possuem 169 metas dentro de 17 objetivos que envolvem as mais diversificadas temáticas. Os objetivos deverão orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional até o ano de 2030. Assim, esse acordo ficou conhecido como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015).

Considerando o abismo social presente nos grandes centros urbanos e a necessidade de se discutir e propor soluções para os problemas decorrentes dessa desigualdade, a UN-HABITAT, agência vinculada à ONU, especializada em Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, teve em sua mais recente conferência, em 2016, a adoção da Nova Agenda Urbana. Nela está prevista, em consonância com os ODS, o comprometimento em reduzir a pobreza, a fome e as desigualdades, a promover o crescimento econômico contínuo, inclusivo e sustentável, a melhorar a saúde e o bem-estar humanos, assim como promover resiliência e proteger o ambiente (UN-HABITAT, 2016).

O conceito de desenvolvimento sustentável vem se fortalecendo a partir de valores positivos marcados por essa nova filosofia de desenvolvimento “que combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica” (BRÜSEKE, 1994, p;18), tornando esse tripé símbolo da sustentabilidade, conforme figura 2. Portanto todo desenvolvimento precisa ter como pressuposto a sustentabilidade, o que alerta sobre a dependência humana dos ecossistemas e impõe a necessidade da obediência às regras e aos limites da natureza. Em resumo, “trata-se de minimizar o uso da natureza, com obtenção de máximo bem-estar social” (CAVALCANTI, 2012).



Figura 2 – Tripé da sustentabilidade
Fonte: A autora, 2017

A sociedade e a natureza são frequentemente temas de debates e reflexões devido ao seu potencial risco de colapso decorrente do atual modelo de produção e consumo (SOCHER, 2012). A solução que impediria esse colapso é extremamente complexa e depende de um sistema de interações que envolve atores e instituições nas dimensões ambiental, econômica, social, cultural, espacial e política (SACHS, 1993).

Sob a perspectiva do desenvolvimento urbano, a cidade sustentável baseia-se em modelo de desenvolvimento que promove relativamente altas densidades de modo qualificado, ou seja, com adequado e planejado uso misto do solo, mesclando funções urbanas como habitação, comércio e serviços (EDWARDS, 2008).

Segundo Rogers (2013), a cidade sustentável tem várias facetas. É justa, bela, criativa pela visão aberta e exposta à experimentação. É ecológica, de leitura fácil, diversificada, compacta e policêntrica. Deve ela criar estrutura flexível para uma comunidade expressiva e forte em ambiente saudável:

“O conceito de cidade sustentável reconhece que a cidade precisa atender aos nossos objetivos sociais, ambientais, políticos e culturais, bem como aos objetivos econômicos e físicos. É um organismo dinâmico tão complexo quanto à própria sociedade e suficientemente ágil para reagir rapidamente às suas mudanças”. (ROGERS, 2013, p.167).

Os avanços no campo teórico do pensamento mundial a respeito da crise do modelo econômico vigente apontam a proposta do desenvolvimento sustentável como uma evolução desse pensamento. Para a ideia se tornar prática é necessário encontrar mecanismos que transformem as instituições econômicas, sociais e

políticas que sustentam o atual estilo desenvolvimentista. Porém os atores que poderiam iniciar esse projeto emancipatório são justamente aqueles que constituem a base social do estilo dominante e não manifestam grandes interesses nesta transformação. Assim o discurso sustentável torna-se vazio com expectativas utópicas e mais, acabam sendo desvirtuados e utilizados ideologicamente a partir de uma lógica de mercado e não da natureza (CAVALCANTI, 2012).

Além disso, o esvaziamento do discurso sustentável deve-se, também, ao fato de que, muitas vezes, toma a natureza como algo independente, não a considerando no interior das relações sociais.

As diversas críticas sobre o atual modelo de desenvolvimento econômico ganham cada vez mais visibilidade ao apresentar dados científicos evidentes como mudanças climáticas, crise alimentar, questão energética que fundamentam essa insustentabilidade para as próximas décadas.

A concepção do ecodesenvolvimento integra uma crítica à sociedade industrial e, conseqüentemente, uma crítica à modernização industrial como método de desenvolvimento das regiões periféricas. Por isso, essa teoria referiu-se inicialmente às regiões em desenvolvimento como a África, a Ásia e a América Latina, estabelecendo forte relação com a teoria do “self-reliance”, defendida por Mahatma Gandhi e Julius Nyerere, na década de 1970 (BRÜSEKE, 1994, p;18).

Para Sachs (2002, p.54), essa concepção está fundamentada na “harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos[...] utilizando-se dos oito critérios distintos de sustentabilidade”, conforme Quadro 1 a seguir:

CRITERIOS	INDICADORES
Social	Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social
	Distribuição de renda justa
	Emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente
	Igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais
Cultural	Mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação)
	Capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos estrangeiros)
	Autoconfiança combinada com abertura para o mundo

Continua

CRITERIOS	INDICADORES
Ecológica	Preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis
	Limitar o uso dos recursos não-renováveis
Ambiental	Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais
Territorial	Configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público)
	Melhoria do ambiente urbano
	Superação das disparidades inter-regionais
	Estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento)
Econômico	Desenvolvimento econômico intersectorial equilibrado
	Segurança alimentar
	Capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia da pesquisa científica e tecnológica.
	Inserção soberana na economia internacional
Política (Nacional)	Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos
	Desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores
	Um nível razoável de coesão social
Política (Internacional)	Eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional
	Um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco)
	Controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios
	Controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade
	Sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de commodity da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

Quadro 1 – Critérios de sustentabilidade segundo Sachs (2002)

Fonte: Sachs, 2002; adaptado pela autora, 2018

Celso Furtado foi um dos críticos mais conceituados da teoria do desenvolvimento econômico. Esse desenvolvimento, que ele considerava “simplesmente irrealizável”, pautava-se na “ideia de que os povos pobres podem

algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos” (FURTADO, 2005). Tal possibilidade estaria fora do alcance, simultaneamente, de todos os povos da Terra, não passando assim, a ideia do desenvolvimento econômico, de “um simples mito”.

Ao defender a ideia de que os povos pobres poderiam um dia viver como vivem os ricos, esse modelo não levava em conta a fragilidade e a escassez dos sistemas naturais que lhe garantiriam a continuidade. A expectativa de Furtado em 1974, no Mito do Desenvolvimento Econômico, era de que não haveria como se generalizarem os padrões de consumo dos ricos em escala planetária. O autor apontava como causa a exclusão que o processo de desenvolvimento, tal como se tem verificado, tende a promover, agravada pelo maior ritmo de expansão demográfica dos excluídos (FURTADO, 2005). Aqui estaria uma prova da potencial falência do modelo de desenvolvimento econômico.

Diversos autores que discutem a temática da ecossocioeconomia defendem essa teoria como uma alternativa à dinâmica capitalista e à economia de mercado, que segundo eles, são as causadoras das patologias socioambientais, socioeconômicas, sociopolíticas e socioculturais.

Contrariando o utilitarismo economicista, a ecossocioeconomia centra seu foco no desenvolvimento local, repensa a economia por meio do ecodesenvolvimento, aponta metodologias de gestão participativas, autogestionárias, descentralizadas e, ainda, social e ambientalmente responsáveis (SAMPAIO, 2010). Essas metodologias aplicadas ao desenvolvimento local buscam a melhoria da qualidade de vida através da articulação entre a identificação dos recursos disponíveis e potenciais, das demandas da população e das maneiras de aproveitamento da biodiversidade (SACHS, 2002).

Nesse sentido, a produção no meio urbano surge como uma solução que vem compensar as cadeias de transporte ineficientes e produzir os alimentos localmente. Traz, assim, uma série de benefícios como a redução da pegada de carbono, aumento de nutrientes, alimentos mais frescos e muito menos desperdício de alimentos (MOUGEOT, 2000). Novos métodos de cultivo se tornam componentes chave para a solução da produção de alimentos.

1.2. Políticas Públicas de desenvolvimento humano sustentável

O estudo na disciplina administração pública até meados de 1950 buscava contribuir para que a administração governamental “funcionasse” de forma eficiente e econômica, ou seja, a disciplina tinha por objetivo a formação da burocracia governamental, que, até então, era vista como a responsável pela configuração e implementação das políticas públicas. A partir da segunda metade do século XX, houve, entretanto, uma dissociação entre administração e política, levando ao desenvolvimento de dois caminhos distintos da disciplina da administração pública. A primeira vertente se aproximou da ciência política e, dessa forma, tal convergência fez com que a disciplina, até aproximadamente 1970, perdesse a sua identidade, passando a ser vista como sinônimo de ciência política. A segunda passou a basear na ciência administrativa, dando ênfase na teoria organizacional e gestão, tratando sem distinção as dimensões “pública” e “privada” (FARAH, 2011).

Nesse mesmo período, ocorre o reconhecimento de que os administradores públicos não apenas executam políticas, mas deviam se preocupar com sua formulação (FARAH, 2011). Assim, o conceito inicial de uma política pública possuía um certo consenso entre os autores. Afirmam tratar de um conjunto de ações do governo que agem diretamente ou através de delegação, de modo a influenciar a vida dos cidadãos. Ainda, fica a critério do governo a responsabilidade de agir, ou seja, conceitua-se como um instrumento de ação da administração pública (SILVA, 2012; [MEAD, 1995; PETERS, 1986; DYE, 1984; LYNN, 1980] *apud* SOUZA, 2006).

Um dos objetivos de uma política pública com foco na sustentabilidade está necessariamente em repensar modelos, referindo-se tanto ao desenvolvimento das relações sociais e econômicas na cidade quanto ao papel do Estado na garantia do direito à cidade sustentável. Portanto a gestão urbana deveria estar pautada em políticas públicas de inclusão social, equidade no acesso aos recursos ambientais e à realização da justiça ambiental (SILVA, 2003).

Um passo nessa direção foi a aprovação do Estatuto das Cidades em 2001, sob a Lei 10.257/01. Essa política pública tem por objetivo regulamentar e estruturar dispositivos técnicos escolhidos e aplicados a partir da construção de grandes consensos sociais na cidade, no que se refere, por exemplo, ao direito à cidade, à função social da cidade e da propriedade urbana e à gestão democrática da cidade.

O estabelecimento de diretrizes de uso e a ocupação do solo urbano é um dos instrumentos que os planos diretores são responsáveis por elaborar. Neste sentido, é possível prever espaços que contemplem condições adequadas para proporcionar conforto ambiental, insolação, ventilação e iluminação, ou seja, diretrizes que favoreçam, também, a possibilidade de usos urbanos para os espaços não construídos.

Com o surgimento das metrópoles, uma grande parte da responsabilidade comunitária foi transferida ao poder público ou mesmo às grandes empresas. A agricultura nas cidades, no plano comunitário, seria uma boa ferramenta para a autogestão dos recursos e para alcançar uma biodiversidade máxima e ótima (SMIT, 2001).

Além destas previsões, as diretrizes de ocupação do solo, podem prever, também, espaços para implantação da agricultura urbana ou periurbana que, sendo realizada nos espaços livres, seja no lote ou em áreas públicas, proporcionam a condição de permeabilidade do solo e a produção de alimentos, contribuindo, assim, para a qualidade de vida urbana (BEVILACQUA e COLUSSO, 2009).

1.2.1. Políticas públicas de incentivo à agricultura urbana

As políticas públicas, pressionadas pelas demandas da atualidade, referentes à agricultura urbana, têm apresentado possibilidades de regulamentação dessas práticas. Sabe-se que a exclusão social no espaço urbano afeta com maior intensidade os migrantes, anciãos e jovens em situação de vulnerabilidade social. Neste sentido, essa prática seria uma alternativa para a integração e a valorização destes excluídos, pois seria um elemento de valorização de conhecimentos da cultura tradicional local e de práticas coletivas. Dessa forma, atuaria diretamente na valorização da identidade, e da responsabilidade individual e comunitária (BEVILACQUA e COLUSSO, 2009).

Outra contribuição da agricultura urbana encontra-se na gestão de resíduos sólidos urbanos. O resíduo sólido é principalmente um fenômeno urbano. Um residente da cidade gera o dobro do desperdício que um residente rural da mesma região. O problema dos resíduos é ainda mais grave nas cidades em desenvolvimento. Aterros como Laogang, em Xangai, China; Sudokwon, em Seul; Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro; e Bordo Poniente, na Cidade do México

disputam o título de maior do mundo. Cada um normalmente recebe mais de 10.000 toneladas de resíduos por dia. As projeções são para que, até 2100, as taxas de geração de resíduos sólidos excederão 11 milhões de toneladas por dia, mais de três vezes a taxa de hoje (HOORNWEG et al, 2013). Ao utilizar os resíduos orgânicos nas hortas, pode-se, pois, diminuir o impacto ambiental em outras áreas, bem como contribuir na diminuição dos custos da gestão dos resíduos sólidos urbanos. Além do que, a prática da compostagem melhora a produtividade e a qualidade dos alimentos que dela se utilizam (BEVILACQUA e COLUSSO, 2009).

A concepção de políticas e programas voltados para a agricultura urbana pressupõem o entendimento das autoridades locais sobre o papel dos agricultores urbanos e quais os benefícios que essa atividade pode trazer para a cidade e para os cidadãos. A agricultura urbana tem uma participação significativa no abastecimento alimentar de muitas pessoas no mundo, fornecendo produtos especialmente perecíveis, como legumes, hortaliças, leite, temperos e frutas (VEENHUIZEN, 2006).

O Brasil, com a campanha Fome Zero, é exemplo bem conhecido de país onde é dado um apoio substancial do governo ao desenvolvimento de agricultura urbana. Outros países, como Botswana, Zâmbia, Benin e China, seguiram na mesma linha (VEENHUIZEN, 2006).

Ainda, outras iniciativas em cidades como: Cuenca (Equador), México (México), Camilo Aldal (Argentina), Kumasi (Gana) e Dar Es Salaam (Tanzânia) também são exemplos de lugares com práticas em agricultura urbana, que surgiram nos anos 1990, a serem destacados (AQUINO e ASSIS, 2007).

Uma experiência que chama a atenção é a que se realiza na África Subsaariana, em Bobo-Dioulasso. Embora milhares de pessoas sobrevivam da agricultura urbana, essa prática é apenas tolerada, não recebe apoio de órgãos oficiais, nem de políticas públicas, nem da legislação. Recebe subsídios de organizações internacionais que, em conjunto com o poder municipal, procuram apoiar experiências que acontecem em áreas públicas (ROBINEAU et al, 2016).

O quadro a seguir apresenta alguns exemplos de projetos, ações e legislações que declaram ter compromisso formal em desenvolver políticas e programas sobre agricultura urbana:

Instituição	Ação	Início	Foco da ação
Prefeitura de Curitiba	Programa Lavoura e Nosso Quintal	1986	Apoiar os pequenos agricultores urbanos e periurbanos
Prefeitura de Teresina	Projeto Hortas Comunitárias	1987	Gerar trabalho e renda para famílias pobres do município
Prefeitura de Belo Horizonte	Centros de Vivência Agroecológicos-CEVAEs Cidades Cultivando para o Futuro (CCF) From Seed to Table (FS&T)	1993	O CEVAE com um enfoque mais produtivo, além de outros programas de hortas comunitárias com parcerias de ONGs locais e apoio internacional
Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)	Programa Especial de Segurança Alimentar, depois da aprovação unânime pelo Conselho Executivo da FAO na sua 106ª sessão.)	1994	Agricultura urbana como alternativa para reduzir a má nutrição e a pobreza da população urbana.
Distrito Federal	Lei Estadual Nº 3.495/94	1994	Dispõe sobre a implantação da agricultura urbana, especialmente pelas modalidades de hortas familiares, hortas comunitárias, hortas escolares e hortas condominiais
Chefes de Estado	Cúpula Mundial da Alimentação, Roma	1996	Compromisso para acabar com a fome, indicando a agricultura urbana como uma das possíveis ações a se implementar.
Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)	15ª sessão do Comitê de Agricultura	1999	Recomendação dos países membros para que a FAO desenvolvesse um programa multissetorial em apoio à agricultura urbana
Prefeitos	Declaração de Quito, em um workshop internacional sobre Agricultura Urbana realizado em Quito, Equador, "Agricultura Urbana nas Cidades do Século XXI"	2000	Os prefeitos participantes assinaram a declaração que ressaltava a importância da agricultura urbana e a necessidade de implementar políticas nessa área.
Brasil. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	Convênios com o Estado do PR e 18 municípios dos estados da BA, ES, MG, PA, PE, RJ, RS e SP	2004	Apoiar o desenvolvimento de hortas comunitárias, com repasses de R\$ 2,6 milhões para a aquisição de equipamentos, adubos e sementes.
Brasil. Ministério de Segurança Alimentar, e Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	Programa Fome Zero	2005	Utilização da agricultura urbana como tema transversal no desenvolvimento de políticas públicas setoriais.
Estado de Minas Gerais	Lei Estadual Nº 15.973/2006	2006	Instituir o apoio à Agricultura Urbana como parte da política agrícola em harmonia com a política urbana e de Segurança Alimentar e Nutricional com bases sustentáveis.
Prefeitura de Contagem	Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	2006	Fomentar a produção e a comercialização de alimentos saudáveis (agroecológicos) dos agricultores familiares (urbanos e rurais).

Instituição	Ação	Início	Foco da ação
Congresso Nacional	Lei N° 11.346/2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN,	2006	Ainda não se percebe a inclusão objetiva da agricultura urbana nos artigos da lei.
MDS CONSEA MMA	III Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional	2007	Apresentam avanços para formular as bases e propostas para a criação de uma Política Nacional de Agricultura Urbana
Estado de Goiás	Lei Estadual N° 16.476/09	2009	Política de apoio à Agricultura Urbana a ser formulada e executada como parte da política agrícola, em harmonia com a política urbana e voltada para a Segurança Alimentar e Nutricional da população, com bases sustentáveis
Congresso Nacional	Projeto de Lei Política Nacional de Agricultura Urbana	2015	Instituir uma Política Nacional de Agricultura Urbana, definir seus objetivos e estabelecer as ações a serem empreendidas pelo Governo federal, em articulação com os estados e municípios

Quadro 2 – Ações de fomento à agricultura urbana
Fonte: Autora, 2017

Outro arranjo é aquele que parte da iniciativa da sociedade civil, da academia e do setor privado. Nesse tipo de arranjo são incluídas iniciativas promovidas, apoiadas e financiadas por ONGs, movimentos sociais, grupos de agricultores urbanos, universidades e pelo setor privado, podendo, ainda, em alguns casos contar com o estabelecimento de parcerias com o poder público (SANTADREU e LOVO, 2007).

Veenhuizen (2006), descreve as três principais dimensões políticas de Agricultura Urbana - econômica, ambiental e social – que ajuda a entender e diferenciar os benefícios por ela aportados de acordo com a orientação de cada tipo de agricultura urbana.

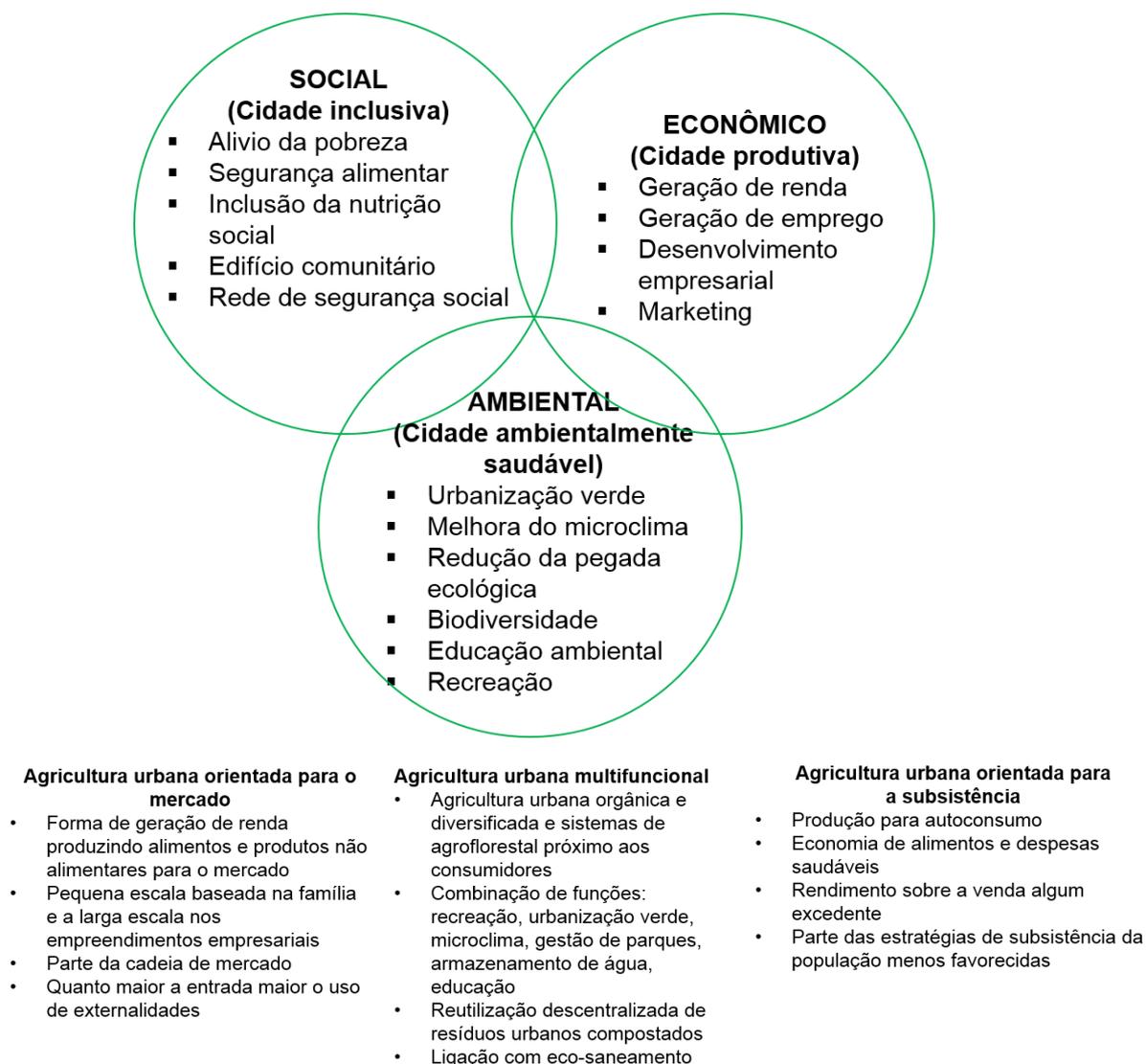


Figura 3 – Dimensões políticas e principais benefícios de cada tipo de agricultura urbana

Fonte: Veenhuizen, 2006, tradução livre pela autora, 2018.

As arenas que debatem a agricultura urbana pretendem fundamentar as bases conceituais sobre a temática para a elaboração de políticas públicas capazes de contribuir para a transformação da realidade social atual e para o fortalecimento da democracia. Evidencia-se, dessa forma, a complexidade desta discussão, visto que, enquanto política social, traz consequências para as políticas urbanas e ambientais (COUTINHO e COSTA, 2012).

Além deste desafio no que diz respeito às diretrizes para a elaboração de políticas públicas, algumas podem assumir e realizar projetos conceituais contraditórios. Se, por um lado, pode representar um projeto “favorável à cooperação e às transformações sociais profundas, por outro, pode favorecer um ideário

conservador, com respostas pontuais às carências urbanas e que neguem os problemas estruturais (COUTINHO e COSTA, 2012, p.95).

Porém Coutinho e Costa (2012), rebatem a discussão quanto à finalidade da agricultura urbana, ressaltando os argumentos favoráveis à sua implantação. O primeiro deles está baseado na Declaração do Milênio das Nações Unidas e em umas das suas 8 metas que diz respeito a erradicação da pobreza extrema e da fome até 2015. O segundo traz o conceito de cidade produtiva, ou seja, o cultivo de alimentos no meio urbano irá atender as populações marginalizadas em situação de vulnerabilidade social. O terceiro argumento apontado pelas autoras está pautado no potencial da prática promover a inclusão social.

É nesse sentido que as diversas qualidades e funções da agricultura urbana possuem potencial para orientar o desenvolvimento e a promoção de políticas públicas direcionadas a promover a inclusão social e a governabilidade participativa; promover a segurança alimentar, nutricional e combate à fome; combater a pobreza; promover a equidade de gênero e respeito às condições étnicas e socioculturais; melhorar a gestão territorial e ambiental (SANTADREU e LOVO, 2007).

A identidade cultural formada ou reforçada é verificada pela valorização das praxis rurais trazidas pelos agricultores que cultivam os alimentos no meio urbano e, dessa forma, caracteriza a agricultura como elemento de inclusão social (COUTINHO e COSTA, 2012).

Devido a intensa urbanização dos grandes centros urbanos os serviços ecossistêmicos obtidos pelas áreas de vegetação ficam prejudicados e são difíceis de manter. Nesse sentido, a agricultura urbana possui potencial de atendimento e promoção desses serviços em diversas formas, sejam elas: hortas comunitárias ou privadas, hortas de telhado, hortas de servidão, pomares urbanos que, além de contribuir com a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos, podem ter grandes benefícios sociais e ambientais para as cidades, como maior segurança alimentar, qualidade do ar e regulação da água (LIN et al, 2015), além de servir como meio de inclusão de grupos em situação de vulnerabilidade social.

1.2.2. Serviços ecossistêmicos e políticas públicas

Um dos maiores desafios para a política e planejamento urbano do século XXI será desenvolver cidades mais sustentáveis, habitáveis e resilientes (ONU, 2013).

Para enfrentar os desafios econômico, social e ambiental, que, por si só, são complexos e inter-relacionados, as políticas desenvolvidas exigirão novas abordagens.

É nesse contexto que os serviços ecossistêmicos têm ganhado crescente atenção devido ao seu potencial para encontrar soluções que forneçam simultaneamente benefícios econômicos, sociais e ambientais para enfrentar os desafios com um recurso eficiente e adaptável (CE, 2015).

Ecossistema é um complexo dinâmico de comunidades vegetais, animais, microrganismos, e seu respectivo meio, que interagem com uma unidade funcional. Entende-se por ecossistema, tanto aqueles pouco perturbados pela ação humana, como as florestas naturais, quanto regiões com padrões mistos de uso humano, ou mesmo, ecossistemas intensamente administrados e modificados pelo homem, como regiões agrícolas e urbanas. Serviços Ecossistêmicos são os benefícios diretos ou indiretos que o homem obtém desses ecossistemas (MA, 2003). Esse conceito surgiu no final da década de 1970 com o objetivo de chamar a atenção do interesse público sobre a conservação da biodiversidade. No entanto foi a partir de década de 1990 que se iniciaram projetos e estudos para valorar economicamente esses serviços e, em 2003, a Avaliação Ecossistêmica do Milênio contribuiu para a inclusão do tema na agenda das políticas públicas (Gómez-Baggettun, 2009).

Os serviços ecossistêmicos abrangem os serviços de abastecimento, incluindo alimentos, água, madeira; os serviços reguladores, afetam climas, inundações, doenças, resíduos e a qualidade da água e do ar; os serviços culturais, fornecem benefícios recreacionais, estéticos, educacionais e espirituais; e os serviços de suporte, tais como formação do solo, biodiversidade, habitat, fotossíntese e ciclo de nutrientes. A figura a seguir possibilita uma visão clara dessas questões:



Figura 4 – Classificação dos Serviços Ecosistêmicos

Fonte: freshwaterwatch.thewaterhub.org, (2017)

Entre as iniciativas que buscam identificar de que forma o crescimento econômico e o crescimento populacional afetam a capacidade de os ecossistemas gerarem serviços essenciais à vida no planeta, destaca-se uma pesquisa sobre as mudanças ambientais e suas tendências futuras, que teve início em 2001, intitulada Avaliação Ecosistêmica do Milênio. Com o apoio da ONU, a sua duração foi de cinco anos e teve como objetivo produzir e disponibilizar o conhecimento científico às necessidades dos tomadores de decisão a fim de garantir a gestão sustentável dos ecossistemas.

O quadro 3 a seguir apresenta exemplos de serviços ecossistêmicos e os benefícios que podem trazer para as dimensões ambiental, econômica e social.

Benefício	Benefícios
Ambiental	Redução de emissão de CO2 com a redução de transporte de alimentos por veículos motorizados
	Melhoria da paisagem urbana
	Reciclagem de resíduos orgânicos urbanos e consequente redução de lixo urbano
	Conservação do solo
	Recuperação de áreas degradadas
Econômico	Renda direta (comercialização)
	Renda indireta (consumo)
	Trabalho
	Capacitação para autogestão comunitária
	Incentivo ao mercado local
Social	Melhoria da autoestima
	Melhoria da nutrição familiar e garantia da segurança alimentar
	Aumento de vínculos afetivos e solidários entre participantes e comunidade
	Redução da incidência de doenças
	Redução de vandalismos e presença de usuários de drogas nos terrenos
	Consumo de alimentos sem agrotóxicos

Quadro 3 – Benefícios e Impactos dos Serviços Ecosistêmicos nas Hortas Urbanas Comunitárias
Fonte: A autora, 2017

Devido aos esforços internacionais para engajar o setor privado na conservação dos recursos naturais, os serviços ecossistêmicos estão sendo incluídos nas discussões econômicas. As empresas que não levarem em consideração os serviços ecossistêmicos em seus negócios poderão correr vários riscos, sejam eles de ordem legal, operacional, regulatória, reputacional e/ou financeira. Em contrapartida, as empresas podem agregar valores quanto a ganhos de eficiência, novos produtos e mercados, novas fontes de receita, ganhos de marca e certificação quando atenderem àquela exigência (WRI, 2012). Nesse sentido, procurando associar interesses empresariais com interesses voltados à melhoria das condições ambientais, a Secretaria Geral das Nações Unidas, em parceria com os maiores investidores do mundo, desenvolveu em 2005 os Princípios de Investimento Responsável das Nações Unidas (UNPRI), por meio dos quais se comprometem a incorporar aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa às suas práticas.

No Brasil, visando conciliar uma política pública a partir do incentivo a práticas empresariais mais consonantes com princípios ambientalmente recomendados, foi criado na década de 1990 o ICMS Ecológico. Esta foi uma das primeiras iniciativas a abordar o tema serviços ecossistêmicos. Funcionaria como um sistema de compensação pela “não produtividade” das áreas protegidas e, conseqüentemente, a arrecadação de aproximadamente 5% do total do ICMS poderia ser destinada a essas áreas (TNC, 2012).

Na tentativa de gerar recursos às Unidades de Conservação (UCs) pelo fornecimento de serviços ecossistêmicos à sociedade, estabeleceram-se alguns instrumentos através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). É possível citar, por exemplo, as organizações públicas ou privadas responsáveis pelo abastecimento de água, pela geração e distribuição de energia elétrica, ou que façam uso de recursos hídricos e beneficiárias de uma Unidade de Conservação às quais devem contribuir financeiramente para a proteção e a implementação da área (BRASIL, 2000).

Igualmente, nos licenciamentos ambientais de empreendimentos de alto impacto ambiental, o empreendedor fica obrigado a apoiar a implantação e a manutenção de UCs de Proteção Integral. O SNUC ainda beneficia os proprietários das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) com a isenção do Imposto Territorial Urbano ou Rural da área protegida (BRASIL, 2000).

A produção agrícola no meio urbano, também, pode ser considerada um meio eficiente para promoção de serviços ecossistêmicos, pois normalmente não utiliza agrotóxicos que comprometem o solo e a qualidade do alimento consumido. Além disso, atua no aumento da permeabilidade do solo, contribui para a regulação climática e a biodiversidade, além dos benefícios diretos aos consumidores e produtores que criam uma consciência ambiental sobre a produção, origem e consumo de alimentos saudáveis (COUTINHO e COSTA, 2012).

1.3. Agricultura Urbana

Agricultura urbana não é uma novidade do século XX se considerarmos que a própria atividade agrícola é que permitiu o surgimento das cidades há mais de 10.000 anos atrás. O que se percebe hoje é a retomada de uma atividade que já serviu de resposta em diferentes momentos históricos da humanidade. As soluções que se buscam hoje dizem respeito a mitigação de problemas decorrentes de migrações campo – cidade, desemprego, pobreza, segurança alimentar, regulação climática, entre outros.

Modernidade, inovação e o progresso foram associados às cidades ao longo dos últimos duzentos anos. Um exemplo clássico é a cidade de Chicago, que se tornou polo industrial com uma das maiores malhas ferroviárias dos Estados Unidos na década de 1850. Isso permitiu que a cidade desse um salto demográfico de uma

população de mais de 100 mil habitantes para mais de 1 milhão em 1890. Emerge nos anos 1920 a Escola de Chicago que, ao realizar estudos sobre a sociologia urbana, estabeleceu uma compreensão modernista da vida urbana, como uma realidade essencialmente separada da vida rural (BARTHEL e ISENDAHL, 2013).

A irrelevância das barreiras e distâncias geográficas, assim como o ritmo acelerado dos centros urbanos são qualitativamente diferentes em termos de intensidade e alcance em comparação com até 70 anos atrás (HARVEY, 2014; SASSEN, 1998). Existe uma alta conectividade global entre as cidades e as fontes de abastecimento de alimentos, diminuindo assim a vulnerabilidade das cidades para uma possível escassez de comida. Ainda assim, essa dependência pode representar uma grande ameaça à população urbana no caso de, por exemplo, uma crise do petróleo que impeça a livre circulação dos produtos (BARTHEL e ISENDAHL, 2013).

A inovação tecnológica da era industrial e o crescimento econômico permitiram a abertura de novos mercados, a aceleração dos ciclos de produção e a redução do tempo “produto-consumidor”, reduzindo o significado da distância no que se refere aos processos socioeconômicos (HARVEY, 2014). Assim, para alguns, a ideologia modernista subjacente ao surgimento do planejamento urbano durante as primeiras décadas do século XX considera claramente a agricultura local como obsoleta a partir de uma compreensão futurista e normativa da cidade como sistema autônomo social (BARTHEL e ISENDAHL, 2013). Porém a crescente pobreza urbana, a fome e a falta de emprego formal, acabam por resgatar a atividade agrícola nas cidades como uma oportunidade de produção local, pelos agricultores urbanos. Essa atividade é possível em face das cidades possuírem crescente demanda por alimentos, pela proximidade com os mercados e disponibilidade de recursos baratos tais como resíduos orgânicos urbanos e águas residuais (VEENHUIZEN, 2006).

A agricultura urbana pode ser definida como o cultivo de plantas para alimentação dentro dos limites da cidade, seja ele intraurbano ou periurbano. É caracterizada por estar situada próxima dos mercados locais e dos consumidores, utilizando espaços limitados com baixo grau de organização pelos agricultores envolvidos, além de utilizar recursos urbanos, tais como resíduos sólidos orgânicos. Atua como complemento da agricultura rural aumentando a eficiência dos sistemas alimentares (MOUGEOT, 2000; COMPANIONI et al, 2001; MADALENO, 2002).

Segundo Mougeot (2000), a agricultura urbana não trata apenas da localização – ou das características mencionadas no parágrafo anterior – mas do fato de integrar os aspectos econômicos, sociais e ambientais da cidade. Nesse sentido, a agricultura urbana utiliza recursos urbanos, como resíduos orgânicos, água, terra, mão-de-obra. A produção é destinada aos cidadãos urbanos locais, sendo fortemente influenciada pelas condições e dinâmicas da cidade (concorrência pela terra, políticas, mercado), além de impactar o próprio sistema urbano (ambiental, de saúde da população com efeitos sobre a segurança alimentar e a pobreza).

As experiências com agricultura urbana normalmente se manifestam entre as populações socialmente marginalizadas e possuem o objetivo do autoconsumo, proporcionando maior disponibilidade e diversidade de alimentos. Representam, assim, uma estratégia coletiva de combate aos riscos de insegurança alimentar e nutricional, além de atuarem, também, como uma atividade de fortalecimento dos laços familiares e da vida comunitária (COUTINHO e COSTA, 2012; COLDING e BARTHEL, 2013; CAMPS-CALVET et al, 2016).

Desta forma, como afirmam Santadreu e Lovo (2007, p.11), a agricultura urbana possui como princípio um caráter multifuncional com “potencial para promover cidades produtivas e ecológicas, que respeitam a diversidade social e cultural e que promove a segurança alimentar e nutricional”.

Nesse sentido, as atividades de agricultura urbana estão relacionadas com a promoção da autonomia das pessoas e ao bem-estar, da resistência a crises, do desenvolvimento de capacidades e da equidade. Esses são critérios apontados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (BOUKHARAEVA et al, 2005) e determinantes para a qualidade de vida.

É consenso por parte dos estudiosos a complexidade em conceituar a qualidade de vida de forma adequada, porém, em 1995, a Organização Mundial da Saúde (OMS) formou um grupo de especialistas para debaterem o assunto e, assim, definiram a qualidade de vida como: “a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto de sua cultura e no sistema de valores em que vive e em relação a suas expectativas, seus padrões e suas preocupações”. Consideram, ainda, três aspectos fundamentais implícitos nesse conceito: a subjetividade, a multidimensionalidade e a presença das dimensões positivas e negativas (FLECK, 2008, p.25).

Este aspecto de promoção da autonomia e bem-estar aparece relacionado aos conceitos de qualidade de vida expresso pelo instrumento de avaliação World Health Organization Quality of Life (WHOQOL), desenvolvido pela OMS. Este instrumento apresenta seis domínios que descrevem diferentes aspectos para a sensação de autonomia, bem-estar e satisfação pessoal. O WHOQOL apresenta as facetas de cada domínio, incluindo o acesso a transporte, medicamentos, informações e orientações, condições positivas para a saúde física e mental, entre outras. (FLECK, 2008). Os domínios são (I) Físico, (II) Psicológico, (III) Nível de Independência, (IV) Relações Sociais, (V) Meio Ambiente, e (VI) Espiritualidade/Religião/ Crenças Pessoais.

A relação das pessoas com a cidade representa um aspecto da qualidade de vida. Nesse sentido, a produção agrícola familiar apresenta numerosas características positivas, como, por exemplo, o aumento da capacidade das sociedades enfrentarem as crises alimentares; ser um fator de bem-estar, representar uma possibilidade terapia e de equilíbrio; reforçar a autonomia e a identidade das pessoas; favorecer a transmissão e a aquisição dos saberes e da cultura; melhorar a condição de vida das famílias em situação de vulnerabilidade social (COUTINHO e COSTA, 2012).

Nessa direção, a agricultura urbana pode ser considerada como uma solução sustentável não apenas para uma determinada classe social, conforme afirma Boukharaeva et al (2005), mas também para um dos principais desafios que a humanidade enfrentará nas próximas décadas. Com uma população estimada para atingir a marca de 9 bilhões, um dos maiores desafios está relacionado à alimentação. A agricultura, tal como é praticada hoje, utiliza grande extensão de terra, milhões de litros de água, além da energia, para criar, produzir e transportar o alimento.

Toda essa cadeia é responsável por grande impacto no meio ambiente. A agricultura é responsável, por exemplo, por um quarto dos gases de efeito estufa das fontes humanas que vão para a atmosfera e, ainda, considerando que praticamente toda a terra arável do planeta já é utilizada, novas soluções que otimizem os recursos (água, solo, energia) são de extrema urgência para o desafio de alimentar a crescente população do planeta (SCIENTIA, 2015). As Nações Unidas estimam que entre a produção e entrega dos alimentos 30% é perdido e o

desperdício não fica apenas no alimento que deixa de ser consumido, mas também, nos recursos naturais, humanos e financeiros necessários à sua produção.

A agricultura urbana pode ser um instrumento de resposta a diferentes demandas comunitárias e institucionais, de acordo com as particularidades e oportunidades locais e regionais. A sua aplicabilidade no meio urbano pode ser definida em quatro categorias: de economia, de ecologia, de saudabilidade e de sociabilidade (COHEN et al, 2012). A *categoria econômica* tem sua aplicabilidade na venda da produção local e regional, diminuindo as distâncias entre produtor e consumidor, além de reduzir os desperdícios. A questão econômica também está relacionada pela oportunidade de relação não só monetária, mas de trocas. Permite maior acesso de alimentos frescos em toda a comunidade. Para a *categoria ecológica*, essa dimensão tem sua importância pelo conjunto de serviços ecossistêmicos que impactam diretamente a cidade: servem como áreas de captação de água pluvial já direcionadas à irrigação das hortas; contribuem para a gestão dos resíduos orgânicos, servindo para compostagem e adubo; auxiliam na regulação climática e promoção da biodiversidade, além de educação ambiental. A *categoria saudabilidade* diz respeito ao estímulo e motivação das pessoas a criarem a consciência para escolha de uma alimentação mais saudável e a ingestão de alimentos locais, estimulando o cultivo do próprio alimento ou conhecer a sua procedência (compra local) adquirindo um alimento mais fresco e de menor custo. A *categoria sociabilidade* integra os agricultores com a comunidade, promove a governança comunitária através dos espaços de cultivo de alimentos, traz o sentimento de pertencimento ao local com segurança para a permanência das pessoas, proporciona o convívio social entre diferentes grupos etários na vizinhança e desenvolve valores de convivência e respeito, favorece as discussões sobre as demandas de cultivo de alimento na cidade e os conflitos com as divergências na lei de uso do solo e no planejamento urbano.

Essa discussão toma forma a partir de 1980, quando surgem debates sobre a agricultura urbana decorrentes de um novo pensamento ambiental. Em paralelo, devido aos elevados níveis de fome e pobreza evidenciados nos grandes centros urbanos, a partir da década de 1990, os governos locais, responsáveis por criar ações públicas começam a ver nesta prática solução e resposta para enfrentamento de problemas sociais (COUTINHO e COSTA, 2012).

1.3.1. Iniciativas globais e nacionais de fomento à agricultura urbana

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), para atender a demanda mundial de alimentos até 2050, estima-se que a produção de alimentos precisa dobrar, embora o acesso a novas terras aráveis só possa aumentar em 5% e a intensificação e eficiência da agricultura atinja um pico sem atender a demanda. Logo, são necessárias novas tecnologias e soluções para ajudar a resolver o problema. A agricultura urbana tem o potencial de transformar os habitantes da cidade de simples consumidores, também em produtores com melhor equilíbrio: promovendo a produção local de alimentos e maior resiliência. Essa atividade teria grande impacto na forma como os centros urbanos se organizam e buscam maneiras mais sustentáveis de existir.

A engenharia genética, por exemplo, estuda soluções que buscam obter plantas geneticamente modificadas para produzir uma maior quantidade no mesmo espaço de terra, por serem resistentes a secas, enchentes ou mesmo pestes, garantido a produção em qualquer parte do mundo sob qualquer condição climática (SCIENTIA, 2015).



Figura 5 – Engenharia genética e biotecnologia na produção de alimentos
Fonte: Scientia, 2015

Outro exemplo de busca de solução para produção de alimentos são as chamadas fazendas verticais, desenvolvidas pelo americano Robert Colangelo, com base na ideia de produzir localmente, utilizando menos recursos e evitando o desperdício. O *Green Sense Farms*, como chamou a sua iniciativa, é construído em um armazém com uma área de aproximadamente 9 mil metros quadrados e utiliza uma décima parte da terra de uma fazenda tradicional.

Toda a produção é altamente controlada e monitorada por computador que fornecem a quantidade precisa de luz, nutrientes, água, temperatura e umidade, garantindo uma alta produtividade durante o ano todo e uma distribuição que não ultrapassa 120 quilômetros de distância dos centros urbanos.

O cultivo está focado principalmente em alface, couve e ervas não geneticamente modificadas, além de não usar pesticidas ou herbicidas. A primeira fazenda foi construída em Portage, Indiana nos Estados Unidos em 2014 e, em 2015, através de uma parceria com a empresa Star Global Holdings, da República Popular da China, construiu a primeira fazenda vertical na cidade de Shenzhen, na província de Guangdong, no sul da China (COLANGELO, 2016).



Figura 6 – Fazenda Greensense
Fonte: Green Sense Farms, 2017

Entretanto, para outros, a agricultura urbana se apresenta como meio de inovação nos modos de vida urbana. Como é o caso de uma iniciativa denominada *Brooklyn Grange* financiada pelo departamento de infraestrutura de Nova Iorque, através do Programa Verde. Trata-se de uma fazenda na cobertura de um edifício público, localizado no bairro Queens, onde são produzidos alimentos frescos como folhosas, legumes e temperos, além de cerejas e um apiário. Tal iniciativa garante uma produção anual de aproximadamente 20 mil quilos de alimentos e já é considerada a maior fazenda de telhado da cidade de Nova Iorque, com 43 mil

metros quadrados de área. Essa experiência mostra os diversos benefícios da horta urbana em coberturas de prédios, seja como regulação climática, absorção de água, produção e consumo local de alimentos, além da rentabilidade pela venda dos produtos. Ver figura 3.



Figura 7 – Em Nova York edifícios transformam suas lajes em fazendas urbanas
Fonte: Ecoeficientes, 2017

Uma outra prática que surge na década de 1970, na Austrália, é um sistema baseado na “agricultura permanente”, que Bill Mollison e David Holmgren cunham o termo Permacultura. Trata-se de uma produção integrada e permanente no tempo e no espaço assim como a dinâmica da natureza. A permacultura emerge dentro de um panorama do movimento da contracultura, com a rejeição ao crescente consumo e às formas de cultura dominantes, aliada à crise da produção de alimentos no sistema convencional que a Austrália enfrentava. Essa prática teve forte influência de textos emblemáticos como *A Primavera Silenciosa* de Rachel Carson e *Limites do Crescimento do Clube de Roma*.

O conceito de Permacultura acaba expandindo-se para “cultura permanente” ou “cultura sustentável”, que objetiva desenvolver uma ciência holística para o planejamento de ambientes que envolva os fatores sociais, econômicos, ecológicos, sanitários, habitacionais, etc. Assim, define-se Permacultura como “o desenho consciente de paisagens que imitam os padrões e as relações da natureza,

enquanto fornecem alimentos, fibras e energia abundante para atender às necessidades locais" (HOLMGREN, 2007, p.2). Mollison (1998) reforça o conceito de Permacultura como uma “metodologia interdisciplinar que integra conhecimentos tradicionais e modernos e tem como objetivo organizar a presença humana no ambiente natural, ou seja, planejar designs de comunidades humanas sustentáveis”. Aponta a atividade como uma proposta para superar a crise ambiental em busca de um futuro sustentável, através da adaptação dos espaços, das casas, das plantações e do modo de vida.

A permacultura é fundamentada em princípios éticos e de planejamento. São 3 os princípios éticos: a) cuidar da terra; b) cuidar das pessoas; c) compartilhar o excedente. Os princípios de planejamento, formam um conjunto de 12, estão baseados na observação da ecologia e na forma sustentável de interação, de produção e de vida das populações tradicionais com a natureza, em que:

Os primeiros seis princípios consideram os sistemas de produção sob uma perspectiva de baixo para cima dos elementos, organismos e pessoas. Os demais seis enfatizam a perspectiva de cima para baixo dos padrões e relações que tendem a emergir por meio da auto-organização e coevolução dos ecossistemas (HOLMGREN, 2013, p.12).

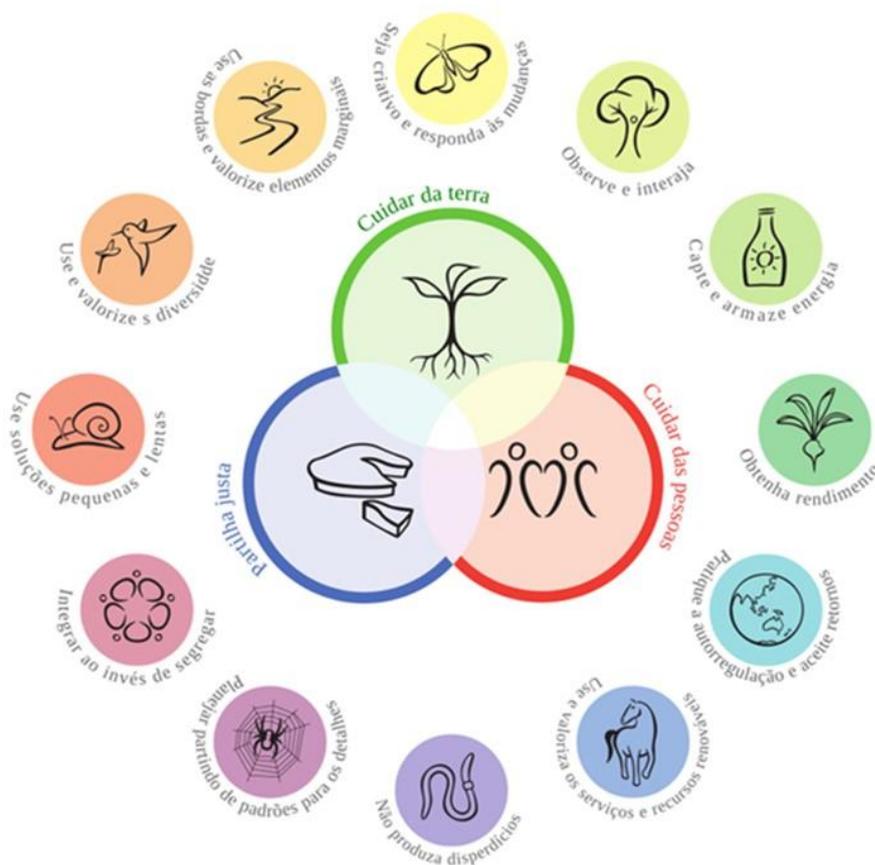


Figura 8 – Princípios éticos e de planejamento da permacultura
Fonte: Holmgren, 2013

A Universidade Federal de Santa Catarina mantém um Núcleo de Estudos em Permacultura, o NEPerma/UFSC, que tem por objetivo promover ações de pesquisa, ensino e extensão na área. A partir do livro de Holmgren – Permacultura: princípios e caminhos além da sustentabilidade, Leticia dos Santos e Marcelo Venturi traduzem e descrevem cada um dos princípios representados na Figura 8.

Outra forma de prática agrícola nas cidades e, talvez a mais difundida, é a das hortas urbanas. As diversas modalidades de hortas permitem um conjunto diversificado de estruturas de vegetação de forma a contribuir tanto com a produção de alimento quanto para a paisagem urbana, atendendo às necessidades de diferentes comunidades. Assim, essa ampla gama de formas de cultivo no meio urbano configuram um sistema altamente heterogêneo em tamanho, forma e função (LIN et al, 2015). As políticas públicas representam um forte mecanismo de regulação e garantia da prática agrícola na cidade e, quando associadas às hortas urbanas comunitárias, potencializam uma atividade multifuncional, contribuindo com os diferentes aspectos econômicos, ambientais e sociais em uma cidade. Isso pode ganhar a atenção dos gestores urbanos responsáveis pela formulação de políticas que busquem soluções mais abrangentes possíveis.

Atualmente, um dos conceitos sobre a constituição de uma política pública se refere, basicamente, ao encontro do cidadão, das instituições e do Estado para discussão, consenso e priorização das ações no que se refere a assuntos públicos. Nesta nova visão, deve-se considerar o cidadão como ator principal da esfera pública. Identificando, a partir daí as características que podem influenciar a formulação dessas políticas (SOCHER, 2012).

1.3.2. Hortas Urbanas Comunitárias: o seu lugar

O debate sobre agricultura urbana normalmente faz referência às hortas urbanas comunitárias. A palavra horta remete imediatamente ao plantio de hortaliças, que é a prática mais comum nos centros urbanos. A palavra “comunitário” traz os conceitos de trabalho cooperativo que gera socialização, além de se caracterizar como atividade que demanda um certo grau de organização e mobilização (MONTEIRO e MENDONÇA, 2004).

Durante o Habitat II - Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, realizado em 1996, foram destacadas no relatório do PNUD, as ações de

Agricultura Urbana com o foco na produção de alimentos, na promoção de empregos para tornar as cidades mais sustentáveis. Essas publicações serviram como referência para os governos locais, associações de base comunitária e organizações não governamentais, que atuam na identificação e busca de soluções para os problemas socioambientais nas cidades. Desse modo, a proposta para a agricultura urbana contempla a utilização de espaços ociosos nas cidades, sejam eles lotes privados vazios, institucionais, áreas não edificáveis, até espaços públicos como praças e áreas verdes (BEVILACQUA e COLUSSO, 2009). É através da modalidade de horta urbana comunitária que se verifica maior aderência à prática de agricultura urbana no Brasil.

A prática agrícola realizada nos centros urbanos permite uma reflexão e a possibilidade de compreensão do espaço urbano e rural através de novas óticas que afetam diretamente a dinâmica territorial. Quando o campo deixa de representar o local agrícola, os ritmos da natureza e, quando a cidade passa a incorporar e valorizar tais espaços no seu território, há uma urgência de ressignificação e conceituação desses espaços para que seja possível compreender as novas relações sócioespaciais, bem como as novas dinâmicas territoriais estabelecidas (COUTINHO e COSTA, 2012).

É possível identificar as diferentes tipologias da prática agrícola na cidade e suas características, também distintas, para cada tipo de espaço através do Quadro 4:

TIPOLOGIA	ESPAÇOS CARACTERÍSTICOS
Espaços Privados	Lotes vagos; Terrenos baldios particulares ou com dúvidas sobre a propriedade; Lajes e tetos; Quintais ou Pátios; Áreas peri urbanas; Áreas verdes em conjuntos habitacionais.
Espaços Públicos	Terrenos de propriedade Municipal, Estadual e Federal com espaços possíveis de utilização de acordo com a caracterização feita nas linhas abaixo:
Verdes Urbanos	Praças e parques.
Institucionais	Escolas e Creches; Posto de Saúde; Hospitais; Presídios; Edifícios Públicos e privados.
Não Edificáveis	Laterais de vias férreas; Laterais de estradas e avenidas; Margens de cursos d'água, Áreas inundáveis; Faixa sob linhas de alta tensão; Ambientes aquáticos (rios e lagoas).

Unidades de Conservação	Áreas de Proteção Ambiental; Reservas Ecológicas; Outras unidades desde que seja permitido o manejo e uso de potencialidades.
Áreas de Tratamento	Aterro sanitário; Lagoas de oxidação.

Quadro 4 – Tipologias de agricultura urbana

Fonte: Terrile (2006) in Santadreu e Lovo, 2007.

O Quadro 5 a seguir, descreve alguns tipos de hortas urbanas, assim como as estratégias para aprimoramento da biodiversidade e serviços ecossistêmicos com os quais cada uma pode contribuir.

Tipo de horta urbana	Descrição	Estratégias para aprimoramento da Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos
Hortas comunitárias ou Hortas de Alocação	Áreas de cidades reservadas para horticultura não comercial, contendo pequenas hortas com direitos individuais ou de gestão da terra familiar. Em hortas de alocação, a terra é subdividida e parcelas são cultivadas individualmente. Em hortas comunitárias, a área inteira é cuidada por um grupo coletivamente.	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da área de luz solar e área floral, aumenta a riqueza de espécies como abelhas e borboletas. • Produção de vegetais locais e culturais, bem como plantas medicinais pode aumentar a complexidade vegetativa e diversidade dos sistemas de agricultura urbana • diversidade Floral apoiam os polinizadores urbanos, a dispersão de sementes, e regulação de pragas • Suporte para invertebrados e micróbios abaixo do solo e controle de pragas de insetos • Facilitar a drenagem e reduzir o efeito de ilhas de calor urbano
Hortas particulares	Um sistema de produção de múltiplas espécies na área de terra ao redor da casa para atender as diferentes necessidades e funções físico, sociais e econômicas; é tradicionalmente uma importante atividade de uso da terra para as famílias individualmente. Eles podem incluir em poucos metros quadrados uma vegetação diversificada.	<ul style="list-style-type: none"> • vegetação estratificada nas hortas pode contribuir para grandes quantidades de biodiversidade • plantações nativas podem aumentar a diversidade de pássaros e de borboletas • aumenta a diversidade de parasitoides com diversidade floral • O tamanho da horta e da estrutura 3D aumentam grupos de espécie de mamíferos em abundância e diversidade • Diversidade genética melhora a conectividade de espécies ameaçadas e raras
Hortas de servidão	Agrupadas em pequenos trechos em diferentes tipos de bairros não utilizados com vegetação ao lado de vias rodoviárias. Estas áreas podem ser transformadas e melhoradas a partir de faixas de grama simples em áreas diversas com pomares comunitários e jardins contribuindo com biodiversidade local.	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da cobertura vegetal pode melhorar a qualidade da água e reduzir a erosão do solo • Melhora a matriz para o movimento de espécies entre os tipos de uso da terra • Aumento da vegetação pode fornecer habitat, apoio e ajuda na biodiversidade • Rua urbanas arborizadas podem contribuir para o arrefecimento dos edifícios adjacentes • Diminuição de ruído e amortecedores ambientais junto aos corredores ferroviários e rodoviários
Hortas de telhado	Estabelecidas nos telhados de edifícios. O cultivo geralmente é feito usando sistemas de telhado verde, hidroponia, aeroponia ou técnicas de jardins de contêineres (recipientes).	<ul style="list-style-type: none"> • fornece habitat da vida selvagem para a polinização e controle de pragas • Redução de áreas impermeabilizadas, aumentar o arrefecimento do ar, mitigação dos riscos de inundação e aumentar o habitat da vida selvagem

Pomares comunitários	Paisagem de árvores altas que mudam com as estações do ano, fruto de muitos tipos, bom solo, e variedade de vida selvagem. Detida e gerida pela comunidade, algumas vezes pelas autoridades locais junto com a população local.	<ul style="list-style-type: none"> • fornece habitat da vida selvagem • fornece estrutura de árvores densas para o sequestro de carbono nas árvores e no solo • Aumento da cobertura vegetal útil para controle de erosão e atenuação de tempestades
----------------------	---	---

Quadro 5 – Tipos de agricultura urbana

Fonte: Lin et all, 2015; adaptado pela autora, 2018

Necessário também destacar as características das relações interpessoais presentes nas hortas urbanas comunitárias. Por estarem localizadas em áreas vazias da cidade e próximas às residências dos agricultores urbanos, em sua maioria são realizadas por indivíduos sem laços familiares que se unem para realizar essa atividade coletivamente (COUTINHO e COSTA, 2012). Colding e Barthel (2013) reforçam essa ideia sobre as hortas urbanas comunitárias enquanto espaço de gestão coletiva, pois depende de esforços colaborativos de um conjunto diversificado de indivíduos ou grupos de interesse para alcançar êxito na prática. No entanto ressaltam a instabilidade da atividade. Muitas vezes, a hortas estão localizadas em terrenos cedidos que não garantem a permanência delas a longo prazo. Além dessa insegurança quanto à disponibilidade de permanência na terra para o cultivo, outra particularidade bastante recorrente está na forma como o trabalho na horta é realizado. Normalmente caracteriza-se como atividade secundária, atuando como complementação de renda, quando esta existe, ou simplesmente contribuindo para a subsistência da família.

Na tentativa de valorizar os potenciais benefícios da agricultura urbana para a melhoria da qualidade de vida nas cidades, evidencia-se nos discursos de especialistas em agricultura urbana, a atividade como fonte de lazer e realização pessoal, dissociada da questão do trabalho (COUTINHO e COSTA, 2012).

Apesar de ser uma atividade que demanda organização, dedicação e esforço físico na sua produção, fica subentendida a agricultura urbana como um trabalho ao qual não seria necessário atribuir um valor monetário. Este fato ocorre mesmo havendo um reconhecimento do trabalho desses agricultores enquanto agentes promotores da qualidade de vida urbana e melhoria ambiental (COUTINHO e COSTA, 2012).

Nas cidades, onde o acesso a áreas verdes urbanas é cada vez mais privatizado, mercantilizado ou mesmo segregado, isso ocorre pela dificuldade de se deslocar até esses locais ou pela capacidade limitada de pagar por esses acessos.

O isolamento social tem sido apontado como uma nova forma de desigualdade social, onde as pessoas têm menos oportunidades de participar ou ser envolvido na sociedade. Nesse sentido, as hortas urbanas comunitárias podem oferecer uma importante alternativa de acesso a algum tipo de área verde para os grupos menos favorecidos, ao oferecerem espaços para a socialização e, conseqüentemente, múltiplas oportunidades para aumento da coesão social e integração (CAMPS-CALVET et al, 2016).

Colding e Barthel (2013) trazem para a discussão o papel das hortas urbanas comunitárias na construção do conceito de resiliência urbana. Assim, apontam os benefícios da adoção dessa prática nas cidades:

- Serve de espaço para gestão da diversidade cultural, promove a integração cultural, atuando diretamente na redução de conflitos sociais na cidade;
- Fornecem sistemas ativos de manejo da terra contribuindo para a formação da resiliência social-ecológica;
- Representam projetos institucionais de desenvolvimento para as cidades lidarem com variáveis que mudam rapidamente como, por exemplo, recessão econômica, desemprego, falta de gestão de áreas verdes;
- Representam projetos institucionais de desenvolvimento para as cidades lidarem com variáveis espaciais que mudam lentamente como por exemplo a retração ou o aumento da densidade demográfica;
- A continuidade das hortas a longo prazo contribui para o desenvolvimento da memória ecológica nas cidades, sendo um diferencial em períodos de crise ou renovação urbana e reorganização.
- Agem através da construção de resiliência cognitiva, promovendo a capacidade de desenvolver o aprendizado e a adaptação em ambientes urbanos;
- Representam potencial fornecedor de benefícios econômicos para os governos locais gerenciarem o espaço verde urbano, utilizando a gestão voluntária, reduzindo a vulnerabilidade econômica (COLDING e BARTHEL, 2013, p.164). Tradução livre pela autora, 2018.

Esta prática social atua ainda como uma rede cotidiana entre vizinhos, valorizando as capacidades e conhecimentos rurais através da integração social e promovendo, assim, um senso de comunidade. Cria um espaço com valor paisagístico, gerando alimentos, além de estar muito associado à ideia de bem-estar coletivo, que transcende qualquer retorno financeiro, atuando, portanto, como importante elemento para reconstrução da sociabilidade (CANTOR, 2010; COUTINHO e COSTA, 2012; COLDING e BARTHEL, 2013). Importante destacar que o sucesso desta prática depende da presença de facilitadores, normalmente formados por cientistas, associações civis, agentes públicos e privados (*advocacy planners*), que atuam no processo de negociação entre os atores envolvidos (*stakeholders*), população local e autoridades (SACHS, 2002).

As hortas urbanas têm sido incentivadas por meio de projetos implementados por diferentes países, além do Brasil. Estas experiências despertam o interesse da administração pública por configurarem políticas afirmativas para a implementação da agricultura urbana, muitas vezes como parte de uma estratégia mais ampla, seja por uma política de segurança alimentar, uma estratégia de redução da pobreza ou política de desenvolvimento.

Nesses países, essa prática envolve autoridades governamentais e comunidades. Alguns realizam estratégias de planejamento e manejo ambiental, prevendo a participação da comunidade na tomada de decisões a respeito da inclusão da agricultura urbana nas políticas municipais e na legislação urbana; outros criam departamentos para gerenciar recursos, capacitar pessoas, apoiar produtores; elaboram políticas ativas, com projetos integrados nas áreas social, ambiental, produtiva e educacional; produzem hortaliças, frutas, grãos, adubos e pequenos animais. Pode-se verificar a produção e a comercialização de hortaliças orgânicas, embora existam dificuldades nesse sentido, devido à falta de conhecimentos e de mão de obra um pouco mais qualificada. Algumas dessas práticas visam gerar empregos e atender à demanda por alimentos da população (AQUINO e ASSIS, 2007).

Por outro lado, o movimento denominado Guerrilha Hortícola vem se desenvolvendo em vários países da América do Norte, Europa e África, além de outros.

“Os hortelões “guerrilheiros” são indivíduos e grupos que cultivam terrenos sem permissão e pretendem enverdecer os ambientes urbanos –frequentemente áridos. O termo é deliberadamente um tanto militarizado, e reflete as ações praticadas à noite para evitar detenções. O movimento reúne diversos atores: estudantes, acadêmicos, planejadores, arquitetos, chefs, ativistas comunitários e muitas outras pessoas. Resumindo: “guerrilha hortícola –G.H.– é o cultivo ilícito de um terreno que não é seu” (REYNOLDS, in HARDMAN e LARKHAM, p.52, 2016).

Na cidade de Nova York há várias experiências de hortas urbanas comunitárias bem-sucedidas que começaram como Guerrilha Hortícola. Entre elas, estão as de um movimento que vem se expandindo globalmente, intitulado *Incredible Edible*. Algumas dessas comunidades contatam com órgãos públicos e legalizam sua atuação depois das hortas já implantadas. Diante do sucesso dessas iniciativas, os horticultores podem requerer apoio e recursos para sua prática (HARDMAN e LARKHAM, 2016).

Na Inglaterra, em Salford, surgiu o *Incredible Edible Salford*, que, praticado inicialmente como Guerrilha Hortícola, evoluiu a ponto de ter local próprio para o cultivo e mais outros espaços no bairro. Além disso, consegue empregar várias pessoas em período integral, garantindo uma produção segura e continuada (HARDMAN e LARKHAM, 2016).

Assim, é primordial entender que a produção agrícola não é “a antítese da cidade”, como sugerem alguns entendimentos modernistas da urbanidade. Há um consenso por parte de grande número de outros estudiosos que evidenciam o potencial multidisciplinar que a agricultura urbana pode oferecer para as cidades. Contribuições estas relacionadas à resiliência urbana, desenvolvimento social e manutenção dos ecossistemas (BARTHEL e ISENDAHL, 2013).

Além disso, pode ser considerada também como uma forma de contraposição ao sistema industrializado e globalizado de produção de alimentos que tem sido, frequentemente, alvo de críticas por ser socialmente injusto, ambientalmente insustentável, economicamente precário, devastador nutricional e energeticamente. Portanto, a agricultura urbana pode atuar como elemento fundamental no desenvolvimento e no amadurecimento da relação entre a produção de alimento e cidade (BELLOWS e NASR, 2010).

CAPÍTULO II – METODOLOGIA

A metodologia buscou delinear o caminho necessário para a apreensão do objeto de estudo da presente pesquisa. Pretendeu-se compreender o fenômeno das hortas urbanas comunitárias, como modalidade da agricultura urbana, no interior das complexas relações que se estabelecem entre cidade e campo. Para tanto, foi necessário contextualizá-lo frente ao marco teórico com o objetivo de superar os limites de abordagens fragmentárias acerca da realidade em suas diferentes expressões.

O presente capítulo descreve, também, o método de abordagem, o desenvolvimento de categorias analíticas e instrumentos de coleta de dados, etapas necessárias para embasar as análises realizadas neste estudo.

1. O objeto empírico frente ao marco teórico

O presente estudo está baseado no debate teórico sobre o processo de ruralização da cidade, do qual Santos (2013 [1993]) é um representante, que aponta que as numerosas correntes migratórias provenientes do campo vão determinar as condições precárias das populações periféricas. A invasão da praxis rural no meio urbano caracteriza o comportamento e atitudes da população migrante que traz consigo a herança da vida no ambiente rural.

A análise da experiência das hortas urbanas comunitárias, como modalidade da Agricultura Urbana, teve como pressuposto o movimento contraditório da sociedade que se realiza entre forças antagônicas de manutenção e transformação social.

Além das características e das particularidades a respeito do fenômeno, objeto deste estudo, importou, também, trazer o ponto de vista das pessoas diretamente envolvidas na realização das hortas urbanas comunitárias, verificando como a praxis cultural herdada contribui para as motivações, expectativas, percepções e modos de operar e participar.

A abordagem do problema considera o quadro de desigualdades e carências identificadas nos grandes centros urbanos no que diz respeito ao acesso ao trabalho, à segurança alimentar, à qualidade ambiental, à ocupação dos vazios urbanos e ao fortalecimento dos laços sociais como suporte para a organização da comunidade visando o enfrentamento de problemas coletivos.

2. Método de abordagem

A metodologia de pesquisa foi escolhida a partir do entendimento de que as motivações e percepções para adesão ao projeto de Hortas Urbanas Comunitárias não poderão ser compreendidas a não ser quando tomadas a partir de suas múltiplas determinações, ou seja, há que se ir além daquilo que se nos apresenta em superfície para encontrar como se formou tal fenômeno no transcurso da história.

No contexto da experiência das hortas urbanas comunitárias, aspectos da historicidade da relação industrialização, urbanização e processos migratórios campo-cidade ficam expressos nas iniciativas das políticas de Agricultura Urbana e, não só na experiência em foco, como na percepção e motivação para adesão a mesma.

Optou-se pela abordagem qualitativa para estabelecer os nexos entre as condições em que se realizam as hortas urbanas comunitárias e a percepção manifestada pelos grupos que as praticam. Metodologicamente, no caso específico deste trabalho, foram utilizadas as categorias de análise universal-particular-singular. O universal, entendido aqui como, as condições, processos e situações originadas no movimento mais amplo da economia, urbanização e caracterização dos diferentes grupos sociais decorrentes da industrialização, da globalização, da internacionalização dos mercados, características do século XX. A dimensão do particular traduz-se pelas circunstâncias por meio das quais a agricultura urbana relaciona-se com a ocupação do espaço urbano, que estão expressos nas Políticas Públicas de Gestão Urbana, que abraçam programas de Agricultura Urbana como forma de mitigar vulnerabilidades ambientais, sociais e econômicas distribuídas de forma desigual nas populações que ocupam os centros urbanos. As hortas urbanas comunitárias, neste estudo, representam o aspecto singular, manifestando a concretização da universalidade através de um fenômeno específico e aparente. Dessa forma, entende-se poder analisar diferentes aspectos que configuram o objeto de estudo sem perder de vista o conjunto de relações que o determinam.

O esforço empreendido será no sentido de não menosprezar as questões singulares, entendidas como o conjunto de características individuais que possui um objeto e o distingue de outros; de ver, nos aspectos particulares, as mediações, as circunstâncias em que ocorre o singular e o modificam. O esforço será direcionado, ainda, para a busca da compreensão de que

O universal se opõe à variabilidade sensória das expressões singulares do fenômeno, mas contém em si toda a riqueza do particular e do individual, não apenas como possibilidade, mas como necessidade de sua própria expansão, de seu desenvolvimento (Ilyenkov, 1975). Isso significa que a relação entre singular e universal remete à relação entre todo e partes. O singular é parte de um todo. Esse todo, o universal, se cria e se realiza na interação das partes singulares. Essas partes não existem por si mesmas: elas se relacionam entre si e com o todo (PASQUALINI e MARTINS, 2015 p.365).

A partir desse entendimento, pretende-se evitar a aplicação de princípios gerais sem considerar as condições concretas, sem atribuir a devida atenção às novas circunstâncias, que induzam a uma visão distorcida e limitada da realidade.

A partir dessa perspectiva metodológica é que se pretende estudar a agricultura urbana e, uma de suas expressões, as hortas urbanas comunitárias, na sua dependência das condições gerais, das particularidades e das situações concretas que as definem e permitem, hoje, serem o que são.

Como parte deste contexto, a experiência das hortas urbanas comunitárias, aspecto singular desta problemática, desenvolve especificidades em relação ao grupo social ao qual se destina e aos espaços que pretende ocupar, oferecendo oportunidade de enfrentamento de problemas que são de ordem estrutural.

3. Caracterização da pesquisa

Esta pesquisa se caracteriza como exploratória (RICHARDSON, 1999), ou seja, busca aprofundar conhecimentos mais abrangentes sobre as relações campo-cidade compreendendo-as num determinado tempo e espaço urbano.

O estudo, de natureza explicativa, pretendeu apresentar como resultado alguns dados organizados em torno de categorias e unidades de análise, qualitativas e quantitativas, com o intuito de contribuir para a compreensão das raízes históricas, econômicas e sociais de algumas características e significados relativos às hortas urbanas comunitárias e aos atores envolvidos nessa atividade, destacando a percepção e expectativas dos participantes em relação a esta prática.

Foi adotada a metodologia do estudo de caso a fim de levantar possíveis contribuições das hortas urbanas comunitárias, como uma atividade de enfrentamento de problemas sociais, econômicos e ambientais no meio urbano. O estudo de caso é definido como um estudo empírico, que através de múltiplas fontes de evidência, investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto na vida real, além de possuir local característico na evolução da pesquisa (YIN, 2005).

No entanto, cabe aqui apontar os limites desta metodologia:

Para o materialismo histórico e dialético, o mundo empírico representa apenas a manifestação fenomênica da realidade em suas definibilidades exteriores. Os fenômenos imediatamente perceptíveis, ou seja, as representações primárias decorrentes de suas projeções na consciência dos homens, desenvolvem-se à superfície da essência do próprio fenômeno. Fundamentado neste princípio marxiano, Kosik (1976) afirma que a essência do fenômeno não está posta explicitamente e em sua pseudoconcreticidade (concreticidade aparente), não se revelando de modo imediato, mas sim pelo desvelamento de suas mediações e de suas contradições internas fundamentais (MARTINS, 2011, P.10).

Portanto, o estudo de caso aqui realizado teve a pretensão de buscar explicações mais profundas, na tentativa de compreensão da realidade, superando o que esta nos apresenta em sua imediaticidade.

Considerando-se a especificidade e delimitação do problema, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão para orientar e selecionar o tipo de horta urbana comunitária relevante para a presente pesquisa:

- **Critérios de inclusão:** toda experiência de participação em horta urbana comunitária em Curitiba, iniciativas espontâneas ou de participação em política pública.
- **Critérios de exclusão:** toda experiência de participação em horta urbana que não inclua compartilhamento da gestão ou da produção, além, de hortas implementadas internamente em instituições ou locais de caráter não público.

3.1. Categorias de análise

As categorias aplicadas à análise dos resultados levantados se basearam nas dimensões políticas da Agricultura Urbana, segundo Veenhuizen (2006). Aos aspectos destas dimensões foram agregados outros apontados pelos autores estudados na fundamentação teórica e compilados no quadro abaixo (Quadro 6), em que são destacados os aspectos particulares das Políticas Públicas de Agricultura Urbana e aspectos singulares da experiência em hortas urbanas comunitárias.

Para a efetivação da análise o estudo abordou múltiplos casos de experiência de participação em horta urbana comunitária. Em torno do tema central da pesquisa, foram analisadas 15 hortas urbanas comunitárias oriundas das Políticas Públicas de Abastecimento da Prefeitura de Curitiba e 8 hortas provenientes de iniciativas espontâneas da população. Utilizou-se o método comparativo que, segundo

Richardson (1999), visa à verificação de semelhanças e possíveis explicações sobre divergências entre os resultados obtidos. Além disso, buscou-se revelar algumas mediações que não se apresentam de imediato na observação desses resultados, conforme Quadro 6.

Reafirma-se, assim, que a metodologia que orienta a compreensão da realidade nesta pesquisa, dispõe dos elementos necessários para que se possa ampliar a compreensão do objeto de estudo para além daquilo que ele nos apresenta em sua aparência.

Dimensões para análise do universal (Veenhuizen, 2006)	Particularidades da Política Pública de agricultura urbana	Singularidades da experiência em hortas urbanas comunitárias
Social (Cidade inclusiva)	Alívio da pobreza/ Inclusão social/ Segurança alimentar e nutricional (Sachs,2002; Veenhuizen, 2006; Bevilacqua e Colusso, 2009; Colding e Barthel, 2013)	Ocupação de espaços vazios para inclusão de grupos sociais em experiência produtiva, de segurança alimentar através de Horta urbana comunitária; Estratégia de inclusão social e resiliência no trato com a vulnerabilidade social; Distribuição de renda justa; Trabalho autônomo para a qualidade de vida; Acesso à alimentação saudável pela participação em processo de produção e compartilhamento dos produtos no grupo (troca); Capacidade de modernização no processo de produção com aplicação de técnicas ecológicas.
	Edifício comunitário (Sachs,2002; Veenhuizen, 2006 Colding e Barthel, 2013)	Processo de corresponsabilidade com órgãos públicos nas políticas de divisão de tarefas e ocupação do espaço, modelo de gestão e distribuição dos produtos; Diversidade Cultural atuando diretamente na redução conflitos sociais.
	Saudabilidade (Sachs,2002; Veenhuizen, 2006; Cohen et al., 2012)	Estímulo e motivação na criação de consciência para escolha de uma alimentação mais saudável e a ingestão de alimentos locais; Estímulo ao cultivo do próprio alimento e conhecer a sua procedência; Vivência da atividade como exercício de saúde física e mental;
	Sociabilidade (Sachs,2002; Veenhuizen, 2006; Colding e Barthel, 2013; Cohen et al., 2012; Camps-Calvet et al., 2016)	Espaço de aumento de coesão e integração social, desenvolvendo valores de convivência e respeito; Espaço de lazer e expressão cultural; Traz o sentimento de pertencimento ao local com segurança para a permanência das pessoas; Promove a governança comunitária através dos espaços de cultivo de alimentos; Autonomia na participação no projeto visando adaptação à realidade local; Agem através da construção de resiliência cognitiva, promovendo a capacidade de desenvolver o aprendizado e a adaptação em ambientes urbanos, além de trocas de conhecimento; Melhoria no acesso à recreação e serviços sociais.

Dimensões para análise do universal (Veenhuizen, 2006)	Aspectos particulares da PP de agricultura urbana	Aspectos singulares da experiência em hortas urbanas comunitárias
Ambiental (Cidade ambientalmente saudável)	Urbanização verde (Sachs,2002; Veenhuizen, 2006)	Aumento da área verde pela ocupação de espaços vazios com produção de alimentos; Melhoria no ambiente urbano, garantindo maior segurança ao local; Estratégia para segurança ambiental aplicada às áreas ecologicamente frágeis.
	Redução pegada ecológica (Sachs,2002; Veenhuizen, 2006 Colding e Barthel, 2013)	Contribuição para redução do impacto ambiental pelo consumo de alimentos produzidos pela agricultura familiar e de pequeno porte nas imediações da comunidade; Implementação da utilização de recursos urbanos, tais como resíduos orgânicos para aplicação da compostagem; Melhoria no controle de condições sanitárias para a redução de pragas e zoonoses.
	Biodiversidade (Sachs,2002; Veenhuizen, 2006 Colding e Barthel, 2013)	Aumento da área de luz solar e área floral, aumentando a riqueza de espécies vegetais comestíveis contribuindo para o aumento da biodiversidade.
	Educação ambiental (Sachs,2002; Veenhuizen, 2006 Colding e Barthel, 2013)	Capacitação para a produção de alimentos de forma racional conforme espaço disponível, condições do solo, uso de águas e resultados esperado conforme as demandas da comunidade; Capacitação para ocupação racional dos espaços vazios e próximos à comunidade controlando as condições de controle de pragas e zoonoses.
Econômico (Cidade produtiva)	Geração de renda e emprego (Sachs,2002; Veenhuizen, 2006 Colding e Barthel, 2013)	Acesso indireto à renda pela redução de custos, consumo de produção própria e sistema de trocas; Geração de renda pela comercialização de produção excedente; Inclusão de desempregados, aposentados e inativos no mercado de trabalho em processo produtivo Potencial fornecedor de benefícios econômicos para os governos locais gerenciarem o espaço verde urbano, utilizando a gestão voluntária, reduzindo a vulnerabilidade econômica.
	Desenvolvimento empresarial (Sachs,2002; Veenhuizen, 2006)	Desenvolvimento de empreendimento coletivo garantido pela comunidade.
	Marketing / Divulgação (Sachs,2002; Veenhuizen, 2006)	Visibilidade da experiência e da posição de referência no campo da agricultura urbana.
	Economia local (Sachs,2002; Veenhuizen, 2006)	Diminui as distâncias entre produtor e consumidor, além de reduzir os desperdícios.

Quadro 6 – Categorias de análise

Fonte: A autora, 2018

3.2. Coleta de dados

Esta fase consiste na descrição dos instrumentos utilizados para obter as informações necessárias para fundamentar a análise da pesquisa. As fontes dos dados caracterizam-se por fontes primárias e fontes secundárias.

3.2.1. Levantamento e análise documental

Para explicitar a trajetória histórica das hortas urbanas comunitárias, conforme proposto no objetivo específico 1, foi analisada a base documental constante das instituições SMAB, IPPUC, PMC, além de sites que registram as iniciativas espontâneas da sociedade civil.

Para identificar as políticas públicas que dão sustentação às HUC conforme determinado no objetivo específico 2, foram analisados decretos e leis nacionais e municipais, bem como os marcos legais que permitiram identificar a trajetória da evolução legislativa a respeito do tema.

Ainda, para complementar o levantamento de informações e atender tanto o objetivo específico 1 quanto ao objetivo específico 2, foram realizadas entrevistas em profundidade com os atores envolvidos, com os gestores pertencentes ao poder público e privado, conforme termos constantes dos Apêndices I, II e III.

3.2.2. Mapeamento das Hortas urbanas comunitárias de Curitiba

Para atender o objetivo específico 1 que trata do mapeamento das HUC de Curitiba foi realizada uma pesquisa exploratória documental dos registros históricos e cadastro das famílias que participam do programa Lavoura, além de pesquisas em sites sobre as hortas espontâneas da sociedade civil que ocorrem na cidade.

As fontes utilizadas foram as instituições públicas como SMAB, IPPUC, PMC e também as instituições privadas RUMO e Eletrosul; reportagens, redes sociais e sites também foram utilizados como fontes. Para o georreferenciamento das hortas urbanas comunitárias foram elaborados mapas temáticos do município de Curitiba.

3.2.3. Concepção e aplicação de instrumento de coleta de dados qualitativos

Para atender o objetivo específico 3 foram aplicados questionários e realizadas entrevistas em profundidade com os gestores do poder público e privado, além dos agricultores, conforme termos constantes dos Apêndices I, II e III.

Nas duas subseções que seguem são apresentados, respectivamente, os instrumentos de coleta de dados dos gestores públicos e privados envolvidos com as hortas urbanas comunitárias de Curitiba e dos agricultores das hortas. Para cada pergunta da entrevista foi descrito o objetivo que se pretende atingir, baseado nos objetivos gerais e específicos da pesquisa. Os modelos de referência de entrevistas estão contidos nos Apêndices I, II e III.

- a) Roteiro de entrevistas em profundidade, semiestruturadas, com os gestores da esfera pública ou privada, responsáveis pela implantação e da horta

As entrevistas foram realizadas com os seguintes atores envolvidos na gestão das hortas urbanas comunitárias:

- SMAB – Secretária Municipal do Abastecimento: Eng.^a Agrônoma responsável pela supervisão das hortas;
- Rumo: responsável pela área de Relações Sociais;
- Copel: atualmente não possui parceria firmada com a prefeitura e por isso optou por não participar da pesquisa;
- Eletrosul: gerente da Assessoria de Relações Institucionais
- IPPUC: responsável pelo projeto de Centro de Referência em Agricultura Urbana.

As entrevistas semiestruturadas foram gravadas, quando assim o permitiram, e transcritas conforme Apêndice IV. Para melhor entendimento dos objetivos de cada pergunta da entrevista foi elaborado o Quadro 7, abaixo:

Objetivos	Perguntas
Descrever o processo histórico de implantação da horta, bem como suas motivações políticas, sociais e ambientais	1. O que motivou a criação/parceria do programa de horta comunitária em Curitiba?
Entender a relação entre a aderência da implantação dessa atividade com o plano diretor; se existe planejamento prévio ou alinhamento com políticas públicas	2. Qual o maior objetivo que a horta comunitária visa atender? (Necessidades ambientais, econômicas, sociais)
	3. Existe uma diretriz que determine onde as hortas comunitárias serão implantadas e quem serão os beneficiários desses espaços?
Descrever possíveis problemas de planejamento, gestão e governança enfrentados	4. Quais os principais problemas enfrentados na implantação do programa e/ou na sua manutenção?
Identificar a forma com que a horta se constitui e como é feita a gestão e capacitação das pessoas envolvidas: se é totalmente gerida pelo poder público, através de parcerias público-privada ou totalmente pela iniciativa privada ou ainda	5. Existe algum mecanismo de capacitação dos agricultores?
Identificar, a partir da visão dos idealizadores, de que forma as hortas urbanas comunitárias beneficiam a população e a cidade na sua escala individual, local e municipal	6. Segundo a sua visão, que tipo de benefícios são gerados à população participante do programa?
	7. E para a população do entorno? E da Cidade?
Identificar, a partir da visão dos idealizadores, qual a relação da atividade das hortas com o desenvolvimento urbano sustentável.	8. Segundo a sua visão, o que representam as hortas urbanas comunitárias no desenvolvimento urbano sustentável na cidade de Curitiba?

Quadro 7 – Roteiro de entrevistas aos responsáveis pela implantação da horta
Fonte: A autora, 2017

b) Entrevista em profundidade, semiestruturada, com os agricultores das hortas urbanas comunitárias.

Na primeira parte da entrevista foram realizadas perguntas para identificar o perfil socioeconômico da população participante dos programas de horta urbana comunitária em Curitiba. A entrevista sobre o perfil socioeconômico foi estruturada com perguntas abertas e fechadas, conforme quadro 8 a seguir:

Objetivos	Perguntas
Identificar o perfil socioeconômico	Gênero Cidade de nascimento Data de nascimento Local de residência Quantidade de pessoas que vivem na residência Quantas trabalham na horta Renda Familiar Escolaridade Ocupação
Conhecer a dinâmica e funcionamento da horta urbana comunitária	Experiência previa com agricultura Experiência previa com horta urbana comunitária Tempo de participação em hortas Frequência de trabalho na horta Treinamento para trabalhar nas hortas Preparo do terreno Origem das mudas Compostagem

Quadro 8 – Roteiro de entrevistas aos praticantes de HUC - perfil
 Fonte: A autora, 2017

No segundo momento, as perguntas tiveram o objetivo de captar os níveis de percepção que os usuários possuem a respeito dos benefícios econômicos, ambientais e sociais que a horta promove.

A entrevista sobre a percepção desses benefícios foi desenvolvida em duas etapas: a primeira com perguntas objetivas e a segunda com perguntas abertas. O questionário está baseado nas três dimensões, ambiental, econômica e social, da Agricultura Urbana e Hortas Urbanas Comunitárias, para coleta de opiniões, saberes e práticas do agricultor. As respostas obtidas e confirmadas a partir deste questionário foram registradas pela entrevistadora numa escala Likert, visando identificar a variação de concordâncias em relação às afirmativas apresentadas sobre os aspectos singulares da experiência com a HUC. O questionário não foi apresentado por escrito, mas serviu de roteiro para entrevistas conduzidas pela autora do trabalho, visando superar dificuldades eventuais dos participantes com instrumentos formais de levantamento de dados. Esta etapa está representada no quadro 9 a seguir:

Dimensões analíticas	Afirmações
Social (cidade inclusiva) <ul style="list-style-type: none"> • Alívio da pobreza • Inclusão social • Segurança alimentar • Segurança nutricional • Edifício comunitário • Saudabilidade • Sociabilidade 	A produção da horta é exclusiva para consumo A produção da horta é utilizada para doação A produção da horta é utilizada para troca Participo das decisões que ocorrem na prefeitura sobre a gestão das hortas A horta contribui para a segurança do bairro A horta me aproxima da comunidade A minha alimentação passou a ser mais saudável A horta faz com que conviva mais com minha família Me sinto mais feliz por participar da horta Os horticultores têm espaço para influenciar/opinar sobre a gestão da horta Me sinto seguro em caminhar próximo à horta A prefeitura apoia todas as iniciativas de hortas A horta é importante para minha saúde física A horta é importante para minha saúde mental Considero importante participar das decisões que ocorrem na prefeitura sobre a gestão das hortas de Curitiba
Ambiental (cidade ambientalmente saudável) <ul style="list-style-type: none"> • Urbanização verde • Redução pegada ecológica • Biodiversidade • Educação ambiental 	Utilizo a captação da água da chuva para irrigação Faço uso da compostagem A paisagem é mais bonita com a horta O meu trabalho na horta é importante para a cidade A horta é um lugar de troca de conhecimentos (produção de alimentos, agricultura, meio ambiente) É agradável passar o tempo na horta Você considera esta horta comunitária importante para o bairro? Você considera esta horta comunitária importante para a cidade?
Econômico (cidade produtiva) <ul style="list-style-type: none"> • Geração de renda • Geração de emprego • Desenvolvimento empresarial • Marketing/ divulgação • Economia local 	A produção da horta é utilizada para venda A minha produção na horta contribui para a renda familiar

Quadro 9 – Roteiro de entrevistas aos praticantes de AU – motivação e percepção
 Fonte: A autora, 2017

As entrevistas em profundidade com perguntas abertas tiveram o objetivo de validar as respostas do questionário e extrair mais informações sobre as percepções do usuário a partir do seu próprio discurso. As respostas foram registradas por escrito no momento da entrevista, conforme Apêndice V e VI. A seguir, o quadro 10 descreve os objetivos de cada pergunta:

Objetivos	Perguntas
Avaliar através do discurso livre os benefícios percebidos pelos usuários nas escalas individual, local e municipal. Identificar que tipo de valor os usuários priorizam nas hortas (social, econômico, ambiental)	Qual foi a sua motivação/ interesse que o levou a fazer parte da horta? A horta traz alguma contribuição para o seu bem-estar pessoal ou qualidade de vida? Se sim, quais? A horta traz alguma contribuição para a qualidade de vida do bairro? Se sim, quais? A horta traz alguma contribuição para a qualidade de vida da cidade? Se sim, quais? Existe alguma coisa que você gostaria que tivesse na horta?

Quadro 10 – Roteiro de entrevistas aos praticantes de AU – motivação e percepção
 Fonte: A autora, 2017

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos na aplicação dos instrumentos de análise e coleta de dados descritos na metodologia (ver capítulo II), além da tabulação e sistematização das informações que foram utilizadas na interpretação e confronto com a teoria.

1. Políticas públicas: o reflexo de atuais posições sobre Agricultura Urbana

A compreensão sobre o papel da particularidade – neste caso, as Políticas Públicas, voltadas para agricultura urbana – que atua como instrumento de mediação entre o universal e o singular, reforça a ideia de que o singular não é imediato ou isolado, mas decorre de tensões e condições históricas universais. Essas políticas criam as condições e/ ou os limites para que a singularidade – as hortas urbanas comunitárias – se expresse.

A seguir é apresentado um panorama e a situação atual dessas políticas como fruto da investigação realizada. Verificou-se que o debate sobre agricultura urbana, como política pública, remonta ao início dos anos 2000 com discussões e iniciativas nacionais, reflexo de experimentos municipais e projetos alternativos.

Autores como Colding e Barthel (2013), contribuindo com essas discussões, afirmam a instabilidade dessa atividade, constatando a falta de garantia de permanência das hortas, a longo prazo, quando essa experiência ocorre em terrenos cedidos (públicos ou privados). Tal fato representa, segundo o ponto de vista desses autores, um risco ao processo de resiliência ambiental, urbana e social que seria garantido por uma política pública permanente.

Ainda que essa preocupação estivesse presente nos estudos e proposições de grupos de estudiosos, técnicos e militantes das organizações sociais e do próprio poder público, a Política Nacional de Agricultura Urbana só foi elaborada após uma década de debates.

O projeto de lei, com a proposta para instituir essa política nacional, só viria a ser protocolado para aprovação no ano de 2015. Esse projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados em 2017, sendo que desde maio de 2018 encontra-se em tramitação em caráter conclusivo no plenário do Senado Federal.

A aprovação da lei instituindo a Política Nacional de Agricultura Urbana, que possui uma grande interface com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, consistirá num passo decisivo para que o poder público considere, realmente, a agricultura urbana e periurbana como uma ação prioritária para as cidades, levando em conta seu potencial para se articular transversalmente às demais políticas sociais.

No âmbito estadual, o Paraná não dispõe de uma legislação específica para agricultura urbana e periurbana. Desta forma, fica evidente a necessidade de ampliação desse debate no âmbito estadual, buscando adesão à política nacional já aprovada e em tramitação para ser sancionada. Essa será uma condição para assegurar dotações orçamentárias para práticas emergentes, sejam elas de iniciativas espontâneas da comunidade ou de parcerias público-privadas.

O município de Curitiba começou a dar uma atenção maior à questão da segurança alimentar a partir de 1986, com a aprovação da Lei Municipal n.º 6.817/86, que criou a Secretaria Municipal do Abastecimento (SMAB). Foi nesse mesmo ano que começou na cidade a institucionalização de práticas de agricultura urbana, por iniciativa da população, nas áreas de domínio da Eletrosul. Somente em 2004 foi aprovada a Política Municipal do Abastecimento sob a Lei nº11.266/2004. Em seu artigo 31, estão definidas suas diretrizes gerais, sendo que uma delas é “incentivar a produção de hortaliças, grãos e plantas medicinais em imóveis públicos e privados.”

A revisão do Plano Diretor Municipal de 2015, passou a contemplar a questão da agricultura urbana não só como uma política de abastecimento, mas também dentro da política do meio ambiente. A seguir os trechos em que a lei dispõem sobre o tema:

Política Municipal do Meio Ambiente – Art. 62, XIX – incentivar a agricultura urbana, inclusive em cobertura de edificações, como forma de promover a racionalização do território, a conservação da cultura local, a preservação da paisagem tradicional e a produção de alimentos preferencialmente orgânico;

Política Municipal do Abastecimento – Art. 102, VI – incentivo a agricultura urbana

Política Municipal do Abastecimento – Art. 102, XII – incentivo a agricultura urbana através da implantação de políticas de plantio como horta urbana.

A inserção da temática de agricultura urbana nas políticas municipais, ainda que de forma genérica configura, como já se afirmou, um passo decisivo na direção de busca de soluções para este quadro.

A última proposição de lei, que está em tramitação na Câmara Municipal (protocolo dia 11/12/2017), partiu da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. O projeto de Lei Ordinária pretende regulamentar e autorizar a ocupação de espaços públicos e privados para o desenvolvimento de atividades de agricultura urbana. Essa pretensão se evidencia no seu Artigo 1º, onde se pode ler:

É assegurado o direito à utilização de espaços públicos e privados, por pessoas físicas e jurídicas, para o desenvolvimento de atividades de agricultura urbana como práticas relacionadas aos processos de segurança e soberania alimentar, à manutenção e incremento da qualidade de vida, bem como à democratização de práticas e espaços, servindo tanto para o abastecimento do Município quanto à educação da população (PROJETO DE LEI ORDINÁRIA, cód. 005.00380.2017).

Essa proposição foi, também, fruto de uma série de reuniões e debates para discussão do tema, promovidos pela comissão do Meio Ambiente da Câmara Municipal de Curitiba. Esses encontros foram realizados ao longo do ano de 2017 e contaram com a presença do secretário do Abastecimento, de vereadores, além de representantes da Sociedade Civil, entre eles alguns agricultores de hortas urbanas comunitárias da cidade. No entanto, até a conclusão do presente estudo, não se verificou a existência de lei municipal específica sobre a prática de agricultura urbana.

As políticas e iniciativas da PMC não são inéditas e alinham-se com outras experiências presentes em diferentes estados brasileiros. Da mesma forma, estão alinhadas com tendências internacionais, que mostram diferentes instâncias da sociedade, tais como fundações, órgãos públicos, representações de comunidades, reunidas para fomentar a Agricultura Urbana e Periurbana. Essas iniciativas apresentam objetivos comuns tais como os de enfrentamento da pobreza e da segurança alimentar. Além disso, observou-se a potencialidade que a atividade de agricultura urbana possui em promover a obtenção de serviços ecossistêmicos no meio urbano, visto que esses serviços não estão relacionados apenas a benefícios ambientais, mas também sociais conforme tratado por Lin et al (2015) e constatado nas iniciativas colocadas em foco por esta pesquisa.

Cabe ressaltar, entretanto, que enquanto as experiências nacionais, estaduais e municipais das HUC's constituírem-se apenas como programas de ação, as mesmas podem ser abandonadas por não serem consideradas como política pública de resiliência social, ambiental ou econômica urbana. Neste quadro, a demora na

regulamentação da ocupação dos espaços pela agricultura urbana e na sua inclusão em políticas de meio ambiente e abastecimento, atestam um avanço muito lento e reforçam a ideia de que o poder público atribui a essa experiência um caráter mais assistencialista do que de resiliência urbana.

Embora ainda não existam leis aprovadas regulamentando a atividade de hortas urbanas comunitárias, essas práticas continuam se multiplicando, diversificando-se e, dessa forma, pressionando o poder público a tomar medidas regulatórias que formalizem a ocupação do espaço público ou privado para essa atividade.

1.1. Posição dos gestores a respeito da política pública

As entrevistas realizadas com os gestores responsáveis pelas hortas urbanas comunitárias tiveram por objetivo identificar em seu discurso as convergências e/ou divergências com a proposta do programa Lavoura e o que acontece, de fato, na realização das hortas. Assim, para o presente estudo, foram entrevistados representantes da SMAB, do IPPUC, da Eletrosul e da empresa Rumo.

É relevante explicitar que o Gerente de Assessoria de Relações Institucionais – ARI/Eletrosul – SC, respondeu, em nome da empresa Eletrosul, ao questionário enviado por e-mail, pela autora, com informações sistematizadas pelos Eng. Carlos Biasi - Oficial de Programas da FAO/ONU para a Região Sul do Brasil; e o Msc. Felipe Jhonatan Alessio, Assistente de Programas da Unidade de Coordenação de Projetos da FAO/ONU, no Sul do Brasil e, apresentadas no site: <http://boaspraticas.org.br/index.php/pt/areas-tematicas/inclusao-socio-productiva/698-hortascomunitarias>. Dessa forma, o Gerente de Assessoria de Relações Institucionais legitimou o texto publicado no site mencionado. Portanto, a autora considerou válida a resposta por entender que representa o posicionamento da instituição.

A seguir estão apresentados os quadros de respostas, sendo que o conteúdo integral das entrevistas se encontra no Apêndice IV.

O que motivou a criação/ parceria no programa de horta comunitária em Curitiba?	
SMAB	A principal motivação foi a utilização dos terrenos vazios para evitar acúmulo de entulho e insegurança
IPPUC	Faz parte dos interesses da atual gestão em inserir a agricultura urbana como uma política urbana na cidade de Curitiba, que envolve desde a ordenação do espaço até abastecimento. Outros fatores também contribuíram: vontade local, tendência global e vontade da Prefeitura em incentivar práticas sustentáveis na cidade.
Eletrosul ³	É uma estratégia da Eletrosul para o gerenciamento das áreas de risco do sistema de operação de energia elétrica. Contribuir para a inclusão social e produtiva das comunidades. Estimular ações de educação, empreendedorismo, melhora da alimentação e qualidade de vida.
Rumo	A partir do envolvimento comunitário trazer mais segurança para a área. Retomada do terreno que estava com muito entulho, preservar a área.

Quadro 11 – Tabulação da entrevista Gestor público e privado – questão 01

Fonte: A autora, 2018

As respostas dos gestores da Eletrosul e da Rumo demonstraram que sua motivação para criar ou estabelecer parcerias com programas de hortas urbanas em Curitiba, é, inicialmente, a busca de soluções para problemas particulares (estratégia para o gerenciamento das áreas de risco; evitar acúmulo de entulho; melhorar a segurança; preservar a área). Entretanto, essas respostas evidenciaram, ainda que de modo secundário, a existência de uma preocupação com os demais benefícios que a atividade das hortas pode trazer à população ou à cidade de modo geral. Esses benefícios referem-se ao incentivo de práticas sustentáveis, estímulo a ações de educação, empreendedorismo, melhora da alimentação e qualidade de vida, além da promoção do envolvimento comunitário. Ainda que não apareçam de modo prioritário no discurso dos entrevistados, essas possibilidades estão em consonância com o caráter multifuncional apontado por Santadreu e Lovo (2007, p.11), o de possuir potencial para “promover cidades produtivas e ecológicas, que respeitam a diversidade social e cultural e que promove a segurança alimentar e nutricional”.

No entanto, foi possível observar que os gestores deixam de valorizar outras possibilidades de benefícios obtidos pelas hortas, tais como possibilidades de contribuir com a gestão dos resíduos orgânicos e utilização da prática da compostagem que melhora a produtividade e a qualidade dos alimentos, ratificando as afirmações das autoras Bevilacqua e Colusso (2009).

³ Resposta da Assessoria de Relações Institucionais – ARI/Eletrosul – SC conforme site: <http://boaspraticas.org.br/index.php/pt/areas-tematicas/inclusao-socio-produtiva/698-hortascomunitarias>

Por outro lado, os agricultores envolvidos com as hortas urbanas comunitárias, trazem como motivação principal aspectos sociais que dizem respeito aos saberes prévios adquiridos diretamente na prática ou por herança da vida em áreas rurais, à satisfação proporcionada pela realização da atividade, à oportunidade de lazer e à melhoria da qualidade da alimentação.

O estudo mostrou que esses agricultores percebem que o benefício de se promover a agricultura urbana vai muito além de enfrentar os passivos das empresas, de preocupações com aspectos materiais da cidade (paisagem, resíduos, segurança) e, também, não se restringe aos benefícios sociais. Isto está em consonância, por exemplo, com as dimensões da agricultura urbana tratada pelo autor Veenhuizen (2006) no que diz respeito à cidade inclusiva, produtiva e ambientalmente saudável. A agricultura urbana possui potencial de combinar todos esses aspectos que estão relacionados com questões de inclusão social, segurança alimentar, complementação de renda e urbanização verde.

Quais são os objetivos que a horta comunitária visa atender?	
SMAB	Como foi um programa institucionalizado pela Prefeitura, mas idealizado pela população, hoje percebemos que os objetivos que a horta atende são principalmente relacionados ao meio ambiente e às questões sociais
IPPUC	O impacto social para as pessoas envolvidas. Percebe um aumento na qualidade de vida em vários aspectos: alimentação saudável, atividade extra, convívio, contribuir para o senso de comunidade.
Eletrosul ⁴	Gerenciar as áreas de risco do sistema de operação de energia elétrica; inibir ocupações indevidas; conscientizar as comunidades sobre os riscos da ocupação irregular; contribuir para a inclusão social e produtiva das comunidades, proporcionar uma alternativa para a complementação/geração de renda das famílias, ampliar o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional nas comunidades; contribuir para a integração social das comunidades
Rumo	Alimentação saudável sem agrotóxico, atingir a comunidade, fortalecer ciclo de amizades, complementação de renda, melhoria de autoestima

Quadro 12 – Tabulação da entrevista Gestor público e privado – questão 02

Fonte: A autora, 2018

As respostas dos gestores apresentaram a afirmação, quase unânime, de que os objetivos da atividade das hortas devem ser: a melhoria da qualidade de vida e da saúde, preservação ambiental, aumento da autoestima e maior integração social das comunidades.

Observou-se que os gestores quando perguntados sobre os objetivos do programa acabaram por responder com base em suas novas percepções

⁴ Resposta da Assessoria de Relações Institucionais – ARI/Eletrosul – SC conforme site: <http://boaspraticas.org.br/index.php/pt/areas-tematicas/inclusao-socio-produtiva/698-hortascomunitarias>

decorrentes da vivência no projeto. O discurso foi além das motivações iniciais, ou seja, das questões materiais que apontaram e, aparentemente, as respostas foram impactadas pela própria experiência das hortas urbanas comunitárias. Verificou-se, portanto, que as vantagens percebidas na realização das hortas foram agregadas aos objetivos do programa.

Nesse sentido, as percepções dos entrevistados quanto as contribuições da agricultura urbana convergem diretamente aos benefícios apontados por diferentes autores relacionados na fundamentação teórica. Os autores relacionam a atividade com a promoção da autonomia das pessoas e ao bem-estar, a inclusão social, a saudabilidade, a resistência a crises, a melhorias no meio ambiente, a geração de renda e ao desenvolvimento de capacidades e da equidade (Sachs, 2002; Veenhuizen, 2006; Colding e Barthel, 2013; Cohen et al., 2012; Camps-Calvet et al., 2016).

Existe uma diretriz que determine onde as hortas urbanas comunitárias serão implantadas?	
SMAB	A SMAB atua apenas sob a demanda da população e sob a condição de parcerias de autorização do terreno e preparo da terra, além de ter uma associação instituída com CNPJ.
IPPUC	O Plano Diretor está sendo detalhado e ainda não possui uma diretriz específica para os locais permitidos para a atividade.
Eletrosul ⁵	A implantação das hortas comunitárias é realizada através de metodologias participativas. Consiste na formação de parcerias multissetoriais, envolvendo prefeituras municipais, associações e demais instituições interessadas/afetadas pelo projeto. Funções e responsabilidades são delegadas para cada parceiro a fim de garantir a implantação e continuidade do projeto
Rumo	Existe a diretriz física e geográfica, dentro da faixa de domínio das linhas férreas que é de 30m, as hortas estão afastadas 15m. Existe também a condição do apoio comunitário para ser implantado.

Quadro 13 – Tabulação da entrevista Gestor público e privado – questão 03

Fonte: A autora, 2018

Quanto aos locais de implantação de uma horta urbana comunitária, as respostas mostraram que não existe uma diretriz formal com essa determinação, embora sejam praticadas medidas de organização dos espaços e dos grupos. Essas medidas se fazem necessárias para verificar as demandas do espaço a ser ocupado, as possibilidades de participação do grupo e as necessidades de assistência e assessoria no desenvolvimento da atividade. Com a aprovação do Estatuto das Cidades em 2001, definiu-se como responsabilidade dos municípios a elaboração dos planos diretores. É a partir deste instrumento que são definidas as

⁵ Resposta da Assessoria de Relações Institucionais – ARI/Eletrosul – SC conforme site: <http://boaspraticas.org.br/index.php/pt/areas-tematicas/inclusao-socio-productiva/698-hortascomunitarias>

diretrizes de uso e ocupação do solo (BRASIL, 2001). Portanto já existem instrumentos legais que possibilitam ao poder público prever espaços para a promoção da atividade de agricultura urbana.

Na experiência do programa da Prefeitura de Curitiba, verificou-se que as determinações sob a forma de organização e promoção da participação dos agricultores melhoram as relações nos grupos, a gestão e o resultados da atividade. Por se tratar de uma parceria, indicam que a implantação da horta deve ser realizada de forma compartilhada com os atores envolvidos, em áreas próprias das instituições parceiras. A fim de garantir a continuidade dos projetos, são definidas as funções e responsabilidades de cada participante.

Os objetivos que foram apontados pelos gestores poderiam ser melhor alcançados na escala municipal a partir da constituição de uma política pública permanente. Dessa forma, a partir do mapeamento das áreas aptas a receber a atividade de horta urbana comunitária, seria possível estabelecer novas parcerias com outras empresas ou proprietários de áreas ociosas na cidade.

Quais os principais problemas enfrentados na implantação do programa e/ou na sua manutenção?	
SMAB	Como a área da horta é subdividida em lotes para cada participante, às vezes ocorre o roubo de alimentos. Falta de envolvimento da população no preparo dos canteiros.
IPPUC	Quando se trata de hortas em espaço públicos, a principal preocupação é a garantia da qualidade do alimento que está sendo produzido e, conseqüentemente a saúde da população que está consumindo este alimento
Eletrosul ⁶	Quando o local é utilizado de forma inadequada os prejuízos para a empresa são diversos. Antes da implantação do projeto havia uma grande demanda de processos na justiça com fins de reintegração de posse e/ou indenização de imóveis que eram obrigados a ser retirados da faixa de segurança para manter a integridade física das famílias invasoras. A demanda no judiciário era grande e a soluções de conflitos demoradas.
Rumo	Falta de apoio da comunidade, invasão, roubo de dormentes.

Quadro 14 – Tabulação da entrevista Gestor público e privado – questão 04

Fonte: A autora, 2018

A falta de comprometimento da comunidade na implantação das hortas, em parceria com a SMAB, é o principal problema percebido pelos gestores. Roubo de alimentos também é algo recorrente nesses espaços.

Embora o resultado esperado pelas empresas parceiras seja o de controle e prevenção de passivos e, conseqüentemente, maiores possibilidades de lucro, as

⁶ Resposta da Assessoria de Relações Institucionais – ARI/Eletrosul – SC conforme site: <http://boaspraticas.org.br/index.php/pt/areas-tematicas/inclusao-socio-productiva/698-hortascomunitarias>

mesmas reconhecem que a implantação das hortas nesses espaços resulta em melhorias ambientais e paisagísticas com repercussão econômica e social para os grupos participantes. Estabelece-se assim, uma parceria com benefícios para todos os envolvidos, conforme destacado na fala de um agricultor urbano sobre as contribuições das hortas: “Consumo de alimento orgânico, vida saudável e saúde mental, encontrar pessoas e troca de ideias e conhecimentos” (agricultor da parceria com a SMAB, 2017).

O IPPUC faz uma análise das hortas espontâneas em espaços públicos. Essas hortas não possuem o acompanhamento da SMAB e, por isso, aponta como principal desafio a garantia da qualidade dos alimentos cultivados e conseqüentemente a saúde da população que os consome.

Existe algum mecanismo de capacitação dos agricultores?	
SMAB	A prefeitura disponibiliza técnicos para capacitação, além de ações de treinamento pontuais, como ocorreu em 2016, uma capacitação para uso da compostagem.
IPPUC	A capacitação é responsabilidade da SMAB, no entanto espera-se que com o centro de referência em agricultura urbana, os treinamentos fiquem concentrados nesse local.
Eletrosul ⁷	A Eletrosul ou instituições co-executoras/parceiras, disponibilizam um profissional para atender as dúvidas técnicas sobre produção e manejo.
Rumo	A rumo não se envolve na capacitação.

Quadro 15 – Tabulação da entrevista Gestor público e privado – questão 05
Fonte: A autora, 2018

As respostas indicaram claramente que a função de capacitação dos agricultores é uma responsabilidade da SMAB, pois é esta a instituição que possui técnicos especializados para o apoio. Fator essencial para o sucesso de uma parceria é que cada ator envolvido exerça a função para a qual esteja capacitado. Dessa forma, verifica-se que existe uma divisão das funções. As empresas fornecem a área e o cercamento, a SMAB o apoio técnico e o fornecimento de mudas e, o das pessoas cadastradas é de plantar e manter a área produtiva.

⁷ Resposta da Assessoria de Relações Institucionais – ARI/Eletrosul – SC conforme site: <http://boaspraticas.org.br/index.php/pt/areas-tematicas/inclusao-socio-produtiva/698-hortascomunitarias>

Segundo a sua visão, que tipo de benefícios são gerados à população participante do programa? E para a população do entorno? E da Cidade?	
SMAB	Convívio social, resgate de vínculos, atividade física, melhorar a alimentação. Melhorias na segurança e qualidade da paisagem.
IPPUC	Benefícios sociais, alimentação saudável e orgânica. Promove o “pensamento verde” e que a pessoa cuida da natureza e pode ver o que ela pode te dar em troca. A educação ambiental e todos esses fatores juntos contribuem para a qualidade de vida. Contribui para eliminação de resíduos. É uma solução muito interessante para a cidade, pois, ao promover esse senso de pertencimento e convívio entre os vizinhos, traz, automaticamente, mais melhoria do espaço e segurança para o bairro
Eletrosul ⁸	Os resultados alcançados abrangem as áreas da segurança, saúde, inclusão social, geração de renda, sustentabilidade ambiental e educação. Os impactos positivos após a implantação do projeto são imediatos.
Rumo	Fortalecer os ciclos de amizade, complementação de renda, melhoria de autoestima.

Quadro 16 – Tabulação da entrevista Gestor público e privado – questão 06

Fonte: A autora, 2018

Quanto aos benefícios individuais, locais e de abrangência municipal, os gestores apontam que as hortas urbanas comunitárias contribuem de forma transversal às dimensões econômicas, ambientais e sociais. As pessoas diretamente envolvidas no programa compartilham da mesma visão defendida pelos gestores quando expressam benefícios tais como: [...]alimento fresco e sem veneno, mexer na terra me faz muito bem, estou bem melhor da depressão [...] qualidade da paisagem, socialização, educação alimentar, eventos com crianças (agricultor da parceria com a SMAB, 2018).

Dessa forma, ratificam as diversas características e funções da agricultura urbana apontadas por Santadreu e Lovo (2007) como atividade com potencial em promover a inclusão social e a governabilidade participativa; promover a segurança alimentar e nutricional e combate à fome; promover a equidade de gênero e respeito às condições étnicas e socioculturais; melhorar a gestão territorial e ambiental.

⁸ Resposta da Assessoria de Relações Institucionais – ARI/Eletrosul – SC conforme site: <http://boaspraticas.org.br/index.php/pt/areas-tematicas/inclusao-socio-productiva/698-hortascomunitarias>

Segundo a sua visão, o que representam as hortas urbanas comunitárias no desenvolvimento urbano sustentável no município de Curitiba?	
SMAB	Quando você fala desenvolvimento urbano sustentável, acredito que tudo esteja interligado, o bem-estar das pessoas que participam, a produção de alimento orgânico e em alguns casos uma complementação de renda
IPPUC	A partir do momento que a pessoa começa a se importar. A ver como se faz e sentir os benefícios, ela entra nesse “ciclo verde” que comentei, ela começa a pensar como aproveitar melhor as energias, como diminuir seu resíduo e tudo isso dentro da gestão urbana é essencial, quando parte da pessoa, do individual, tudo acaba acontecendo naturalmente e a cidade toda ganha.
Eletrosul ⁹	Por contemplar interesses da Eletrosul na gestão das áreas de risco, da comunidade em ter um local de cultivo e convívio, e das prefeituras em contribuir para a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários, o projeto possui ótima aceitação pelos atores impactados.
Rumo	Contribui no sentido de estar alinhado com as diretrizes dos ODS da ONU, a empresa recebeu o selo ODS no campo da alimentação, mas percebemos que os vínculos comunitários são bastante representativos.

Quadro 17 – Tabulação da entrevista Gestor público e privado – questão 07

Fonte: autora, 2018

A percepção dos gestores no que se refere à sustentabilidade, incluindo aí a segurança alimentar, conforme descrito nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, foi comum a todos os entrevistados.

Foi possível verificar, também, que percebem a relação intrínseca do equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental com o desenvolvimento urbano sustentável. Ainda que de forma tangencial, a percepção dos entrevistados corrobora com o conceito defendido por Sachs (2007), de que a base econômica está pautada no eficiente planejamento e gestão dos recursos, a base social se evidencia com melhor distribuição de renda e bens e a base ambiental se caracteriza pela capacidade de utilização dos recursos e redução da geração de resíduos e poluição.

Verificou-se, ainda, que a questão da sustentabilidade está presente de forma clara no discurso dos gestores e que realizam ações nessa mesma direção. No entanto, há que se destacar, também, que a ausência de políticas permanentes que seriam da responsabilidade de alguns desses atores pode indicar um esvaziamento do próprio discurso, confirmando a afirmação de Cavalcanti (2012) quando diz que utilizam o discurso da sustentabilidade para atender, principalmente, a uma lógica de mercado. Essa constatação não invalida as ações que realizam, mas indica que é

⁹ Resposta da Assessoria de Relações Institucionais – ARI/Eletrosul – SC conforme site: <http://boaspraticas.org.br/index.php/pt/areas-tematicas/inclusao-socio-produtiva/698-hortascomunitarias>

preciso avançar, ir além para que esse discurso não seja apenas utilizado ideologicamente.

1.2. Mapeamento das hortas urbanas comunitárias em Curitiba

Considerou-se relevante para esta pesquisa mapear as hortas urbanas comunitárias que se realizam em espaços públicos de Curitiba para compreender, a partir da distribuição geográfica, aspectos históricos e a dinâmica de utilização dos espaços estabelecidos em cada iniciativa.

1.2.1. Iniciativas de parcerias público-privadas

O programa Agricultura Urbana em Curitiba iniciado na década de 1980, destaca a regulamentação da atividade em dois projetos: Lavoura e Nosso Quintal. Constituída como política pública o incentivo a estas duas modalidades atua de forma diferenciada.

O projeto Nosso Quintal “caracteriza-se pelo apoio ao cultivo de hortas em pequenos espaços, terrenos em escolas, creches e outras entidades/organizações do município; [...] O projeto Lavoura caracteriza-se pelo apoio ao aproveitamento organizado de espaços urbanos públicos e/ou privados e pequenas propriedades particulares remanescentes da agricultura familiar de Curitiba, para o cultivo de hortas comunitárias e lavouras” (Portal da prefeitura de Curitiba, 2018).

O programa, denominado Lavoura, tem por objetivo apoiar e incentivar os pequenos agricultores situados, em sua maioria, na região periférica da cidade, principalmente aqueles em condições de vulnerabilidade social, econômica e alimentar. Além disso, pretende também disponibilizar uma área para cultivo, bem como promover o acesso a alimentos saudáveis, livre de agrotóxicos, com possibilidade de complementar a renda e estimular o convívio social entre familiares e vizinhos.

A parceria da SMAB com a Eletrosul, dentro do programa Lavoura, oficializou a implantação de hortas comunitárias sob as linhas de transmissão de energia, apoiando essa atividade que partiu de iniciativa da própria população local, tendo os primeiros registros dessa atividade sob as áreas da empresa em 1986. Nessa parceria público-privada a Eletrosul concedeu o terreno e o cercamento da área e a PMC forneceu capacitação e suporte técnico para as pessoas participantes, bem como o primeiro preparo do terreno, realizado com maquinário especializado, além da distribuição mensal de mudas.

Atualmente, a prefeitura presta suporte a 648 famílias cadastradas, participantes do programa das hortas urbanas comunitárias, em uma área total de, aproximadamente, 428 mil m² espalhados por Curitiba, segundo dados da SMAB. Estima-se que a população que se beneficia da produção oriunda dessas hortas chega a 3.230 pessoas.

Outra parceria público-privada, firmada em 2017, foi com a empresa Rumo. Essa parceria permitiu a instalação da horta nas proximidades das linhas férreas no bairro do Cajuru. Atualmente, atende 24 famílias e a empresa tem pretensões de expandir o programa. A partir desse levantamento foram gerados mapas de concentração das iniciativas de hortas urbanas comunitárias, distribuídas nos bairros da cidade de Curitiba. Esses mapas estão dispostos na sequência, precedidos de uma breve descrição de cada bairro.

a) Bairro Campo de Santana

O Bairro Campo de Santana está localizado na porção sul da cidade, possui uma extensão de 21,58 km², representando 4,96% do território de Curitiba e uma densidade demográfica de 12,35 hab/ha. Com inspiração no fato da região ter sido dominada por extensas áreas de fazenda da família Santana, em 1975 o bairro é assim nomeado. A partir dos anos 2000, a população local que possuía características e hábitos rurais passou a sofrer os impactos do adensamento populacional, marcando assim uma nova configuração espacial na região (IPPUC, 2015).

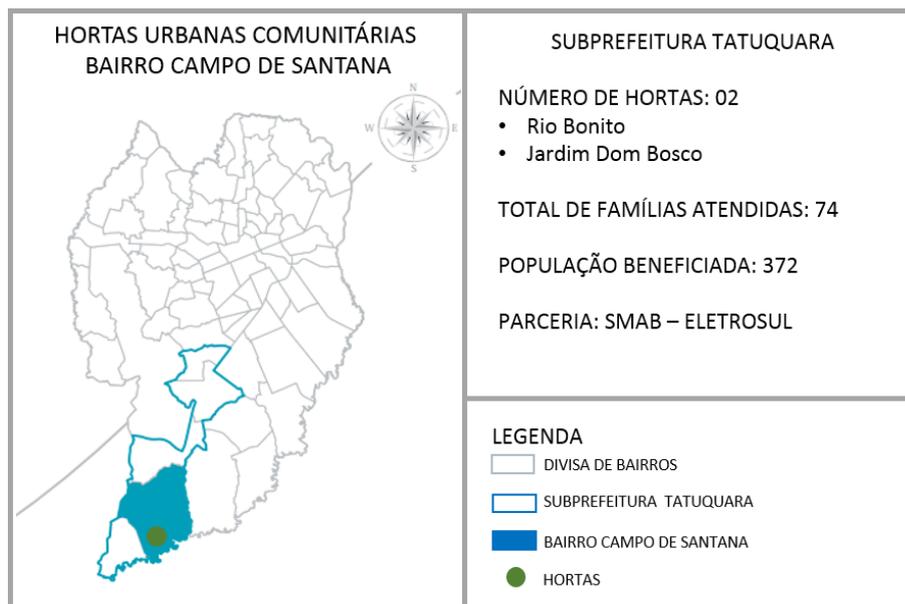


Figura 9 – Mapa das Hortas Urbanas Comunitárias – Bairro Campo de Santana

Fonte: Adaptado de IPPUC, sem data pela autora, 2018

b) Bairro Tatuquara

O Bairro Tatuquara está localizado na porção sul da cidade, possui uma extensão de 11,23 km², representando 2,58% do território de Curitiba e uma densidade demográfica de 46,98 hab/ha. No século XVIII, o Tatuquara era utilizado como ponto de passagem das boiadas e, a partir da segunda metade do século XIX, com a vinda dos imigrantes, passa a configurar uma área de abastecimento do centro de Curitiba, mantendo, por muitos anos, características predominantemente rurais em suas atividades econômicas. Atualmente, conta com uma urbanização consolidada, dotada de infraestrutura e equipamentos urbanos (IPPUC, 2015).

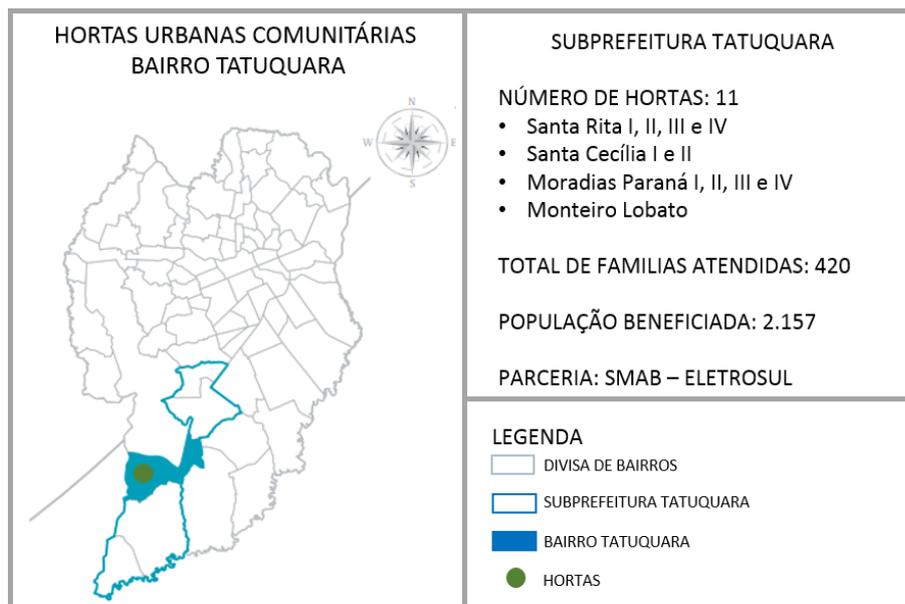


Figura 10 – Mapa das Hortas Urbanas Comunitárias – Bairro Tatuquara
 Fonte: Adaptado de IPPUC, sem data pela autora, 2018

c) Bairro CIC

O Bairro CIC está localizado na porção oeste da cidade, possui uma extensão de 44,31 km², representando 10,19% do território de Curitiba e uma densidade demográfica de 39,00 hab/ha. O bairro possui na sua história uma característica de ocupação predominantemente agrícola, com práticas de agricultura sem agrotóxicos (IPPUC, 2015).

Os primeiros planos para desenvolvimento da região como uma área industrial são pensados na década de 60. No entanto, é através do Decreto nº 30, em 1973, que é detalhado o limite geográfico da Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Assim, a cidade passa a ter um referencial físico-espacial resultante do processo industrial que desencadeou grandes mudanças econômicas e sociais (IPPUC, 2015).

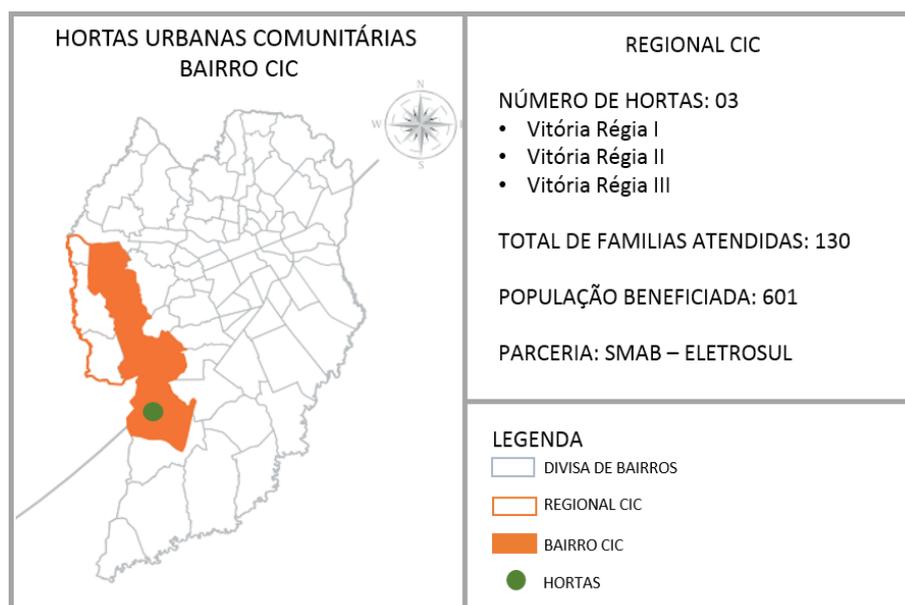


Figura 11 – Mapa das Hortas Urbanas Comunitárias – Bairro Cidade Industrial de Curitiba

Fonte: Adaptado de IPPUC, sem data pela autora, 2018

d) Bairro Cajuru

O Bairro Cajuru está localizado na porção leste da cidade, possui uma extensão de 11,79 km², representando 2,71% do território de Curitiba e uma densidade demográfica de 81,57 hab/ha. O nome Cajuru tem sua origem na palavra Ka' ájuru, que significa “boca da mata”. Os primeiros registros sobre a área datam do século XVII, informando sobre um sítio chamado Cahajuru, que tinha seu acesso por meio do antigo caminho do Itupava (IPPUC, 2015).

A construção das oficinas da Rede Ferroviária Curitiba-Paraguá e a implantação de uma área destinada à moradia de seus funcionários (chamado Vila Oficinas) marcou a ocupação urbana da região a partir de 1930. Atualmente é um dos bairros com maior densidade populacional dotado de completa infraestrutura (IPPUC, 2015).

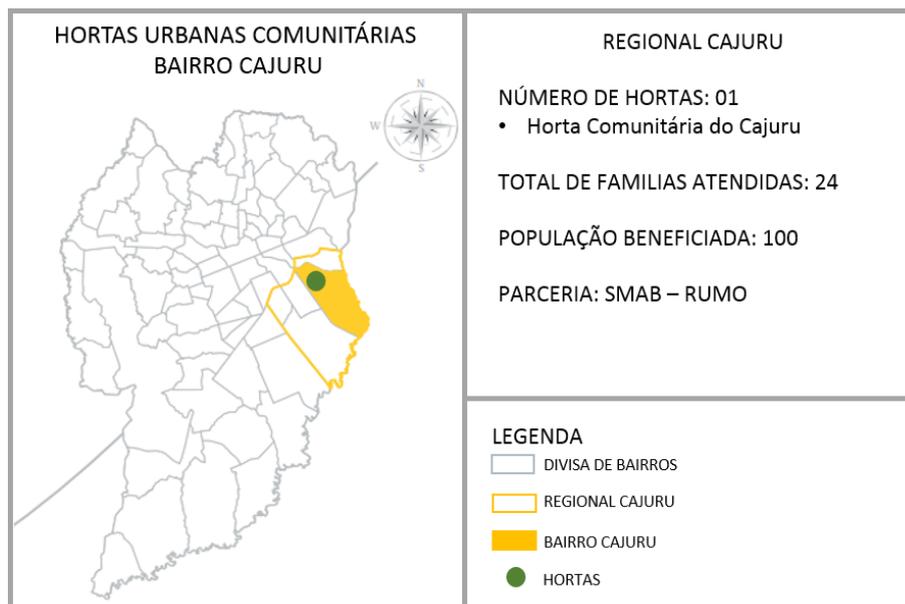


Figura 12 – Mapa das Hortas Urbanas Comunitárias – Bairro Cajuru
Fonte: Adaptado de IPPUC, sem data pela autora, 2018

e) Mapa Síntese Hortas Urbanas Comunitárias com Parceria Público Privada

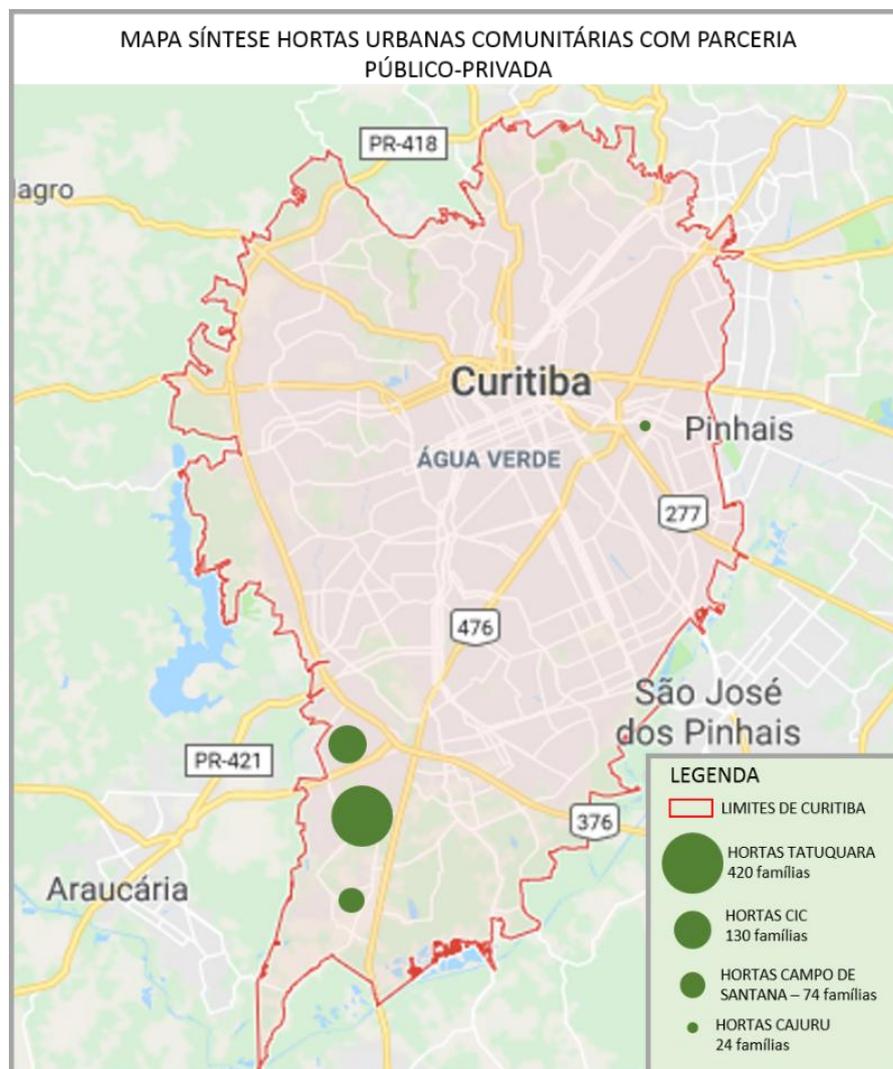


Figura 13 – Mapa Síntese das Hortas Urbanas Comunitárias – Parcerias Público-Privadas
Fonte: Elaborado com base em Google Maps, 2018

A partir do mapa síntese foi possível identificar a concentração das hortas urbanas comunitárias, principalmente, nas regiões sul e sudoeste de Curitiba. Essa situação decorre do fato de, historicamente, essas regiões apresentarem características rurais, possuírem uma ocupação urbana mais recente e, também, por serem consideradas como áreas de vulnerabilidade social.

Os locais onde as hortas envolvem um número maior de famílias colocadas em situação de vulnerabilidade pelo processo de industrialização e urbanização, são aqueles com histórico de atividade agrícola intensa, cujos espaços foram ocupados pela dinâmica territorial resultante das transformações econômicas e sociais da cidade de Curitiba.

As hortas da região sul e sudoeste de Curitiba, situadas sob a linha de transmissão da Eletrosul, apresentam populações de maior vulnerabilidade social, migrantes da zona rural ou da periferia de cidades de outras regiões do Estado. Devido à repetição das desigualdades que encontram no novo ambiente, passam a vivenciar dificuldades no acesso às condições sanitárias, assistência em saúde, alimentação saudável, educação e moradia.

No processo, estas famílias repetem as formas de organização, sentidos e significados das ações, dos papéis e das práticas trazidas de sua experiência no local de origem, aplicando-as no cotidiano da atualidade, ou seja, aderem à atividade de horta urbana comunitária como alternativa para enfrentamento dos problemas vivenciados.



Figura 14 – Modelo horta da SMAB – Vista da horta Rio Bonito, Bairro Campo de Santana
Fonte: A autora, 2017

A figura 11 representa uma horta modelo da parceria da prefeitura com a Eletrosul. Nestas hortas o terreno é cercado pela empresa e a demarcação dos lotes para o plantio fica sob a responsabilidade da SMAB. Os lotes medem, aproximadamente, 10m x 15m e são destinados a cada família cadastrada no programa. Existe um comprometimento formal para que as pessoas cuidem da área recebida, sob pena de perderem o direito ao plantio e um líder é eleito para fazer essa supervisão.

No bairro Cajuru, a experiência mais recente, realiza-se por meio da parceria privada entre a prefeitura e a Rumo, empresa de logística e concessionária de ferrovias no Brasil, demonstrando um crescente interesse por parte da iniciativa privada em incentivar a implantação de hortas urbanas comunitárias, tendo em vista os múltiplos benefícios que advém desse tipo de parceria, como, por exemplo, preservação dos espaços, segurança do local pelo envolvimento comunitário e, principalmente a redução de passivos das empresas.



Figura 15 – Vista da horta comunitária do Cajuru – Bairro Cajuru
Fonte: A autora, 2017

A figura 17 exemplifica o modelo adotado pela horta com parceria entre prefeitura e a Rumo. Pela disponibilidade de dormentes retirados das ferrovias, os mesmos foram utilizados para demarcação dos canteiros. O cadastramento e o comprometimento formal das pessoas, nesta parceria, também são exigidos assim como na parceria com a Eletrosul.

A prefeitura mantém o fornecimento mensal de mudas e apoio técnico em todas as suas parcerias. Os técnicos afirmam que houve uma redução significativa do quadro de funcionários do programa Agricultura Urbana dificultando um apoio mais frequente e efetivo. Além disso, houve uma diminuição nos recursos destinados ao programa para fornecimento de mudas e insumos, sendo que, por esse motivo, os participantes de cada horta devem optar por um ou outro fornecimento.

Essa situação reflete a fragilidade da mediação que se realiza por parte do poder público quando não existe uma política pública instituída. Consequentemente os programas ficam submetidos aos interesses e prioridades de cada gestão municipal.

1.2.2. Iniciativas espontâneas

O crescente interesse por práticas sustentáveis nas cidades vem dominando discussões ao redor do mundo que acabam por influenciar e inspirar iniciativas espontâneas da sociedade civil. Essas iniciativas se caracterizam por se constituírem movimentos autônomos, não subordinados a qualquer órgão ou instituição.

Verificou-se que, na cidade de Curitiba, pessoas com esse interesse estão se organizando em grupos para juntos estabelecer hortas urbanas comunitárias em espaços vazios e ociosos, públicos ou não. Essas iniciativas têm gerado polêmicas, como por exemplo, as que decorrem de denúncias por parte da população sobre o uso dos espaços públicos para o plantio. A falta de legislação específica contribui para a existência desses conflitos. Ao mesmo tempo essas iniciativas têm ampliado o debate a respeito da relação público-privado, da gerência desses espaços e do posicionamento da Prefeitura para administrar as demandas da população.

Uma das iniciativas mais antigas de Curitiba é o Grupo de Estudos em Agricultura Ecológica (GEAE). A prática desse grupo não foi considerada para análise dos resultados por se localizar dentro de uma instituição pública, sendo este um critério de exclusão para esta pesquisa. O GEAE foi fundado em 1981, no curso de Engenharia Agrônoma da Universidade Federal do Paraná e foi um dos precursores do movimento de conscientização e busca por alternativas de produção agrícola. Seu espaço localiza-se dentro do Campus Cabral da Universidade e lá são desenvolvidas atividades, capacitações, além de servir como um laboratório de práticas sustentáveis de agricultura.

As hortas espontâneas realizam-se sem que haja um modelo único organizacional e de gestão, tornando cada iniciativa única, sem padronização de canteiros, forma de plantio ou comprometimento formal dos praticantes.

a) Horta do Parque Gomm

Uma das primeiras iniciativas que ganhou visibilidade na cidade de Curitiba foi a horta do Bosque Gomm, localizada na porção central da cidade, no Batel, um dos bairros com maior concentração de renda por domicílio, segundo dados do IBGE (2010).



Figura 16 – Mapa de localização da horta urbana comunitária do Parque Gomm
Fonte: Adaptado de IPPUC, sem data pela autora, 2018

Em 2013, a realização da horta foi umas das estratégias para ocupar o espaço e impedir a abertura de uma rua que atravessaria o bosque em função da construção de um shopping center. Tanto a casa quanto a área do bosque da família Gomm são tombadas pelo patrimônio histórico. No entanto, esses fatos não impediram que a prefeitura aprovasse a abertura da suposta via. Através da organização e mobilização popular, iniciou-se o movimento “Salvemos o Bosque da Casa Gomm”. Mais do que plantar alimentos, essa iniciativa foi uma das estratégias

para a resistência e questionamento das contradições do planejamento urbano da cidade de Curitiba.

Esse caso emblemático de resolução de controvérsia entre governo e sociedade só foi solucionado após três anos de luta e mobilização popular voluntária para impedir, além dos impactos, a desconfiguração do bosque devido a construção do shopping center no mesmo terreno.

Após intensas manifestações e um longo processo de ocupação do espaço através de ações desenvolvidas regularmente no bosque (horta comunitária, oficinas, práticas de Tai chi chuan, atividades artísticas e culturais, feiras de troca de brinquedos e de sementes, etc) a prefeitura recuou da aprovação da rua e oficializou, em julho de 2016, o primeiro parque comunitário de Curitiba. A mobilização nas redes sociais alcançou mais de 10 mil seguidores. Este movimento permitiu perceber o poder da organização comunitária na resolução de conflitos e atendimento aos seus anseios.



Figura 17 – Atividades para ocupação do Parque Gomm
Fonte: Página da iniciativa no facebook, 2017

A horta urbana comunitária teve um papel central na articulação e mobilização da comunidade pois exigiu o comprometimento e a presença constante de pessoas que passaram a cultivar e usufruir do espaço público fortalecendo o movimento.

O envolvimento comunitário foi tão efetivo que, os ativistas do movimento “Salvemos o Bosque da Casa Gomm”, atuam e apoiam outras causas nas cidades,

fortalecendo ainda mais a cultura de mobilização comunitária e o empoderamento da população.

b) Horta do São Lourenço

Em 2015, um morador do bairro São Lourenço iniciou uma pequena horta em um terreno vazio da prefeitura, próximo à sua casa. Desde então conta com o apoio dos vizinhos para sua manutenção. Uma das moradoras vizinhas, além de atuar ativamente na horta, mantém a página “Bairro São Lourenço”, no facebook, onde regularmente faz postagens sobre a situação da horta. A página conta com 498 seguidores.



Figura 18 – Mapa de localização da horta urbana comunitária do bairro São Lourenço
Fonte: Adaptado de IPPUC, sem data pela autora, 2018



Figura 19 – Vista da horta comunitária do São Lourenço – Bairro São Lourenço
Fonte: Página da iniciativa no facebook, 2017

A horta do bairro São Lourenço é um exemplo de ação entre vizinhos com a intenção única de plantar e tornar o terreno baldio mais agradável, limpo e seguro. A realização dessa horta demonstra que mesmo pequenas ações podem contribuir para a ocupação de espaços públicos melhorando a paisagem, trazendo benefícios para quem dela usufrui.

c) Horta Comunitária de calçada do Cristo Rei

Esta horta, criada em 2017, teve grande destaque na cidade de Curitiba por ter sido uma experiência de plantio na calçada em frente a um lote vazio no bairro do Cristo Rei.



Figura 20 – Mapa de localização da Horta Comunitária de Calçada do Cristo Rei
 Fonte: Adaptado de IPPUC, sem data pela autora, 2018

A iniciativa partiu de um morador com experiência em práticas agrícolas que, ao identificar uma área continuamente coberta por lixo, perto da sua residência, propôs ao proprietário a construção de uma horta comunitária. Sua intenção, além do plantio de alimentos, era promover o convívio entre moradores vizinhos, contribuindo também para o enfrentamento dos problemas causados pelo lixo e pela falta de segurança no local.

O idealizador da horta fez um chamado aos amigos e vizinhos do prédio em que mora e, assim, iniciaram o preparo do terreno e plantio através de mutirões nos finais de semana.

A Prefeitura, recebendo denúncia anônima, autuou o proprietário do terreno por vegetação em desconformidade com a legislação. Esse ato desencadeou uma mobilização popular que ganhou força através das redes sociais e motivou um grande número de pessoas a apoiarem a causa.

O caso da Horta de Calçada do Cristo Rei teve repercussão na mídia e nas redes de solidariedade de ativistas da cidade, promovendo, assim, a intensificação

do movimento. As imagens abaixo mostram a calçada antes e depois da implantação da horta.



Figura 21 – Vista da calçada antes da implantação da horta
Fonte: Google, 2011



Figura 22 – Vista da calçada depois da implantação da horta
Fonte: Página da iniciativa no facebook, 2017

A controvérsia gerada tomou uma proporção que repercutiu em reportagens na tv, jornais e mídias em geral. Um longo processo de negociação se iniciou, gerando uma série de ações, passando por um recurso formal, protocolado na prefeitura, eventos de apoio ao movimento, até uma audiência com o Prefeito.



Figura 23 - Protocolo de recurso e audiência com o Prefeito
 Fonte: Página da iniciativa no facebook, 2017

A autuação foi suspensa e o Prefeito criou uma comissão especial para estudar o caso e, através de uma equipe multidisciplinar do IPPUC analisar e promover uma nova legislação que autorize a utilização de calçadas para esse fim. Esta pode ser considerada uma expressão da abordagem de Jacobi (1992) sobre a questão da importância da organização democrática do poder local em articular atores e políticas para viabilizar as demandas da população.

Paralelamente, a horta foi reconhecida pela ONU como uma iniciativa de agricultura urbana de pequena escala. A Organização das Nações Unidas realizará uma mostra das iniciativas mais relevantes a fim de “compartilhar experiências, conscientizar sobre a agricultura urbana na região, e incentivar a ação política em apoio desta importante atividade nos contextos da Nova Agenda Urbana adotada na conferência Habitat III e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (UN Food Gardens, 2017).

d) aHorta Bike Café

Em 2016, dois amigos moradores do bairro do Bacacheri tinham a intenção de formar uma horta comunitária a fim de promover o convívio entre as pessoas do bairro.



Figura 24 – Mapa de localização da Horta Comunitária do aHorta Bike Café
Fonte: Adaptado de IPPUC, sem data pela autora, 2018

Com o tempo perceberam que poderiam unir outras atividades à horta, tais como eventos culturais e uma oficina de bicicleta. Então, naquele espaço construíram um “café” que, ao mesmo tempo em que promove cursos e atividades culturais, disponibiliza um espaço para pequenos concertos de bicicletas e venda de acessórios.



Figura 25 – Vista da horta comunitária do aHorta Bike Café
Fonte: A autora, 2017

A horta é mantida pelos proprietários mas continua aberta ao público interessado em plantar ou apenas colher. A cozinha do café também utiliza a produção no preparo dos lanches que ali são vendidos.

e) Coletivo Mão na Terra

Este grupo iniciou suas atividades com agricultura urbana em 2016. Seu espaço está localizado em um terreno particular no bairro Centro Cívico, atrás da ciclovia às margens do Rio Belém conforme figura 29. Apesar de ser um espaço privativo, o coletivo promove mutirões de práticas com caráter educativo através de cursos para a vivencia de plantio nos finais de semana.



Figura 26 – Mapa das Hortas Urbanas Comunitárias do Coletivo Mão na Terra
Fonte: Adaptado de IPPUC, sem data pela autora, 2018



Figura 27 – Vista do mutirão para plantio na calçada do Coletivo Mão na Terra
Fonte: Página da iniciativa no facebook, 2017

Recentemente, promoveu, também, um mutirão de ocupação das margens do Rio Belém, próximo à ciclovia, para iniciar uma horta totalmente pública. Essa ação também recebeu denúncia e consequente autuação do poder municipal. Até o fechamento desse estudo a controvérsia não havia sido solucionada.

f) Horta da Escadaria Comestível das Mercês

O bairro Mercês abrigava uma floreira, de grandes proporções, construída no desnível entre a Avenida Manoel Ribas e a rua Rua Raquel Prado, localizada no Jardimete Abib Calixto.



Figura 28 – Mapa das Hortas Urbanas Comunitárias da Escadaria Comestível das Mercês
 Fonte: Adaptado de IPPUC, sem data pela autora, 2018



Figura 29 – Vista da Floreira das Mercês
 Fonte: Página da iniciativa no facebook, 2017

A floreira foi concretada pela Prefeitura para evitar o acúmulo de resíduos e entulhos (figura 32). Em 2017, um novo grupo se formou para reivindicar o direito à cidade e à utilização dos espaços públicos ociosos e, assim, manifestar a vontade de cuidar e fazer algo diferente pela cidade. O grupo desconcretou a floreira e batizou o espaço com o nome “Escadaria Comestível das Mercês” (Figura 30).



Figura 30 – Vista da Floreira das Mercês
Fonte: Página da iniciativa no facebook, 2017

Pessoas que participam da horta doam mudas de plantas variadas e a atividade é mantida pelo sistema de mutirão que ocorre, normalmente, nos finais de semana. O movimento acabou ganhando a simpatia e o apoio dos vizinhos, sendo que um dos prédios cedeu uma torneira para facilitar a rega e o trabalho dos envolvidos. Além da atividade de plantio, a escadaria já recebeu outro grupo chamado Croquis Urbanos para promover encontros e desenhos da horta. Assim, esse espaço organizado coletivamente tem servido de inspiração para que outras iniciativas culturais se apropriem e utilizem o espaço público para sua expressão.

g) Horta do Jacu

Essa foi a mais recente iniciativa encontrada na cidade e está localizada no bairro Bom Retiro. Motivados por outras iniciativas que vinham ganhando força pela cidade, esse grupo identificou um terreno vazio da prefeitura para iniciar as atividades da horta.



Figura 31 – Mapa da Horta Urbana Comunitária do Jacu
 Fonte: Adaptado de IPPUC, sem data pela autora, 2018



Figura 32 – Vista da Horta do Jacu, Bom Retiro
 Fonte: Página da iniciativa no facebook, 2017

O local se apresentava como um depósito de entulhos, com uma vegetação alta, causando insegurança entre os moradores da região. A intenção do grupo que iniciou as atividades da horta é transformar a área em um grande espaço de convivência comunitária, para a prática de agricultura sustentável, sem agrotóxicos,

a partir de sistema agroflorestal. O primeiro mutirão foi realizado no dia 16 de dezembro de 2017 e a página da rede social já possui 653 seguidores.



Figura 33 – Vista da Horta do Jacu, Bom Retiro
Fonte: Página da iniciativa no facebook, 2017

Esse espaço tem atraído a participação de várias famílias que ao mesmo tempo em que plantam, o utilizam como espaço de lazer, promovendo encontro entre adultos e crianças com atividades tais como feiras de troca, construção de brinquedos infantis, apresentações artísticas e mostra de filmes.

h) Mapa Síntese Hortas Urbanas Comunitárias das Iniciativas Espontâneas

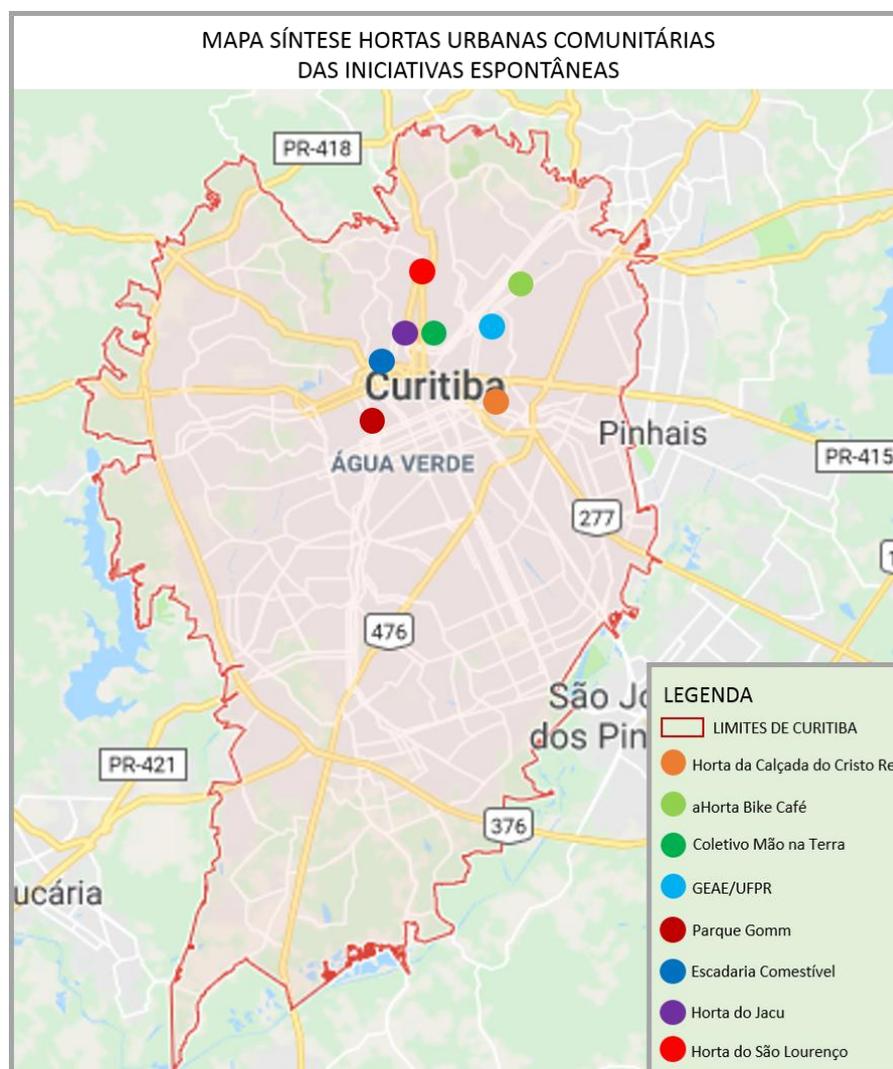


Figura 34 – Mapa Síntese das Hortas Urbanas Comunitárias – Iniciativas Espontâneas
Fonte: Elaborado com base em Google Maps, 2018

O mapa síntese das hortas urbanas comunitárias resultante das iniciativas espontâneas, permitiu constatar que a concentração se dá majoritariamente no núcleo central de Curitiba.

Pelo alto grau de escolaridade (doutorado, mestrado, especialização, graduação) e formação acadêmica (sociologia, artes plásticas, engenharia ambiental, antropologia, psicologia, engenharia agrônoma, designer) estes sujeitos dominam os saberes relativos à prática da agricultura urbana ou, quando não têm formação específica, dominam as ferramentas e possibilidades de acessar tais conhecimentos. Além disso, compartilham posturas de proteção ambiental, de crítica

à urbanização e à alteração territorial pelo processo econômico da cidade. Foi possível observar que por meio desses posicionamentos este grupo aproxima-se de alguns princípios da permacultura que busca integrar a presença humana no ambiente natural de forma sustentável, conforme exposto por Mollison (1998).

Embora o grupo não sofra diretamente as consequências do processo migratório campo-cidade, parte da reflexão sobre necessidades sociais amplas e se organiza para realizar uma iniciativa com caráter de resistência política à descaracterização dos espaços e da qualidade de vida na cidade. Essa condição faz ressaltar nas experiências das HUC's por ele desenvolvida os seguintes aspectos: autonomia na elaboração e participação do projeto de implantação e manutenção da horta; coesão e integração social; ativismo; sentimento de pertencimento; governança comunitária; melhoria do ambiente urbano pelo aumento/ manutenção das áreas verdes; educação ambiental e promoção da biodiversidade.

Tendo estas posições como bandeira, esse grupo exerce um papel de militância política de contracultura. As diversas formas de ocupação dos espaços públicos nas cidades têm aparecido, também, como um processo de resgate dos vínculos comunitários e de manifestações em torno de causas que orbitam o tema da sustentabilidade urbana. Muitos desses movimentos possuem dinâmicas próprias de organização entre a população local, moradores, ativistas, acadêmicos e especialistas que se identificam com as causas urbanas para juntos darem forma ao processo de ocupação do espaço público e até privado.

Essa dinâmica de reordenamento e ocupação orgânica dos espaços públicos muitas vezes deixa de ser acompanhada pelo devido respaldo legal a esses movimentos, como, por exemplo, a participação ativa do gestor público na governança urbana para compreender, apoiar e respaldar esses fenômenos espontâneos de horta urbana comunitária nas cidades.

Em Curitiba, apesar das iniciativas de inovação sustentável e mobilização popular, esse fenômeno das hortas comunitárias espontâneas tem aparecido, em alguns casos, de forma conflituosa, impondo a necessidade de regulamentação sobre o uso dos espaços para estas intervenções, a definição de espécies permitidas para plantio, os beneficiários, os processos de gestão entre outros. É necessário implementar mecanismos de resolução de controvérsias e de atualização normativa que permita a concepção e realização de um trabalho conjunto entre sociedade civil e poder público nas questões cotidianas da vida nas cidades. Dessa

forma, a cidade estaria em consonância com a cidade sustentável descrita por Rogers (2013), apresentando flexibilidade às demandas da população e com abertura à experimentação de novos usos para o espaço urbano.

O mapeamento das hortas urbanas comunitárias praticadas em Curitiba, sejam as de parceria público privada ou as de iniciativas espontâneas permite concluir que essas hortas estão de acordo com a proposta de agricultura urbana discutida por Bevilacqua e Colusso (2009) que contempla a utilização de espaços ociosos nas cidades sejam eles lotes privados vazios, institucionais, áreas não edificáveis, até espaços públicos como praças e áreas verdes.

No quadro 18 abaixo estão classificadas cada uma das iniciativas de acordo com a tipologia e os espaços característicos.

TIPOLOGIA	ESPAÇOS CARACTERÍSTICOS	INICIATIVA
Espaços Privados ¹⁰	Lotes vagos; Terrenos baldios particulares ou com dúvidas sobre a propriedade; Lajes e tetos; Quintais ou Pátios; Áreas peri urbanas; Áreas verdes em conjuntos habitacionais.	Horta do São Lourenço Horta do aHorta Bike Café Horta Coletivo Mão na Terra Horta do Jacu
Espaços Públicos	Terrenos de propriedade Municipal, Estadual e Federal com espaços possíveis de utilização de acordo com a caracterização feita nas linhas abaixo:	
Verdes Urbanos ¹¹	Praças e parques	Horta do Parque Gomm Horta Escadaria Comestível das Mercês
Institucionais ¹²	Escolas e Creches; Posto de Saúde; Hospitais; Presídios; Edifícios Públicos e privados.	
Não Edificáveis	Laterais de vias férreas; Laterais de estradas e avenidas; Margens de cursos d'água, Áreas inundáveis; Faixa sob linhas de alta tensão; Ambientes aquáticos (rios e lagoas).	Hortas da Eletrosul Hortas da Rumo Horta de Calçada Cristo Rei

¹⁰ Embora seja um critério de exclusão para a presente pesquisa, esse espaço privado foi considerado por ser aberto, apresentando características de espaço público.

¹¹ Foram considerados como verdes urbanos, além de parques e praças, floreiras.

¹² Espaços institucionais com caráter privado não foram considerados nesta pesquisa.

Unidades de Conservação ¹³	Áreas de Proteção Ambiental; Reservas Ecológicas; Outras unidades desde que seja permitido o manejo e uso de potencialidades.	
Áreas de Tratamento ¹⁴	Aterro sanitário; Lagoas de oxidação.	

Quadro 18 – Classificação das Hortas Urbanas Comunitárias quanto à tipologia
Fonte: autora, 2018

1.3. Agricultor urbano e suas percepções

Para melhor compreensão das circunstâncias em que as hortas urbanas comunitárias acontecem em Curitiba, buscou-se levantar informações pertinentes ao perfil socioeconômico dos agricultores urbanos¹⁵ e a percepção dos benefícios obtidos nas escalas individual, local e municipal a partir da experiência nas hortas urbanas comunitárias.

1.3.1. Perfil do agricultor urbano

O perfil socioeconômico dos agricultores urbanos foi descrito a partir de algumas variáveis consideradas fundamentais para esta pesquisa a respeito dos participantes das hortas urbanas comunitárias.

No levantamento de dados foram identificados dois diferentes perfis do agricultor urbano. Um deles é aquele que participa das hortas supervisionadas pela Prefeitura por meio da política pública municipal (SMAB) e, o outro, refere-se àqueles que se organizam em iniciativas espontâneas na cidade.

Cabe ressaltar que as informações utilizadas na pesquisa, sobre o perfil socioeconômico dos agricultores das hortas da Prefeitura, visando caracterizar esse grupo, contemplaram 100% dos participantes do programa, ou seja, 634 pessoas cadastradas pela SMAB.

Para o levantamento do perfil e motivação dos participantes das hortas espontâneas foram utilizadas as informações prestadas pelos idealizadores das

¹³ Unidades de Conservação não foram consideradas na pesquisa.

¹⁴ Áreas de Tratamento não foram consideradas na pesquisa.

¹⁵ O termo agricultor urbano refere-se a todas as pessoas que praticam a atividade de plantio em hortas urbanas comunitárias, independentemente de suas motivações, não se objetivando caracterizar uma profissão.

hortas, num total de 8 pessoas. Esse critério foi determinado pela impossibilidade de conhecer o número real de pessoas envolvidas em cada uma dessas iniciativas, por se tratar de uma atividade voluntária, com eventos caracterizados como de mutirão, com a participação esporádica de pessoas sem a necessidade de cadastramento ou comprometimento formal. Dessa forma, não serão apresentados dados estatísticos socioeconômicos desse grupo por não serem representativos.

A seguir, são apresentados os gráficos da iniciativa de hortas supervisionadas pela Prefeitura por meio da política pública municipal (SMAB).

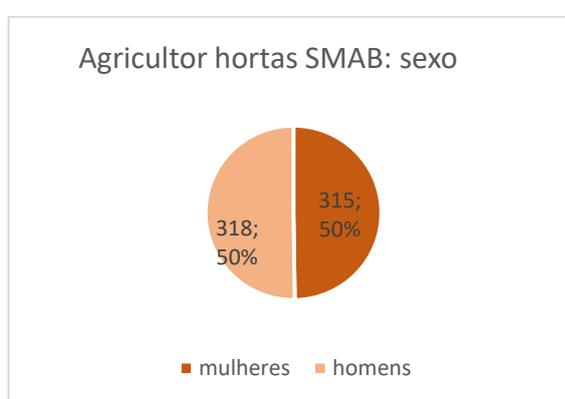


Gráfico 01 – Perfil dos agricultores hortas SMAB: sexo

Fonte: A autora, 2018

As hortas supervisionadas pela SMAB mostram uma igualdade na distribuição entre mulheres e homens que participam das hortas comunitárias. A agricultura de pequeno porte caracteriza-se por atividade familiar, o que talvez explique a distribuição equilibrada de sexos na participação das hortas da SMAB, como herança da prática rural.

O mesmo não ocorre nas hortas de iniciativas espontâneas que possui um público majoritariamente masculino.

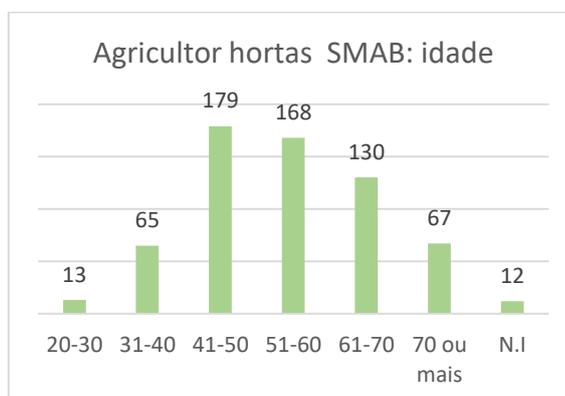


Gráfico 02 – Perfil dos agricultores hortas SMAB: idade

Fonte: A autora, 2018

Em torno da metade dos entrevistados das hortas espontâneas possuem idade entre 31 e 40 anos. Essa faixa, nas hortas das políticas públicas representa apenas 10% dos usuários. A maior concentração etária das pessoas dessas hortas está dentro da faixa de 41 a 60 anos, refletindo 54% dos agricultores.

Uma leitura a respeito desse gráfico, mostra que o agricultor das hortas da SMAB, proveniente de uma situação de vulnerabilidade e originário da prática da agricultura de pequeno porte, participa das atividades familiares dos 20 aos 70 anos, dividindo as tarefas entre os componentes da família, independentemente da idade.

Por outro lado, a faixa etária dos idealizadores das hortas espontâneas corresponde ao período de inserção e afirmação profissional relativo à classe social à qual pertencem.

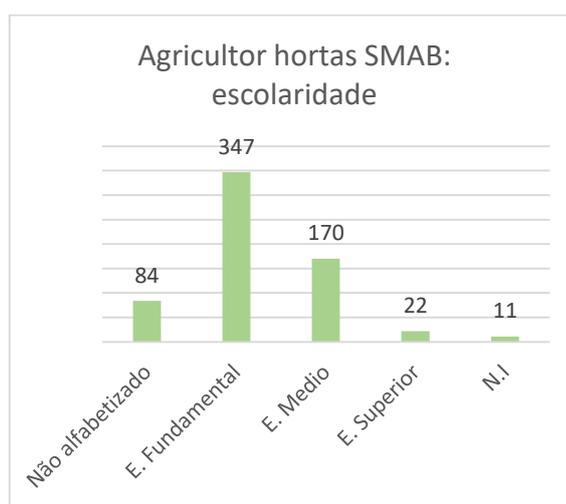


Gráfico 03 – Perfil dos agricultores hortas SMAB: escolaridade
Fonte: A autora, 2018

O grau de escolaridade reflete uma realidade bem distinta entre os dois perfis. Enquanto nas hortas da SMAB mais da metade da população possui apenas o ensino fundamental – esclarece-se que, para efeito desta análise, não foi diferenciado nível de escolaridade completo ou incompleto – nas hortas espontâneas, ao contrário, essa proporção refere-se àqueles que possuem pós-graduação.

O baixo grau de escolaridade identificado no grupo da SMAB relaciona-se diretamente com a falta de oportunidades de emprego e renda, configurando altos índices de trabalhos informais ou mesmo desemprego.

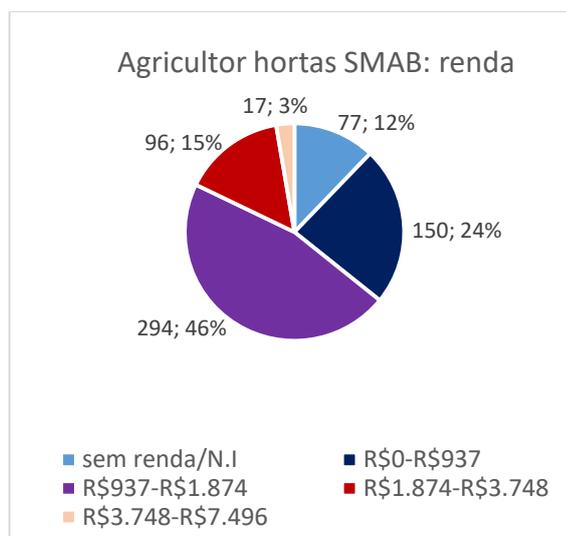


Gráfico 04 – Perfil dos agricultores hortas SMAB: renda

Fonte: A autora, 2018

A renda familiar reflete uma condição muito particular para cada perfil. Nas hortas da SMAB 82% das famílias sobrevivem com até 2 salários mínimos, dessas, 12% não possuem renda alguma. Já nas hortas espontâneas, o grupo entrevistado apresentou a maior concentração de renda fixada entre 4 e 8 salários mínimos.

O gráfico evidencia que o grupo da SMAB mantém uma relação de dependência com a atividade da horta. O grupo das hortas espontâneas exerce a atividade sem depender da produção da horta para facilitar o acesso à alimentação.

Verificou-se que esta relação de dependência corresponde ao fato das pessoas com baixo poder aquisitivo utilizarem a produção da horta, num primeiro momento, para consumo próprio, garantindo maior variedade na alimentação e consequentemente contribuindo parcialmente para a segurança alimentar do grupo. Na medida em que esta carência vai sendo atendida, os participantes da horta deixam de enxergar a experiência como fonte, exclusiva, de alimento e percebem os demais benefícios apontados por eles durante as entrevistas, tais como: “renda familiar, produtos orgânicos, terapia, contato com a terra e poder doar para outras pessoas “ (agricultor da parceria com a SMAB, 2017).

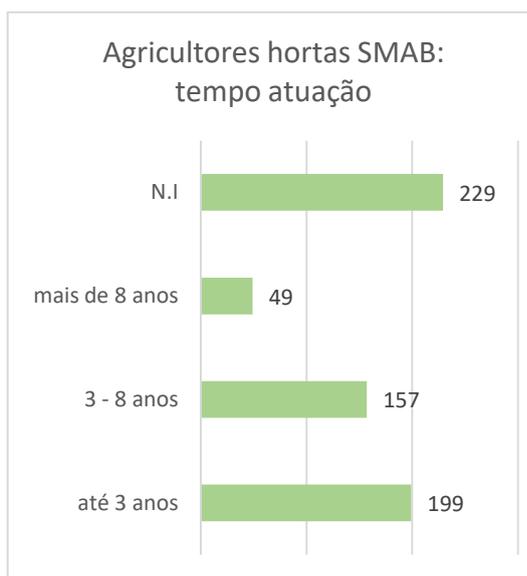


Gráfico 05 – Perfil dos agricultores hortas SMAB: tempo de atuação
Fonte: A autora, 2018

Com relação ao tempo de participação dos agricultores nas hortas, há semelhanças entre os dois perfis. As maiores concentrações dizem respeito às atuações recentes, ou seja, até três anos. Importa ressaltar que 36% dos cadastrados no programa da Prefeitura não souberam informar seu tempo nas hortas.

A par das dificuldades dos agricultores da horta da SMAB em estimar e dimensionar o tempo de participação na experiência da horta, sabe-se que a população nestas comunidades flutua de acordo com as oportunidades de trabalho oferecidas em outros lugares e possibilidades de moradia em outros locais. É preciso destacar que algumas dessas hortas têm mais de dez anos ao passo que outras datam apenas um ano de atividade.

Por outro lado, alguns participantes das hortas espontâneas consideraram o tempo de atividade em outros tipos de hortas, confundindo o tempo vivido na horta comunitária espontânea. A horta mais antiga desta categoria tem cinco anos de existência.

1.3.2. Motivações e percepções do agricultor urbano

Segundo Veenhuizen (2006), a agricultura urbana possui três dimensões. A dimensão social traz o conceito da cidade inclusiva e seus benefícios estão relacionados ao alívio da pobreza, segurança alimentar, espaço comunitário e rede de segurança social. A dimensão ambiental diz respeito à cidade ambientalmente

saudável e aos benefícios decorrentes da manutenção da biodiversidade, da melhora no microclima, da qualidade da paisagem e da educação ambiental. A dimensão econômica está relacionada à cidade produtiva e pode trazer benefícios relacionados à geração de renda e emprego, desenvolvimento empresarial e marketing. Essas dimensões foram tratadas dentro da categoria universal, para análise do presente estudo, por permitir analisar as questões, a partir de várias relações que as constituem, no contexto da sociedade atual.

A partir desses conceitos foram identificadas as motivações e as percepções que tanto os agricultores das parcerias público-privadas, quanto das iniciativas espontâneas, envolvidos na pesquisa, possuem da sua atividade e de como a horta impacta a vida de todos.

Ao questionar sobre as razões que motivaram todos os entrevistados a aderir à prática das hortas, as respostas foram quase que unânimes ao destacar o bem-estar, o relacionamento entre as pessoas, além do conhecimento prévio da atividade. Essa afirmação reforça a ideia tratada por Coutinho e Costa (2012) sobre a inclusão social possibilitada pela valorização das praxis rurais trazidas pelos agricultores. Enfatizaram, também, questões relacionadas à saúde como a alimentação saudável, alívio do estresse e da depressão. Apontaram ainda, motivos relacionados à educação ambiental, ao uso e apropriação do espaço, tendo em vista trazer mais qualidade para a paisagem e para a segurança do local.

A ideia de complementação de renda aparece de forma muito secundária nas respostas dos dois grupos, devido à compreensão de que a produção resultante do trabalho nas hortas não tem essa característica.

A respeito do destino dessa produção, as pesquisas apontaram que o mesmo é variado; que, em 100% dos casos, não a utilizam exclusivamente para consumo próprio. Nas hortas da SMAB, a produção acaba sendo maior do que a capacidade de consumir, possibilitando a venda, mas a maioria doa ou troca o excedente. No caso das hortas espontâneas não existe a comercialização da produção, tudo é consumido ou doado.

Todos os agricultores, quando interrogados sobre as contribuições que a atividade agrícola traz para o bem-estar pessoal ou qualidade de vida revelaram, ao nível individual, uma percepção de que os benefícios advêm de fatores externos à atividade agrícola em si. Espontaneamente relataram, num primeiro momento, contribuições relativas à saúde e lazer, citando o alívio do estresse, benefícios para

o corpo e para a mente. Apontaram, ainda, a promoção do convívio social, favorecendo o encontro entre as pessoas. Além disso, os agricultores das iniciativas espontâneas afirmaram ser essa atividade um exercício político e de cidadania.

Com relação à produção de alimento, todos indicaram como benefícios o conhecimento da procedência e do cultivo sem agrotóxicos o que torna a alimentação mais saudável. Apontaram, também, as hortas como local de troca de conhecimentos e aprendizados.

Todos os aspectos relacionados às motivações e percepções dos agricultores urbanos podem ser comprovados no próprio discurso dos participantes de ambos os grupos, ao expressarem o que os levou a aderir à prática da horta urbana comunitária: “Saúde, estresse, alimentação saudável, conversa e troca de conhecimento. ”[...] “Sempre mexi com lavoura, amor à terra e comida saudável, sem veneno ” (agricultor da parceria com a SMAB, 2017). “Já plantava em casa e gosto pela terra. Projeto que desenvolvi sobre jardinagem e espaço público, além da consciência ambiental, economia, ir contra a cultura da monocultura, em favor da biodiversidade, afirmação do uso do espaço público, conhecer pessoas, construir novos espaços de sociabilidade, resgate cultural dos saberes da terra. ” [...] “Trabalhar com a terra, ativismo, reconquista dos espaços da cidade ” (agricultor da iniciativa espontânea, 2018).

Nas respostas sobre as contribuições trazidas pela horta, referentes ao nível local, são bastante recorrentes questões relativas à qualidade da paisagem e recuperação de áreas ociosas, que trazem maior segurança e limpeza para o bairro. Existe a percepção de que o espaço das hortas promove a socialização e conseqüentemente o envolvimento comunitário para a construção do espaço: “A paisagem fica mais bonita, a qualidade de vida das pessoas é melhor, resgate da cultura do campo, várias pessoas deixam de tomar remédios para depressão. “ [...] “Amizade, as pessoas se conhecem, gera mais união, impacto também em quem não tem horta pois recebem alimentos saudáveis e não precisam comprar, áreas mais limpas, impede que maloqueiros e ladrões se escondam “ (agricultor da parceria com a SMAB, 2017). “Uma forma afirmativa da construção do espaço público, possibilidade de encontro de vizinhos, soluções logísticas e econômicas (lixo orgânico, possibilidade de ser um espaço produtivo e autônomo de alimentos saudáveis, espaço de conexão de pessoas de diferentes lugares da cidade“ [...] “Produção de alimento orgânico com base agroflorestal através da união do coletivo,

aproxima a comunidade, troca de saberes“ (agricultor da iniciativa espontânea, 2018).

Ao nível municipal, a pesquisa possibilitou perceber que, em muitos casos, há bastante clareza por parte dos agricultores a respeito das contribuições da horta para essa escala. Destacaram, por exemplo, que a produção local de alimentos, gestão de resíduos orgânicos e coleta de material de podas no próprio local resultam positivamente na diminuição da circulação de veículos, reduzindo, assim, a emissão de gases poluentes.

A respeito dos benefícios para a qualidade de vida na cidade apontaram os aspectos preventivos da gestão urbana: diminuição da poluição, aumento da segurança e da biodiversidade, prevenção contra zoonoses e diversidade paisagística. Afirmaram que o empoderamento da comunidade, que passa a se responsabilizar pelo espaço, torna a cidade mais inclusiva e democrática. Ao se tratar dos benefícios que as hortas podem trazer para o município, afirmaram, recorrentemente, que essa atividade pode servir de exemplo e modelo para ser replicado em outras localidades: “Servir de exemplo e incentivo para as pessoas, multiplicar os conhecimentos e a atividade de horta“ [...] “Para o meio ambiente é bom, não tem entulho (lixo, ratos e baratas), a horta vira ponto de referência“ (agricultor da parceria com a SMAB, 2017). “[...] pelo exemplo que esses podem gerar para a replicação na maioria dos bairros da cidade. São eles: gestão parcial dos resíduos no próprio local, coleta de materiais (troncos, grama cortada e demais podas geradas no próprio bairro). Em escala ampliada isso pode diminuir a circulação de veículos movidos a combustíveis fósseis. Economia financeira do poder público para que esse recurso economizado possa ser direcionado a outras prioridades. A mesma questão da segurança pública e alimentação mais saudável. Em ambos os casos se está trabalhando com aspectos preventivos. A incrementação da vida comunitária, de modo que a comunidade passe a entender o espaço público como de sua responsabilidade, pode, para além de diminuir custos do poder público municipal, tornar a cidade mais democrática. Tanto nos aspectos de sentimento de pertencimento dos moradores à cidade, quanto no da diversidade paisagística geral da cidade, uma vez que esse tipo de cuidado efetuado pelos próprios moradores do local é altamente criativo e vai contra as soluções homogêneas que normalmente o poder público municipal espalha pela cidade como um todo” (agricultor da iniciativa espontânea, 2018).

Após a análise de todas as respostas foi possível compreender que, na visão dos agricultores urbanos, as hortas urbanas comunitárias se enquadram em uma prática de agricultura urbana multifuncional. Ou seja, essa prática combina diversas funções que vão desde a produção de alimento orgânico próximo aos consumidores, recreação, educação e segurança alimentar, até funções de participação nos processos de gestão urbana, como por exemplo, a otimização da gestão de resíduos, microclima, qualidade da paisagem e segurança para os moradores, tendo os agricultores consciência ou não dessa atuação.

A partir do Quadro 7 – categorias de análise, elaborado na metodologia foi possível identificar que na dimensão social – que diz respeito à cidade inclusiva – as percepções dos agricultores das hortas das SMAB referentes ao alívio da pobreza manifestaram-se nas respostas relacionadas com o acesso à alimentação saudável e enfrentamento à vulnerabilidade social. Com relação ao edifício comunitário, verificou-se a percepção de que a divisão das responsabilidades é clara e definida para que a atividade seja bem sucedida.

Os principais aspectos percebidos pelos agricultores, tanto das hortas da SMAB quanto das iniciativas espontâneas, dizem respeito à saudabilidade e sociabilidade, que contribuem para a formação de uma consciência para escolha de alimentação mais saudável e ingestão de alimentos locais; para o estímulo ao cultivo do próprio alimento e para conhecimento da sua procedência; para a realização da atividade como exercício de saúde física e mental; para a integração social e desenvolvimento de valores de convivência e respeito; para a prática das hortas como lazer; para a promoção do sentimento de pertencimento.

Para a dimensão ambiental – cidade ambientalmente saudável – foi possível identificar que os dois grupos revelam as mesmas percepções quanto aos benefícios que a atividade de horta proporciona. Elas estão relacionadas com educação ambiental, biodiversidade e urbanização verde, ficando expressas no que diz respeito à melhoria da paisagem e, conseqüentemente, a segurança local; a melhoria nas condições sanitárias para a redução de pragas e zoonoses; à utilização de resíduos orgânicos para compostagem; à redução do impacto ambiental pelo consumo de alimentos produzidos localmente.

A respeito da dimensão econômica – cidade produtiva – as respostas revelaram que os benefícios percebidos, por todos os envolvidos nas hortas urbanas comunitárias, apresentam-se de forma secundária. O primeiro aspecto apontado

refere-se à visão da atividade apenas como complementação de renda. Essa questão é um pouco mais evidenciada na percepção dos agricultores das hortas da SMAB que comercializam parte da produção, mas acabam reinvestindo na própria horta com a compra de mudas ou melhorias na infraestrutura. Os dois grupos percebem que existe alguma economia pelo fato de não precisarem comprar o alimento produzido. Outro aspecto levantado por ambos os grupos diz respeito à divulgação. As respostas revelaram o entendimento do potencial da horta para ganhar visibilidade e servir de referência, podendo se tornar multiplicadora de novas experiências na cidade.

CONCLUSÕES

O tema de que trata essa pesquisa foi o de destacar uma prática social – a da agricultura urbana – no interior do debate teórico presente na sociedade a respeito das profundas modificações que vêm ocorrendo nas relações entre campo e cidade, e por consequência, modificando os conceitos de rural e urbano.

Esse debate aponta que as novas características de produção da vida no campo, em função dos avanços tecnológicos produzidos pelas necessidades atuais de recomposição do capitalismo, alteram as condições de vida e acabam por expulsar as pessoas daquele espaço.

Nesse quadro, novas necessidades de sobrevivência, trabalho e consumo se impõem, atraindo um grande contingente de pessoas para os centros urbanos. A precarização das condições de vida determina que a maioria dos migrantes se fixe nas regiões periféricas das cidades.

Essa situação desafia a administração pública a tomar medidas, por meio da elaboração e implementação de políticas públicas, que possibilitem o enfrentamento dos problemas inerentes às novas características e contradições do desenvolvimento urbano, tais como acesso à moradia, à segurança alimentar, à educação, ao trabalho por exemplo.

As hortas urbanas comunitárias, objeto de estudo da presente pesquisa, foram apresentadas como uma modalidade da agricultura urbana, partindo do processo histórico e social de construção e reconstrução do espaço urbano. Esta produção é marcada pelo movimento, pelas contradições, pelas transformações que ocorrem nas sociedades ao longo da história. Este fenômeno foi analisado aqui levando-se em conta a complexidade da relação campo-cidade, destacando as inter-relações entre as dimensões da vida social e econômica da sociedade atual.

É no contexto que envolve as pressões trazidas por melhores condições de vida urbana e busca de alternativas para as cidades, que surgem as experiências com hortas urbanas comunitárias. Essas experiências têm chamado a atenção por se desenvolverem em um ambiente de proximidade com os mercados, de disponibilidade de recursos, de valorização e recuperação de espaços limitados ou degradados das cidades, de aumento da disponibilidade de alimentos e diversificação da dieta da população em geral e das famílias socialmente marginalizadas.

As hortas urbanas comunitárias, enquanto atividade institucionalizada por meio de políticas públicas na década de 1980, em Curitiba, tiveram seus primeiros registros justamente no período marcado pela migração do campo para as cidades.

A análise da distribuição geográfica das hortas urbanas comunitárias no município de Curitiba permitiu constatar, embora não se constitua uma novidade, que as hortas estabelecidas por meio de parcerias público-privadas estão localizadas nas porções periféricas da cidade. Elas são implantadas, majoritariamente, em faixas de domínio que são áreas do patrimônio público. A manutenção e preservação desses espaços são de responsabilidade do órgão ou empresa detentora da concessão de prestação do serviço ao qual se destina (rodovia, ferrovia, rede de transmissão de energia, distribuição de água, esgoto, drenagem, gasoduto, entre outros). Outro tipo de parceria ocorre em terrenos particulares ociosos sob concessão temporária de uso, firmada através de contrato.

Por outro lado, as hortas urbanas comunitárias, de iniciativas espontâneas, concentram-se, em sua maioria, no núcleo central da cidade, representando, assim, uma expressão diferente do mesmo fenômeno. Elas são implantadas em espaços públicos (praças, parques, jardinetes, calçadas), em terrenos ociosos pertencentes ao município ou em espaços privados abertos. Esses espaços não possuem uma legislação que preveja esse tipo de ocupação.

Enquanto as hortas que se realizam a partir das parcerias público-privadas concentram uma população em situação de vulnerabilidade social, o perfil socioeconômico das pessoas que realizam as hortas espontaneamente indica que possuem melhores condições de vida.

Na ausência de uma política pública de agricultura urbana para o município de Curitiba, o programa Lavoura foi criado sob pressão de iniciativa popular de ocupação de uma área sob a linha de transmissão de energia para iniciar uma plantação. Esse programa pode ser considerado uma estratégia de regulamentação territorial, a partir de parceria público-privada, adotada devido à responsabilidade da concessionária em gerenciar os riscos relativos à ocupação irregular.

As iniciativas espontâneas não possuem uma atenção ou respaldo do poder público e terminam por ocupar áreas públicas como forma de reivindicação de uso de espaços urbanos. Em alguns casos, essas ações geram controvérsias e conflitos entre o poder público e a população e, por consequência, a mobilização comunitária

na busca de soluções emergenciais. Quando isso não ocorre, as experiências se desenvolvem livremente.

A pesquisa possibilitou observar que políticas públicas estão sendo formuladas e em tramitação em diferentes instâncias do poder público, para ordenar o uso dos espaços públicos para agricultura urbana. No entanto mesmo que audiências públicas tenham sido realizadas para o debate e concepção dessa legislação, verificou-se que os agricultores diretamente envolvidos nos programas existentes não se fazem presentes por várias razões, entre elas por uma consciência insuficiente a respeito da própria problemática que os envolve, dificuldade de acesso às informações e, muitas vezes, até por falta de condição financeira para o transporte. Ao mesmo tempo em que se constata um avanço na direção da regulamentação de práticas agrícolas no meio urbano, a demora na aprovação das leis indica que essa questão não constitui prioridade dos governos, confirmando as características do Estado Neoliberal e sua desconsideração pelas políticas públicas voltadas para o bem estar da população.

As questões apontadas até agora tiveram por objetivo aproximar-se da resposta à questão que orientou esta pesquisa, ou seja, o modo como os agricultores percebem os impactos econômico, ambiental e social da experiência das hortas urbanas comunitárias.

Os resultados da pesquisa mostraram, no que se refere aos benefícios obtidos por meio da participação nas hortas, que os agricultores pertencentes aos dois grupos entrevistados (SMAB e iniciativas espontâneas), destacam, prioritariamente, a melhora nas condições de saúde e bem estar (alimentação saudável, melhora das condições física e mental, melhora da autoestima e possibilidade de convívio social).

O grupo das iniciativas espontâneas afirmou, também, a possibilidade de realizar, naqueles espaços, uma ação prática que se expressa por meio do exercício político de educação e conscientização da população a respeito das questões que envolvem o urbano na atualidade.

O resultado da pesquisa mostrou como a prática das hortas urbanas comunitárias, do ponto de vista do grupo da SMAB, responde a algumas de suas necessidades. No âmbito econômico afirmam que essa prática contribui, ainda que superficialmente, para o orçamento familiar no sentido de que a maioria das pessoas, mesmo não obtendo uma renda direta da produção de alimentos, pode

fazer uma pequena economia, deixando de comprá-los. Para os que estão desempregados pode se constituir numa possibilidade de obter algum rendimento para suprir temporariamente as necessidades mais urgentes.

Na esfera ambiental, do ponto de vista de ambos os grupos, a prática agrícola urbana responde às necessidades de preservação do meio ambiente (áreas limpas, sem entulhos e proliferação de pragas, gestão de resíduos), ampliação de áreas verdes, melhoria da qualidade da paisagem.

Os resultados do estudo permitiram concluir, então, que do ponto de vista dos dois grupos entrevistados, foi no âmbito social onde se evidenciaram as melhores possibilidades de respostas às suas necessidades. Afirmaram a possibilidade de convívio social decorrente da prática das hortas como uma forma de fortalecimento de vínculos afetivos, melhoria da autoestima, sensação de pertencimento e, ainda, como alternativa de lazer.

O grupo das iniciativas espontâneas afirmou que a realização da prática da horta urbana comunitária cumpre as funções de educação e de exercício de cidadania, além de permitir que, por meio dessa atuação, se expresse a intenção de transformação social. Embora os agricultores das hortas urbanas comunitárias da SMAB tenham evidenciado elementos importantes em suas respostas, suas precárias condições de vida, a falta de acesso à educação, conforme indicaram os dados da pesquisa, impossibilita-os de desenvolver uma visão mais ampla, de compreender o seu fazer no interior das múltiplas determinações que o constituem. Consequência disso é a falta de condições de se perceber, de perceber que com seus atos, com sua prática, podem se tornar sujeitos do processo de transformação social.

Diferentemente, o grupo das hortas urbanas espontâneas já traz consigo uma consciência mais ampla a respeito das possibilidades decorrentes de uma intervenção urbana. Utiliza essa atividade como forma de expressão das suas motivações e ideais. Acredita que a prática agrícola na cidade possa ser um meio de questionamento e resistência às relações sociais estabelecidas. O estudo possibilitou compreender que esse grupo apresenta um conhecimento prévio a respeito do significado dessa atividade para si mesmo, para a comunidade e para a cidade, sendo essa a motivação que os faz aderir às HUC's.

Os que realizam as hortas sob a supervisão da SMAB, aderem a essa atividade pressionados por necessidades muito básicas e emergenciais como, por

exemplo, o acesso à alimentação e, ainda, motivados pela herança do conhecimento relativo a essa prática. É a partir de sua atividade na produção agrícola que desenvolvem a percepção a respeito do impacto dessa ação em suas vidas, na comunidade, na cidade.

Essa percepção se expressa na apropriação de alguns conhecimentos referentes à relação entre aplicação de boas práticas da agricultura de pequeno porte e produtividade, à organização do trabalho e distribuição da produção e sua relação com o desenvolvimento de uma organização da comunidade, respeitando espaços e valores como convivência e responsabilidade social.

Segundo os agricultores do grupo da SMAB, a experiência auxilia, ainda, na percepção do espaço e suas potencialidades, na possibilidade de organização comunitária como alternativa para enfrentar problemas locais, a descobrirem formas autônomas de promoverem saúde, qualidade de vida e melhorias no local em que habitam.

O estudo possibilitou compreender que embora os sujeitos envolvidos na experiência de hortas urbanas comunitárias tenham demonstrado a percepção de vários benefícios que a agricultura urbana pode trazer para os que a praticam e dela usufruem, nas escalas individual, local e municipal, é preciso também ter cautela para não superestimar o seu alcance, atribuindo-lhe poderes que, de fato, não têm. Há que se ter consciência de que a solução efetiva dos problemas, de qualquer ordem, decorrentes da forma como a sociedade está organizada, tais como a desigualdade, a injustiça social, a exploração do trabalho, a insegurança, a degradação ambiental, somente poderá ser encontrada quando esta forma de organização social, como um todo, for transformada.

São imensos os desafios que a sociedade se propõe enfrentar no século XXI, entre eles o de desenvolver cidades mais sustentáveis, habitáveis e resilientes. No enfrentamento desses desafios, que por si só são complexos e inter-relacionados, as políticas desenvolvidas no Brasil, e também ao nível internacional, têm buscado reunir uma grande variedade de instituições e organizações para promover a agricultura urbana por meio do que chamam de arranjos definidos como alternativas aos problemas urbanos evidenciados. As propostas que decorrem desses arranjos são consideradas como potencialmente capazes de encontrar soluções para questões econômicas, sociais e ambientais.

Porém, no contexto das relações sociais capitalistas, que resistem, determinando a vida das pessoas, essas propostas não representam soluções definitivas, conseguindo, no limite, apenas mitigar os problemas. Embora necessárias para este momento histórico, não são suficientes para alterar as relações de exploração destrutivas da natureza e dos próprios seres humanos entre si. A solução efetiva desses desafios, depende, como já se afirmou, de uma transformação da forma de organização social vigente.

Conclui-se, finalmente, pela necessidade de se buscar uma consciência mais ampliada a respeito de toda essa complexidade, sem perder de vista que, como diz o poeta Fernando Pessoa, “o que vemos não é o que vemos, se não o que somos”. Pode-se considerar prova disso as percepções, as subjetividades, nas respostas dos agricultores urbanos, que se mostraram marcadas pelas suas condições de existência. A ampliação da consciência exige, pois, a transformação dessas condições. Esta é uma das exigências para que a percepção que os sujeitos demonstram sobre suas práticas cotidianas torne-se conhecimento capaz não só de interpretar, mas também, transformar a realidade.

Limitações da Pesquisa

Quanto às limitações de ordem prática, se destacaram as dificuldades de levantamento histórico e documental sobre as hortas urbanas comunitárias. Algumas hortas existentes na cidade não foram consideradas pela falta de registros ou parcerias firmadas. Com relação às hortas urbanas comunitárias de iniciativas espontâneas as dificuldades situaram-se na identificação e localização das mesmas. Possivelmente, algumas iniciativas não foram consideradas por não terem sido localizadas.

Outra dificuldade está relacionada com a determinação da amostragem das hortas de iniciativa espontânea. Essas hortas não possuem um público fixo ou mesmo qualquer cadastro dos seus praticantes, impossibilitando a definição da sua amostra.

Trabalhos futuros

Avaliar a contribuição da agricultura urbana na gestão de resíduos orgânicos urbanos a fim de discutir possibilidades para que as políticas públicas e as práticas dos agricultores urbanos avancem nessa direção.

Propor estudos que tenham por objetivo testar os modelos de hortas existentes e propor novos modelos que possibilitem trazer maior autonomia, principalmente econômica, para aqueles que a praticam.

Pesquisar em que medida os programas de agricultura urbana presentes em Curitiba contribuem de forma significativa para o abastecimento alimentar das pessoas.

Realizar estudos a respeito da qualidade do alimento produzido no meio urbano no que diz respeito a concentração de metais pesados decorrentes da poluição, comparando-o aos alimentos produzidos nas regiões agrícolas das cidades.

Avaliar outras formas de agricultura urbana que impactam na gestão das cidades como, por exemplo, os telhados verdes, a fim de avaliar os benefícios que poderão ser obtidos no que diz respeito às variações climáticas, à prevenção de enchentes, gestão de resíduos orgânicos e produção de alimentos.

REFERÊNCIAS

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente e Sociedade**. Campinas, v.X, n.1, p.137-150, 2007.

ARAÚJO, V.C. A conceituação de governabilidade e governança, da sua relação entre si e com o conjunto da reforma do Estado e do seu aparelho. **In. Texto para Discussão**. n.45. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 27p. 2002

BACLIJA, I. Reconceptualization of urban Management: evidence from EU. Cities. **Theoretical and empirical Researches in urban management**. v.8. Issue 1. Slovenia, 2013

BELLOWS, A. C.; NASR, J. On the past and the future of the urban agriculture movement: Reflections in tribute to Jac Smit. **Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development**. v.1, n.2, p.17–39, 2010.

BEVILACQUA, D.; COLUSSO, I. Planos Diretores e a implementação da agricultura urbana: problemas e propostas. **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**, Maranhão, p1-17, 2009.

BEVIR, M. (Org). **Encyclopedia of Governance**. Thousand Oaks, CA, USA: Sage Publications, v.1. 1027 p. 2007.

BOFF, L. **A Carta da Terra: Valores e Princípios para um Futuro Sustentável**. Edição do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, Ministério do Meio Ambiente e Itaipu Binacional. Petrópolis, 2004.

BOUKHARAEVA, L. M; et all. Agricultura urbana como um componente do desenvolvimento humano sustentável: Brasil, França e Rússia. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 413-425, 2005.

BRAND, P. MUÑOZ, E. Cultivando cidadãos: agricultura urbana desde una perspectiva política. **Cadernos IPPUR/UFRJ**. Rio de Janeiro, v. XXI, n. 1, p. 47-70, 2007.

BRASIL, Governo do. **Constituição da República Federativa do Brasil**. FEDERAL, S. Brasília: Centro Gráfico 1988.

_____. **Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza: Lei Nº 9.985**. Brasília, DF: Casa Civil, 2000

_____. **Estatuto da Cidade: Lei Nº 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana**. DEPUTADOS, C. D. 2001.

BRÜSEKE, F.J. O problema do desenvolvimento sustentável. **In. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, 262 p. 1994.

CAMPS-CALVET, M., et al. Ecosystem services provided by urban gardens in Barcelona, Spain: Insights for policy and planning. **Environmental Science & Policy**, v.62, 14-23, 2016

CANTOR, K. Agricultura urbana: elementos valorativos sobre su sostenibilidad. **Cuadernos de desarrollo Rural**. v.7, n.65, 2010.

CARSON, R.L. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 305p., 1964.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. **Estudos avançados**, v.26, n.74, p.35-50, 2012.

COHEN, N.; REYBOLDS, K.; SANGHVI, R. **Five borough farm – seeding the Future of Urban Agriculture in New York City**. Estados Unidos: Print Craft, 2012.

COLANGELO, R. **Green Sense Farms: Our Story**. 2016. Disponível em: <<https://www.greensensefarms.com/our-story/>>. Acessado em 20 de junho de 2017.

COLDING, J.; BARTHEL, S. The potential of 'Urban Green Commons' in the resilience building of cities. **Ecological Economics**. nº86, p.156-166, 2013.

COMPANIONI, N.; et all. La agricultura urbana em Cuba. In: FUNES, F.; GARCÍA, L.; BOURQUE, M.; PÉREZ, N.; ROSSET, P. (Ed.) **transformando el campo cubano**. La Habana: ACTAF, Cuba. p. 93-110. 2001

COUTINHO, M.N.; COSTA, H.S.D. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. Belo Horizonte: **Geografias Artigos Científicos**. Ano7, nº 2, p. 81-97, 2012

EDWARDS B. **O Guia básico para a sustentabilidade**, Barcelona: Gustavo Gili, SL, 2008.

ELIAS, D. A construção da geografia cidadã. **Geosul**. Florianópolis, v.18, n.35, p131-148, 2002.

FARAH, M. F. S. Administração pública e políticas públicas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.45, n.3, p813-836, 2011.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 92p. 2005.

FLECK, M. P. A. **A avaliação de qualidade de vida: guia para profissionais da saúde**. Porto Alegre: Artmed, 228p., 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.175p.

HALL, P. **Cidades do Amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

HARDMAN, M.; LARKHAM, P. O surgimento da Guerrilha Gardening: desenterrando o movimento "underground" da agricultura urbana. **Revista de Agricultura Urbana**, nº31, p.52-55, 2016. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/317341126_Revista_de_Agricultura_Urbana_no_31_-_Setembro_de_2016_UAM_-_RUAUF_versao_em_Portugues>. Acessado em 22 de maio de 2018.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 25. ed. São Paulo: Loyola, 348 p. 2014.

HOLMGREN, D. **Permacultura: princípios e caminhos além da sustentabilidade**. Tradução Luzia Araújo. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013. 416p.

IPPUC, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. 2015. Disponível em: < <http://www.ippuc.org.br/>>. Acessado em: 10 de janeiro de 2018.

JACOBI, P. Descentralização municipal e participação dos cidadãos: apontamentos para o debate. In. **Cadernos da Nona: descentralizando e democratizando o conhecimento**. Grupo de Trabalho Técnico da Comissão Organizadora, 1992.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011

_____. **The economy of cities**. New York: Random House, 1969.

KAUCHAKJE, S; GARCIAS, C.M; ARNS, J. F; NIGRO, C.D; BRITO, M.C.C. Gestão de riscos em áreas urbanas degradadas: tecnologia social e política urbana, **Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Ano 7, nº11, p. 95-102, 2005

KIELING, R.I.; SILVEIRA, R.L.L. O rural, o urbano e o continuum urbano-rural no contexto do desenvolvimento regional. **Perspectiva**, Erechim, v.39, nº148, p.133-143, 2015.

LEFEBVRE, H. (1970). **A revolução urbana**. (tradução: Sérgio Martins) Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 178p. 1999.

LIMONAD, E.; MONTE-MÓR, R.L. Por el derecho a la ciudad, entre lo rural y lo urbano. **XII Colóquio Internacional de Geocrítica: Las independências y construccion de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX**. Bogotá. p.1-15. 2012

LIN, B.B. et al. The future of urban agriculture and biodiversity-ecosystem services: Challenges and next steps. **Basic and Applied Ecology**. n.16, p.189–201, 2015.

LUKACS, G. S. **Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 298p. 1978.

MADALENO, I. M. **A Cidade das Mangueiras: Agricultura Urbana em Belém do Pará**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002. 193 p.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In O. B. F. Arantes, C. B. Vainer & E. Maricato (Eds.), **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos** (pp. 121-192). Petrópolis: Vozes, 2000

_____. O ministério das cidades e a política nacional de Desenvolvimento urbano. In. **Políticas sociais – acompanhamento e análise**. Ipea, nº12, p. 211-220, 2006

_____. Para entender a crise urbana. CaderNau – Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas. v.8, nº1, p.11-22, 2015.

MARTINS, L. M. As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. **34ª ANPED – GT 17**. Natal, p.1-17, 2011.

MEADOWS, D.H; et al. **Limites do Crescimento: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972

MOLLISON, B. **Introdução à Permacultura**. Tradução André Luis Jaeger Soares. Brasília: MA/SDR/PNFC, 204p. 1998.

MONTEIRO, D.; MENDONÇA, M. M. Quintais na Cidade: a experiência de moradores da periferia da cidade do Rio de Janeiro. *Agriculturas – experiências em Agroecologia*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 29-31, 2004

MOUGEOT, L. J. A. Urban agriculture: definition, presence, potential and risks. In: BAKKER, N.; DUBBERLING, M.; GUNDEL, S.; SABEL-KASCHELLA, U.; ZEEUW, H. (Ed.). **Cidades que crescem cultivando alimentos: Agricultura urbana na agenda política**. Feldafing: DSE. p. 1-42. 2000.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos do desenvolvimento do milênio – ODM, 2000**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/tema/odm/>>. Acessado em 10 de junho de 2016.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS, 2015**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acessado em 10 de junho de 2016.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the World Commission on Environment and Development, 1987**. Disponível em: <<http://www.un.org>>. Acessado em 10 de junho de 2016.

UN FOOD GARDENS - Jardins de Alimentos da ONU. **Alimente a sua cidade: mostra de iniciativas de agricultura urbana de pequena escala nas Américas, 2017**. Disponível em: <<http://www.unfoodgardens.org/feed-your-city/horta-comunitaria-de-calcada-cristo-rei/>>. Acessado em 31 de outubro de 2017.

PASQUALINI, J. C.; MARTINS, L. M. Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. **Psicologia e Sociedade**. v.27, n.2, p.362-371, 2015.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas. 334p. 1999.

ROBINEAU, O. et al. Atores locais construindo estratégias alimentares urbanas na África Ocidental e América do Sul. **Revista de Agricultura Urbana**, nº31, p.23-28, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/317341126_Revista_de_Agricultura_Urbana_no_31_-_Setembro_de_2016_UAM_-_RUAUF_versao_em_Portugues>. Acessado em 22 de maio de 2018.

ROGERS, R. **Cidades para um pequeno planeta**. 1ª ed. 6ª impressão – Barcelona: Gustavo Gili, 2013. 180p.

ROLNIK, R. É possível política urbana contra a exclusão? **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, v.72, p.53-61, 2002.

SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento /** Ignacy Sachs; Paulo Freire Vieira (org.). – São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI. Desenvolvimento e meio ambiente.** São Paulo: Studio Nobel - Fundap, 103p. 1993.

SANTADREU, A.; LOVO, I.C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no brasil e diretrizes políticas para sua promoção.** Belo Horizonte: REDE – IPES/RUAF, 89p. 2007

SAMPAIO, C.A.C. **Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações.** Blumenau: Edifurb, 2010. 128p.

SANTOS, M. **METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO, fundamentos Teórico e metodológico da geografia.** São Paulo: Ed. Hucitec da Puc-SP, 28p. 1988.

_____. **Por uma economia política da cidade.** São Paulo: Ed. Hucitec da Puc-SP, 145p. 1994.

_____. **A Urbanização Brasileira.** 5ª ed. 3ª reimpressão – São Paulo: Edusp, 176p. 2013.

SANTOS, M. H. C. **Governabilidade, governança e capacidade governativa: algumas notas.** Brasília: MARE/ENAP, 20p. 1996.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial.** São Paulo: Studio Nobel. 190n bb n p. 1998

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4 ed. Florianópolis: UFSC 2005.

SILVA, S.T. Políticas Públicas e Estratégias de Sustentabilidade Urbana. Hiléia, v.1, n.1. p.121- 137. 2003

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização.** São Paulo: Brasiliense. 152p. 1973

SOCHER, P.R., et al. Contribuições da complexidade no conhecimento do cidadão nas políticas públicas. In: **Gestão de Natureza Pública e Sustentabilidade**. Cap.11, p.315-342, 2012.

SMIT, J. Agricultura Urbana y Biodiversidad. **Revista Agricultura urbana**, Quito, n. 1, p. 11-12, 2001.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos. 7ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 558p. 2010

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 192p. 2005. 2006?

STORPER, M.; SCOTT, A.J. Current debates in urban theory: A critical assessment. **Urban Studies**. Vol. 53, Nº 6, p.1114–1136, 2016.

THOMAZ JUNIOR, A. A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Pegada**. Vol.4, nº2, p.5-22, 2003.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas. 175p. 1987.

VÁZQUEZ, A.S. **Fiilosofia da Praxis**. 2ªed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra. 454p. 1977.

VEENHUIZEN, R. V. **Cities Farming for the Future, Urban Agriculture for Green and Productive Cities**. Filipinas: ETC – Urban Agriculture. 578p. 2006

YIN, R. K. **Estudo de Caso. Planejamento e Métodos**: Bookman: 205 p. 2001

APÊNDICES

I. Roteiro de entrevistas semiestruturadas com atores públicos e privados envolvidos com as hortas urbanas comunitárias

Entrevistado:			
Empresa:			
Local:		Data:	
Duração da entrevista			

1. O que motivou a criação/ parceria no programa de horta comunitária em Curitiba?
2. Quais são os objetivos que a horta comunitária visa atender? (Necessidades ambientais, econômicas, sociais)
3. Existe uma diretriz que determine onde as hortas urbanas comunitárias serão implantadas?
4. Quais os principais problemas enfrentados na implantação do programa e/ou na sua manutenção?
5. Existe algum mecanismo de capacitação dos agricultores?
6. Segundo a sua visão, que tipo de benefícios são gerados à população participante do programa? E para a população do entorno? E da Cidade?
7. Segundo a sua visão, o que representa as hortas urbanas comunitárias no desenvolvimento urbano sustentável no município de Curitiba?

II. Questionário aplicado aos praticantes de horta urbana comunitária

PERFIL DOS AGRICULTORES URBANOS NA CIDADE DE CURITIBA
Endereço da Horta Urbana Comunitária:
1. Gênero: () Feminino () Masculino
2. Em que cidade e estado você nasceu?
3. Em que ano você nasceu?
4. Em que cidade e bairro você mora atualmente?
5. Qual a renda familiar mensal? () Sem renda () R\$ 0 – R\$ 937 () R\$ 937 – R\$ 1.874 () R\$ 1.874 – R\$ 3.748 () R\$ 3.748 – R\$ 7.496 () R\$ 7.496 – ou mais.
6. Qual é a sua escolaridade? () Fundamental () Ensino Médio () Ensino Superior () Pós-graduação () outro
7. Além de trabalho na horta comunitária, você tem outra ocupação? () Não () Sim, qual?
8. Há quanto tempo participa de hortas comunitárias?
9. Em que hortas comunitárias você trabalha ou já trabalhou?
10. Qual foi a sua motivação/ interesse que te levou a fazer parte da horta?
11. Quantas pessoas vivem na sua casa?
12. Quantas pessoas da sua casa trabalham na horta comunitária?
13. Quantas vezes por mês você vai à horta comunitária?
14. Já possuía experiência anterior com agricultura? Onde? () outras hortas comunitárias () lavoura rural () outro
15. Você teve algum treinamento/capacitação para trabalhar na horta? Como foi? () PMC () Curso () Amigos/Familiares () na própria horta
16. Como é feito o preparo da terra para o plantio? () Eu faço todo o preparo () Eu faço parte e a PMC outra parte () PMC faz tudo
17. De onde vem as mudas para o plantio? () Eu compro tudo () Eu compro parte e PMC fornece parte () PMC fornece
18. Você conhece a técnica de compostagem? () sim () não
19. Você utiliza? () sim () não

PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES URBANOS					
AFIRMATIVAS	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não discordo nem concordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
A produção da horta é utilizada exclusivamente para consumo da minha família					
A produção da horta é utilizada para venda					
A produção da horta é utilizada para doação					
A produção da horta é utilizada para troca					
Utilizo a captação da água da chuva para irrigação da horta					
Faço uso da compostagem					
Participo das decisões que ocorrem na prefeitura sobre a gestão das hortas					
A horta contribui para a segurança do bairro					
A paisagem é mais bonita com a horta					
A horta me aproxima da comunidade					
O meu trabalho na horta é importante para a cidade					
A minha alimentação passou a ser mais saudável					
A horta faz com que conviva mais com minha família					
Me sinto mais feliz por participar da horta					
Os horticultores têm espaço para influenciar/opinar sobre a gestão da horta					
A horta é um lugar de troca de conhecimentos (produção de alimentos, agricultura, meio ambiente)					
Não tenho medo de caminhar próximo à horta					
A prefeitura apoia todas as iniciativas de hortas					
A horta é importante para minha saúde física					
Considero importante participar das decisões que ocorrem na prefeitura sobre a gestão das hortas de Curitiba					
A minha produção na horta contribui para a renda familiar					
A horta é importante para minha saúde mental					
É agradável passar o tempo na horta					
Você considera esta horta comunitária importante para o bairro?					
Você considera esta horta comunitária importante para a cidade?					

III. Roteiro de entrevistas semiestruturadas com usuários de hortas urbanas comunitárias

1. Qual foi a sua motivação/ interesse que te levou a fazer parte da horta?
2. A horta traz alguma contribuição para o seu bem-estar pessoal ou qualidade de vida? Quais?
3. A horta traz alguma contribuição para a qualidade de vida do bairro? Quais?
4. A horta traz alguma contribuição para a qualidade de vida da cidade? Quais?
5. O que não tem na horta e você gostaria que tivesse?
6. Como você imagina a horta daqui a 5 anos?

IV. Respostas das entrevistas semiestruturadas com atores públicos e privados envolvidos com as hortas urbanas comunitárias

Entrevistado:	Lillian Fernanda de Macedo	
Empresa:	SMAB	
Local: Rumo		Data:23/08/17
Duração da entrevista	40min.	

1. O que motivou a criação/ parceria no programa de horta comunitária em Curitiba?

A principal motivação foi a utilização dos terrenos vazios para evitar acúmulo de entulho e insegurança. A população do Tatuquara é que começou a plantar e pediu apoio da prefeitura que fez o acordo com a Eletrosul (4 ou 6 anos)

2. Qual o maior objetivo que a horta comunitária visa atender? (Necessidades ambientais, econômicas, sociais)

Como foi um programa institucionalizado pela prefeitura, mas idealizado pela população, hoje percebemos que os objetivos que a horta atende são principalmente relacionados à meio ambiente e questões sociais.

3. Existe uma diretriz que determine onde as hortas urbanas comunitárias serão implantadas?

A SMAB atua apenas sob a demanda da população e sob a condição de parcerias de autorização do terreno e preparo da terra, além de ter uma associação instituída com CNPJ.

4. Quais os principais problemas enfrentados na implantação do programa e/ou na sua manutenção?

Como a área da horta é subdividida em lotes para cada participante, às vezes ocorre o roubo de alimentos.

Falta de envolvimento da população no preparo dos canteiros (a associação acaba fazendo essa ponte e trazendo o respaldo da mão de obra)

5. Existe algum mecanismo de capacitação dos agricultores?

A prefeitura disponibiliza técnicos para capacitação, além de ações de treinamento pontuais, como ocorreu em 2016, uma capacitação para uso da compostagem.

6. Segundo a sua visão, que tipo de benefícios são gerados à população participante do programa? E para a população do entorno? E da Cidade?

Convívio social, resgate de vínculos, atividade física, melhorar a alimentação. Melhorias na segurança e qualidade da paisagem.

7. Segundo a sua visão, o que representa as hortas urbanas comunitárias no desenvolvimento urbano sustentável no município de Curitiba?

Acredito que contribui para segurança alimentar das pessoas que passam a ter uma alimentação mais saudável, mas principalmente o relato que temos deles, é que contribui para bem-estar geral e fortalecimento dos vínculos de amizade e família. Mas quando você fala desenvolvimento urbano sustentável, acredito que tudo esteja interligado, o bem-estar das pessoas que participam, a produção de alimento orgânico e em alguns casos uma complementação de renda. Um exemplo são as parcerias com restaurantes da cidade, como é o caso da Horta do chefe (partiu da SMAB), alguns restaurantes compram os produtos frescos e orgânicos diretamente dessas hortas e assim todo mundo se beneficia.

8. Quais as parcerias público-privadas existentes? (APENAS SMAB)

Eletrosul, Rumo e associações. Estamos em negociação com a Copel e Eletrolux.

Entrevistado:	Paulo Victor Romano França	
Empresa:	IPPUC - Projetos	
Local: IPPUC		Data:23/01/18
Duração da entrevista	36min.	

1. O que motivou a criação/ parceria no programa de horta comunitária em Curitiba?

Faz parte dos interesses da atual gestão em inserir a agricultura urbana como uma política urbana na cidade de Curitiba, que envolve desde a ordenação do espaço até abastecimento. Outros fatores também contribuíram: vontade local, tendência global e vontade da Prefeitura em incentivar práticas sustentáveis na cidade. A partir da parceria com a Rumo, pretende-se criar um centro de referência em agricultura urbana. Esse espaço público será destinado para difusão do conhecimento das técnicas de agricultura urbana, servindo também para pesquisa e treinamento.

2. Qual o maior objetivo que a horta comunitária visa atender? (Necessidades ambientais, econômicas, sociais)

O impacto social para as pessoas envolvidas. Percebe um aumento na qualidade de vida em vários aspectos: alimentação saudável, atividade extra, convívio, contribuir para o senso de comunidade.

3. Existe uma diretriz que determine onde as hortas urbanas comunitárias serão implantadas?

O Plano Diretor está sendo detalhado e ainda não possui uma diretriz específica para os locais permitidos para a atividade. Quando houve os problemas ocorridos pelas hortas espontâneas, nunca foi objetivo da prefeitura proibir, mas estabelecer uma forma adequada para ocupação dos espaços públicos e, ainda, como não trazer ônus tanto para o cidadão quanto para o poder público.

4. Quais os principais problemas enfrentados na implantação do programa e/ou na sua manutenção?

Quando se trata de hortas em espaço públicos, a principal preocupação é a garantia da qualidade do alimento que está sendo produzido e, conseqüentemente a saúde da população que está consumindo este alimento. É muito importante delimitar os locais adequados para as hortas que levem em conta a qualidade do solo (contaminação com metais pesados), interferência dos automóveis e animais. Esse é o maior desafio que precisa ser estudado: garantir que a produção “pulverizada” na cidade possa ser feita de forma segura para quem está produzindo.

5. Existe algum mecanismo de capacitação dos agricultores?

A capacitação é responsabilidade da SMAB.

6. Segundo a sua visão, que tipo de benefícios são gerados à população participante do programa? E para a população do entorno? E da Cidade?

Benefícios sociais, alimentação saudável e orgânica. Promove o “pensamento verde” e que a pessoa cuida da natureza e pode ver o que ela pode te dar em troca. A educação ambiental e todos esses fatores juntos contribuem para a qualidade de vida. Você trabalha a parte social, comportamento, senso de comunidade, além da produção de alimento mais saudável, utilização de métodos de energia sustentáveis. Contribui para eliminação de resíduos. É uma solução muito interessante para a cidade, pois, ao promover esse senso de pertencimento e convívio entre os vizinhos, traz, automaticamente, mais melhoria do espaço e segurança para o bairro. Ou seja, os benefícios para a cidade estão relacionados à eficiência dela como um todo. A temática é bastante nova e atual e por isso mesmo é importante entrar desde o início e participar de todo o processo, acompanhar as últimas tendências e tecnologias desenvolvidas no mundo para aplicar na cidade.

7. Segundo a sua visão, o que representa as hortas urbanas comunitárias no desenvolvimento urbano sustentável no município de Curitiba?

Acredito que seja todos esses fatores falados, a partir do momento que a pessoa começa a se importar. A ver como se faz e sentir os benefícios, ela entra nesse “ciclo verde” que comentei, ela começa a pensar como aproveitar melhor as energias, como diminuir seu resíduo e tudo isso dentro da gestão urbana é essencial, quando parte da pessoa, do individual, tudo acaba acontecendo naturalmente e a cidade toda ganha.

Entrevistado:	Múcio Althoff de Medeiros (gerente da Assessoria de Relações Institucionais – ARI/Eletrosul).
Empresa:	Eletrosul
Local: Florianópolis – Santa Catarina	Data: 24 de janeiro de 2018 (via email)

1. O que motivou a criação/ parceria no programa de horta comunitária em Curitiba?

O projeto hortas comunitárias, desenvolvido desde 2001, é uma estratégia da Eletrosul para o gerenciamento das áreas de risco do sistema de operação de energia elétrica, por meio da conscientização das comunidades sobre os riscos da ocupação irregular das faixas de segurança sob as linhas de transmissão (LTs). Além da gestão e prevenção de ocupações indevidas nas áreas de faixas de servidão, o projeto visa ainda contribuir para a inclusão social e produtiva das comunidades que vivem no entorno das linhas de transmissão, estimula ações de educação, empreendedorismo, melhora da alimentação e qualidade de vida. É o resgate da cidadania por meio do trabalho e capacitação.

Quanto ao município de Curitiba, a criação foi pautada por ser área de atuação desta Eletrosul, assim como, por apresentar viabilidade técnica e social em sua implantação.

2. Qual o maior objetivo que a horta comunitária visa atender? (Necessidades ambientais, econômicas, sociais)

Objetivo Geral:

Gerenciar as áreas de risco do sistema de operação de energia elétrica através da implantação de hortas comunitárias.

Objetivos Específicos:

- Inibir ocupações indevidas nas áreas das faixas de servidão das linhas de transmissão da Eletrosul;
- Conscientizar as comunidades sobre os riscos da ocupação irregular das faixas de segurança sob as linhas de transmissão (LTs).
- Contribuir para a inclusão social e produtiva das comunidades que vivem no entorno das linhas de transmissão;
- Proporcionar uma alternativa para a complementação/geração de renda das famílias beneficiadas pelo projeto;
- Ampliar o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional nas comunidades participantes;
- Contribuir para a integração social das comunidades participantes, fortalecendo os laços de amizade e respeito entre os membros da horta;
- Fortalecer a metodologia de terapia ocupacional nos centros de treinamento e recuperação de dependentes químicos, garantindo melhoras na alimentação e auxiliando a redução do orçamento alimentar da instituição.

3. Existe uma diretriz que determine onde as hortas urbanas comunitárias serão implantadas?

A implantação das hortas comunitárias é realizada através de metodologias participativas. Consiste na formação de parcerias multissetoriais, envolvendo prefeituras municipais, associações e demais instituições interessadas/afetadas pelo projeto. Funções e responsabilidades são delegadas para cada parceiro a fim de garantir a implantação e continuidade do projeto. Ao todo, já foram implantadas 35 hortas comunitárias nos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, beneficiando 1100 famílias. A utilização do espaço varia da produção de alimentos com a finalidade de consumo próprio à complementação da renda familiar. As hortas comunitárias implantadas utilizam exclusivamente técnicas orgânicas de produção.

(A complementação da resposta segue na próxima questão (4)).

4. Quais os principais problemas enfrentados na implantação do programa e/ou na sua manutenção?

Os terrenos localizados sob as Linhas de Transmissão de Energia Elétrica são tratados como Faixa de Domínio, Servidão de Passagem, Faixa de Servidão e Servidão Administrativa. Para atender as restrições de uso das faixas, a empresa utiliza o Manual de Manutenção da Eletrosul, baseado na Norma Brasileira ABNT- NBR 5422, e demais determinações da Agência Nacional de Energia Elétrica

ANEEL. Todos os usuários que usam esse espaço devem respeitar a legislação aplicável e responsabilizar-se integralmente pelos aspectos preventivos e indenizatórios de qualquer natureza.

As faixas de segurança que passam pelos grandes centros urbanos, especialmente nas regiões periurbanas são as mais atingidas por ocupações indevidas. Os exemplos mais comuns de uso irregular são: depósito de lixo, ferro velho, queimadas, construções de abrigos para animais, construção de moradias e outras edificações, etc. Quando o local é utilizado de forma inadequada os prejuízos para a empresa são diversos. Antes da implantação do projeto havia uma grande demanda de processos na justiça com fins de reintegração de posse e/ou indenização de imóveis que eram obrigados a ser retirados da faixa de segurança para manter a integridade física das famílias invasoras. A demanda no judiciário era grande e a soluções de conflitos demoradas.

Além do longo e dispendioso processo de reintegração, há outro risco comum no uso irregular da faixa de segurança: queimadas. Durante a operação do sistema, caso seja ateado fogo sob as linhas e/ou torres poderá ocorrer desligamentos no sistema, trazendo grandes prejuízos para a sociedade em geral pela falta de energia. Levando em consideração o momento que ocorre essa queda, as consequências são inúmeras e geram prejuízos financeiros também para a empresa. Neste caso, multas e sanções podem ser aplicadas pela ANEEL.

5. Existe algum mecanismo de capacitação dos agricultores?

A continuidade do acompanhamento técnico após a implantação de uma horta comunitária é de suma importância. A Eletrosul verificou que o aproveitamento da área e a produção de alimentos tem relação direta com o acompanhamento periódico de um profissional da área agrícola. Por estar situada em áreas urbanas, os integrantes da horta não possuem experiência com produção de hortaliças ou outras variedades culturais. São pessoas que possuem diversas formações profissionais: pedreiros, eletricitas, professores da educação básica, servidores públicos, catadores de materiais recicláveis, entre outros. Assim, a Eletrosul ou instituições co-executoras/parceiras, disponibilizam um profissional para atender as dúvidas técnicas sobre produção e manejo.

6. Segundo a sua visão, que tipo de benefícios são gerados à população participante do programa? E para a população do entorno? E da Cidade?

Os resultados alcançados abrangem as áreas da segurança, saúde, inclusão social, geração de renda, sustentabilidade ambiental e educação. Os impactos positivos após a implantação do projeto são imediatos.

Segurança:

- Após a implantação das hortas comunitárias nas áreas de risco, a empresa não precisou acionar o departamento jurídico para a resolução de litígios com fins de reintegração de posse e/ou indenização desses imóveis. Os conflitos passaram a ser resolvidos com apoio dos co-executores, parceiros e comunidade.
- Problemas anteriores como queimadas, depósito de lixo, construções e edificações irregulares foram solucionados através da gestão comunitária do local. Vale ressaltar também que não foram identificadas ocorrências de acidentes (descarga elétrica) com a população nas áreas de risco após o desenvolvimento do projeto.

Saúde:

- Melhoria do estado nutricional das famílias através do consumo diversificado e diário de verduras e legumes frescos orgânicos;
- Benefícios psíquicos, melhorias na auto-estima, performance nas atividades cotidianas, concentração, disposição, memória, diminuição do estresse e melhora na qualidade do sono. Segundo observações e relatos de pessoas que participam ativamente do trabalho na horta, onde a grande maioria tem uma idade mais avançada, a qualidade de vida aumentou com as atividades na horta;
- O exercício físico realizado para carpir, rastelar, regar, caminhar, somando a isso, os encontros diários com as famílias na horta, promoveram diminuição do excesso de peso, melhora do funcionamento cardiovascular, cardiorrespiratório, força, flexibilidade, resistência, coordenação motora, postura, dentre outros;
- Essa dinâmica de trabalho na horta também é utilizada pelas comunidades de recuperação de dependentes químicos como terapia ocupacional.

Inclusão social e comunitária:

- Melhoria nos relacionamentos sociais entre os beneficiários da horta e os residentes no entorno do projeto;
- O processo de inclusão social minimiza os preconceitos oriundos do status social e econômico, gênero e etnia. Na horta, todos possuem direitos e deveres iguais;

- Formação de grupos formais e informais. Em alguns casos, a integração social ultrapassa a informalidade. Por exemplo, na Horta Comunitária de Madri, em Palhoça-SC, os beneficiários decidiram pela constituição de uma associação exclusiva para os assuntos do projeto, a APAHCOM.

Geração de renda direta e indireta:

- A geração de renda direta ocorre através da comercialização do excedente da produção. Nesse caso, o beneficiário da horta realiza a venda no mercado local ou na própria horta comunitária. O valor comercializado varia conforme a época de produção e as variedades cultivadas.

- A geração de renda indireta está ligada à economia doméstica. Dados adquiridos nas Hortas Comunitárias de Palhoça-SC apontam para uma economia de R\$150,00 a R\$200,00 mensais por família comparado a compras mensais anteriores de oleráceas no mercado convencional. Essa produção de hortaliças é calculada sobre um canteiro de 25m². Destaca-se que não há dados calculados em específico para as hortas do município de Curitiba/PR.

Sustentabilidade ambiental:

- A produção de alimentos segue técnicas orgânicas, baseadas em um sistema de produção que exclui o uso de agrotóxicos, fertilizantes sintéticos e outros tipos de aditivos químicos. Esse compromisso do beneficiário da horta com o meio ambiente evita a contaminação do solo, água e vegetação;

- Manejo de resíduos orgânicos domésticos da comunidade por meio da implantação das técnicas de compostagem e vermicultura. Em média 1t de resíduos orgânicos deixam de ser destinados mensalmente ao aterro sanitário do município de Palhoça. Essa produção de humos e composto contribui para a estrutura do solo e adubação dos canteiros.

Educação:

- proporciona às crianças envolvidas nos projetos pedagógicos em escolas da região a oportunidade de conhecer os alimentos, preparo do solo, cultivo, manejo e, acima de tudo, mostrar a importância de uma alimentação saudável.

7. Segundo a sua visão, o que representa as hortas urbanas comunitárias no desenvolvimento urbano sustentável no município de Curitiba?

Por contemplar interesses da Eletrosul na gestão das áreas de risco, da comunidade em ter um local de cultivo e convívio, e das prefeituras em contribuir para a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários, o projeto possui ótima aceitação pelos atores impactados. A primeira horta implantada pela Eletrosul foi em Curitiba/PR no ano de 2001. Pelos resultados descritos acima, a transferência do projeto ocorreu de maneira interna para outros municípios interessados, ampliando a rede de instituições públicas e de organizações da sociedade civil beneficiadas. Atualmente estão contemplados os estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e outras cidades do Paraná. Ao todo são 35 hortas que contribuem com a vida de 1100 famílias. Mostrando assim a importância que o município de Curitiba- PR possui para o desenvolvimento e sucesso do projeto.

Entrevistado:	Elizangela Aparecida Silva	
Empresa:	RUMO	
Local: Rumo		Data: 10/11/17
Duração da entrevista	45min.	

1. O que motivou a criação/ parceria no programa de horta comunitária em Curitiba?

A partir do envolvimento comunitário trazer mais segurança para a área. Retomada do terreno que estava com muito entulho, preservar a área.

2. Qual o maior objetivo que a horta comunitária visa atender? (Necessidades ambientais, econômicas, sociais)

Alimentação saudável sem agrotóxico, atingir a comunidade, fortalecer ciclo de amizades, complementação de renda, melhoria de autoestima.

3. Existe uma diretriz que determine onde as hortas urbanas comunitárias serão implantadas?

Existe a diretriz física e geográfica, dentro da faixa de domínio das linhas férreas que é de 30m, as hortas estão afastadas 15m. Existe também a condição do apoio comunitário para ser implantado.

4. Quais os principais problemas enfrentados na implantação do programa e/ou na sua manutenção?

Falta de apoio da comunidade, invasão, roubo de dormentes.

5. Existe algum mecanismo de capacitação dos agricultores?

A rumo não se envolve na capacitação.

6. Segundo a sua visão, que tipo de benefícios são gerados à população participante do programa? E para a população do entorno? E da Cidade?

Fortalecer os ciclos de amizade, complementação de renda, melhoria de autoestima. Mais segurança, paisagem preservada e agradável.

7. Segundo a sua visão, o que representa as hortas urbanas comunitárias no desenvolvimento urbano sustentável no município de Curitiba?

Contribui no sentido de estar alinhado com as diretrizes dos ODS da ONU, a empresa recebeu o selo ODS no campo da alimentação, mas percebemos que os vínculos comunitários são bastante representativos.

V. Respostas das entrevistas semiestruturadas com agricultores urbanos do programa Lavoura

1. Qual foi a sua motivação/ interesse que te levou a fazer parte da horta?	
Q1	Plantar e colher sem agrotóxicos
Q2	Ter verduras, ser mais saudável
Q3	Experiência com plantio e convite para coordenar
Q4	Atividade para o período pós aposentadoria e não ficar parado, adaptação para nova forma de vida
Q5	Sempre gostou de mexer na terra
Q6	Ofereceram, gosta de mexer na terra, saúde, passatempo
Q7	Para ter uma distração, estava com depressão
Q8	Distração
Q9	NÃO QUIS RESPONDER
Q10	Gostar de trabalhar na roça e depressão
Q11	Sempre mexi com lavoura, amor à terra e comida saudável, sem veneno
Q12	Renda familiar, produtos orgânicos, terapia, contato com a terra e poder doar para outras pessoas
Q13	Gosta da terra
Q14	Saúde, alimentação, relaxar
Q15	Recuperar o terreno baldio, unir a comunidade, ter uma horta na porta de casa com alimento natural e orgânico

2. A horta traz alguma contribuição para o seu bem-estar pessoal ou qualidade de vida? Quais?	
Q1	Plantar e se alimentar melhor, conhecer os alimentos e como ele se desenvolve, ajudou na depressão

Q2	Consumo de alimento orgânico, vida saudável e saúde mental, encontrar pessoas e troca de ideias e conhecimentos
Q3	Leveza, e tranquilidade, esquecer os problemas, encontrar as pessoas, não é tanto pelo dinheiro, se torna um lazer
Q4	Tira o estresse
Q5	Mental, boa alimentação
Q6	Saúde, mental, conhece outros alimentos, aprendizado
Q7	Qualidade de vida, quando comecei estava com depressão e melhorei muito
Q8	Produzir o próprio alimento, descarregar, distração, conversas
Q9	NÃO QUIS RESPONDER
Q10	Terapia, convívio com a comunidade, alimentação mais saudável
Q11	Alimento fresco e sem veneno, mexer na terra me faz muito bem, estou bem melhor da depressão
Q12	Sarei da pressão alta, estou mais alegre, tenho mais pessoas para conversar, converso com as plantinhas
Q13	Alimentação boa, amizades, aproxima as pessoas
Q14	Saúde, estresse, alimentação saudável, conversa e troca de conhecimento
Q15	Convívio na comunidade, ajuda na mente e corpo, alivia o estresse

3. A horta traz alguma contribuição para a qualidade de vida do bairro? Quais?

Q1	Melhora a saúde mental das pessoas, ajuda financeira, consomem alimentos saudáveis e conhecem a procedência dos alimentos
Q2	Não soube responder
Q3	Área limpa, preserva a natureza, deixa o lugar tranquilo
Q4	Não sei, muitos compram dos hortelões da horta, as pessoas do bairro têm mais acesso à variedade de verduras tanto para consumo, quanto para obter muda e plantar em suas casas
Q5	Amizade, as pessoas se conhecem gera mais união, impacto também em quem não tem horta pois recebem alimentos saudáveis e não precisam comprar, área mais limpa, impede que maloqueiros e ladrões se escondam
Q6	Não sei, muita gente gosta das hortas
Q7	Alimento e renda
Q8	Quase nada, só para quem participa mesmo
Q9	NÃO QUIS RESPONDER
Q10	A paisagem fica mais bonita, a qualidade de vida das pessoas é melhor, resgate da cultura do campo, várias pessoas deixam de tomar remédios para depressão
Q11	Espaço mais limpo, evita atração de ratos, mais seguro, não serve de esconderijo para bandido
Q12	Terreno mais limpo, sem entulhos, sem bichos (baratas e ratos)
Q13	Não soube responder
Q14	Qualidade da paisagem, socialização (como um parque), educação alimentar, eventos com crianças
Q15	Recuperação áreas ociosas, ter alimento fresco e orgânico na porta de casa

VI. Respostas das entrevistas semiestruturadas com agricultores urbanos das iniciativas espontâneas

1. Qual foi a sua motivação/ interesse que te levou a fazer parte da horta?	
Q1	Plantar para unir as pessoas
Q2	Relacionamentos, aproximação com o entorno
Q3	Várias, saúde
Q4	Contribuir para que as pessoas conheçam e entendam o vegetal
Q5	Luta pela criação de um pequeno parque
Q6	Trabalhar com a terra, ativismo, reconquista dos espaços da cidade...
Q7	Já plantava em casa e gosto pela terra. Projeto que desenvolvi sobre jardinagem e espaço público, além da consciência ambiental, economia, ir contra a cultura da monocultura, em favor da biodiversidade, afirmação do uso do espaço público, conhecer pessoas, construir novos espaços de sociabilidade, resgate cultural dos saberes da terra
Q8	Sempre quis fazer horta, curiosidade quando viu um Senhor que começou a plantar no terreno. Deixar o ambiente limpo para trazer mais segurança, evitar entulho, lixo, etc. O divórcio incentivou a ir na horta para liberar o estresse.

2. A horta traz alguma contribuição para o seu bem-estar pessoal ou qualidade de vida? Quais?	
Q1	Sim. A ambos. Fisicamente por se tratar de uma atividade física. Por gerar alimentos saudáveis, livres de agroquímicos. Pela satisfação pessoal de estar implementando algo, na prática, no local onde resido. Podendo ser replicado em outros lugares e estendo esses benefícios pessoais a um número de pessoas significativo.
Q2	Sim, sem dúvida pela questão do contato com a natureza, pela tranquilidade, diria até pela conexão que se cria com a natureza, já que estar é diferente de cuidar
Q3	Me sinto parte de uma mudança maior. Conscientização sobre alimentação e educação ambiental
Q4	Contribui para a questão comunitária, sentir fazer parte da comunidade, exercício de ser cidadão
Q5	Traz sim. Acompanhar sua transformação, explorá-la com quem tem conhecimentos sempre é enriquecedor; e a compostagem de material orgânico é altamente satisfatória, acompanhada de uma enorme redução da produção doméstica de "lixo".
Q6	Sim, considero que a horta contribui com diversos fatores que vão além de uma produção vegetal e de soberania alimentar. O trabalho manual, o mexer na terra, o convívio, proporciona benefícios a saúde física e mental. A calma e o tempo natural das plantas contribuem com o bem-estar de quem está mexendo na terra e de todos que convivem;
Q7	Contato com a terra, encontrar pessoas, conhecer novas pessoas, conversas e troca de conhecimento, aprendizado, espaço de convívio, exercício político e físico
Q8	Esquece dos problemas, cria vínculo com os vizinhos, agrega na vida, sensação de pertencimento, o fato de ninguém destruir dá razão para acreditar no ser humano

3. A horta traz alguma contribuição para a qualidade de vida do bairro? Quais?	
Q1	Sim. Incrementação das relações positivas entre vizinhos, da vida comunitária do bairro. Segurança pública pelo fato de o local, público, estar sendo ocupado positivamente em boa parcela de tempo. Participação da vizinhança nas atividades de cultivo, colheita e alimentação com os produtos da horta. Contemplação estética da paisagem do bairro que foi melhorada significativamente com a implantação da horta. A rua, "morta" anteriormente, passou a fazer parte do trajeto de pessoas que mesmo não participando da horta se sentem melhor em passar por ali.
Q2	Acredito que sim, mas avaliar isso é um pouco difícil

Q3	Produção de alimento orgânico com base agroflorestal através da união do coletivo, aproxima a comunidade, troca de saberes
Q4	Aproximação das pessoas, o bairro funciona por si mesmo, horta como espaço para encontros e conversas, troca de conhecimentos e reflexão, educação ambiental
Q5	A horta é boa para qualquer visitante do Parque Gomm, que trouxe uma pequena área verde ao bairro. Um bom exemplo do bem que "miniparques" trazem.
Q6	Sim, como comentei na pergunta anterior, hoje a velocidade das coisas tem tornado as pessoas mais nervosas, com pressa, entre outros fatores que temos visto em grande número, como casos de depressão etc. Considero o trabalho manual um remediador de diversos fatores que levam a casos de problemas psicológicos, afetivos, entre outros
Q7	Uma forma afirmativa da construção do espaço público, possibilidade de encontro de vizinhos, soluções logísticas e econômicas (lixo orgânico, possibilidade de ser um espaço produtivo e autônomo de alimentos saudáveis, espaço de conexão de pessoas de diferentes lugares da cidade
Q8	Segurança e bem-estar para a comunidade, trazem crianças para conhecer, conscientização de que o "jardim" vai além da própria casa, o espaço público também tem que ser cuidado

4. A horta traz alguma contribuição para a qualidade de vida da cidade? Quais?

Q1	Sim. Pelos aspectos práticos, em pequena escala, que já existem. E pelo exemplo que esses podem gerar para a replicação na maioria dos bairros da cidade. São eles. Gestão parcial dos resíduos no próprio local. Coleta de materiais (troncos, grama cortada e demais podas geradas no próprio bairro). Em escala ampliada isso pode diminuir a circulação de veículos movidos a combustíveis fósseis. Economia financeira do poder público para que esse recurso economizado possa ser direcionado a outras prioridades. A mesma questão da segurança pública e alimentação mais saudável. Em ambos os casos se está trabalhando com aspectos preventivos. A incrementação da vida comunitária, de modo que a comunidade passe a entender o espaço público como de sua responsabilidade, pode, para além de diminuir custos do poder público municipal, tornar a cidade mais democrática. Tanto nos aspectos de sentimento de pertencimento dos moradores à cidade, quanto no da diversidade paisagística geral da cidade, uma vez que esse tipo de cuidado efetuado pelos próprios moradores do local é altamente criativo e vai contra as soluções homogêneas que normalmente o poder público municipal espalha pela cidade como um todo.
Q2	Acho que sem dúvida traz benefícios para a qualidade de vida da cidade ao imaginar uma cidade mais arborizada, mais integrada com a natureza...
Q3	Projetos assim se tornam referência e modelo para serem aplicados em outras localidades, promovendo assim uma cidade mais verde e mais saudável
Q4	Responsabilidade e educação ambiental, serve como exemplo
Q5	Para a cidade, o valor é mais de exemplo.
Q6	Todos ganham, não só os que estão envolvidos diretamente, o olhar de um vizinho que passa, de alguém que nem mesmo é da região, todos são impactados. Ao saber que isso é possível a iniciativa se replica. A cidade toda melhora
Q7	Experiência em microescala de uma prática social afirmativa do uso do espaço público e de agricultura agroecológica do espaço urbano, construção comunitária do espaço público, espaço que oportuniza a diversidade cultural
Q8	Acredito que contribui para a cidade no sentido que pessoas carentes podem vir e tirar alimento, hoje a cidade está com muitos moradores de rua. Traz mais arborização para a cidade, sombra, evita doenças (dengue), percebo a renovação da biodiversidade, passarinhos que antes não tinha, agora eu vejo

VII. Termo de consentimento livre e esclarecido

Eu,(nome do entrevistado), nacionalidade, maior de idade e pleno gozo de todos os meus direitos, RG, estou sendo convidado a participar de um estudo denominado **HORTA COMUNITÁRIA: UMA PRÁTICA URBANA**, cujo objetivo é *avaliar a percepção dos envolvidos em hortas urbanas comunitárias sobre o impacto econômico, ambiental e social da prática e da participação nesta atividade.*

A minha participação no referido estudo será na condição de entrevistado para obtenção de informações gerais, históricas e atuais, sobre a realidade social, política e econômica que envolver as atividades relacionadas com hortas urbanas em Curitiba.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo.

Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo à assistência que venho recebendo.

Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são o aluno **Lorana Schwantes** e o professor **Mario Procopiuck** e com eles poderei manter contato pelo telefone (41)3271-2623, pelos e-mails mario.p@pucpr.br e lorana_s@hotmail.com

Tenho ciência de que tenho garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois sobre que diz respeito à minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado, conforme determina a lei.

Estou ciente e consinto que este Termo de Consentimento, depois de assinado, será guardado por 90 dias após a publicação da dissertação no Portal da PUCPR, e que, esgotado este prazo, será destruído.

Em caso de reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este estudo devo ligar para o CEP PUCPR (41) 3271-2292 ou mandar um *e-mail* para nep@pucpr.br.

Curitiba, Paraná, de de 2018.

Assinatura do entrevistado
Nome do entrevistado:

Lorana Schwantes
Aluna de Mestrado
Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana

Mario Procopiuck
Professor
Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana